



Situação da Educação: alguns dados de referência





1 A População Portuguesa e as suas Qualificações

Composição etária

A população residente em Portugal ronda os 10 627 250 indivíduos (INE, 2009) caracterizando-se por um envelhecimento continuado e pelo abrandamento da taxa de crescimento efectivo que, em 2008, se situava nos 0,09%. Uma vez que a *taxa de crescimento natural** é praticamente nula, este valor residual corresponde à *taxa de crescimento migratório** (0,09%).

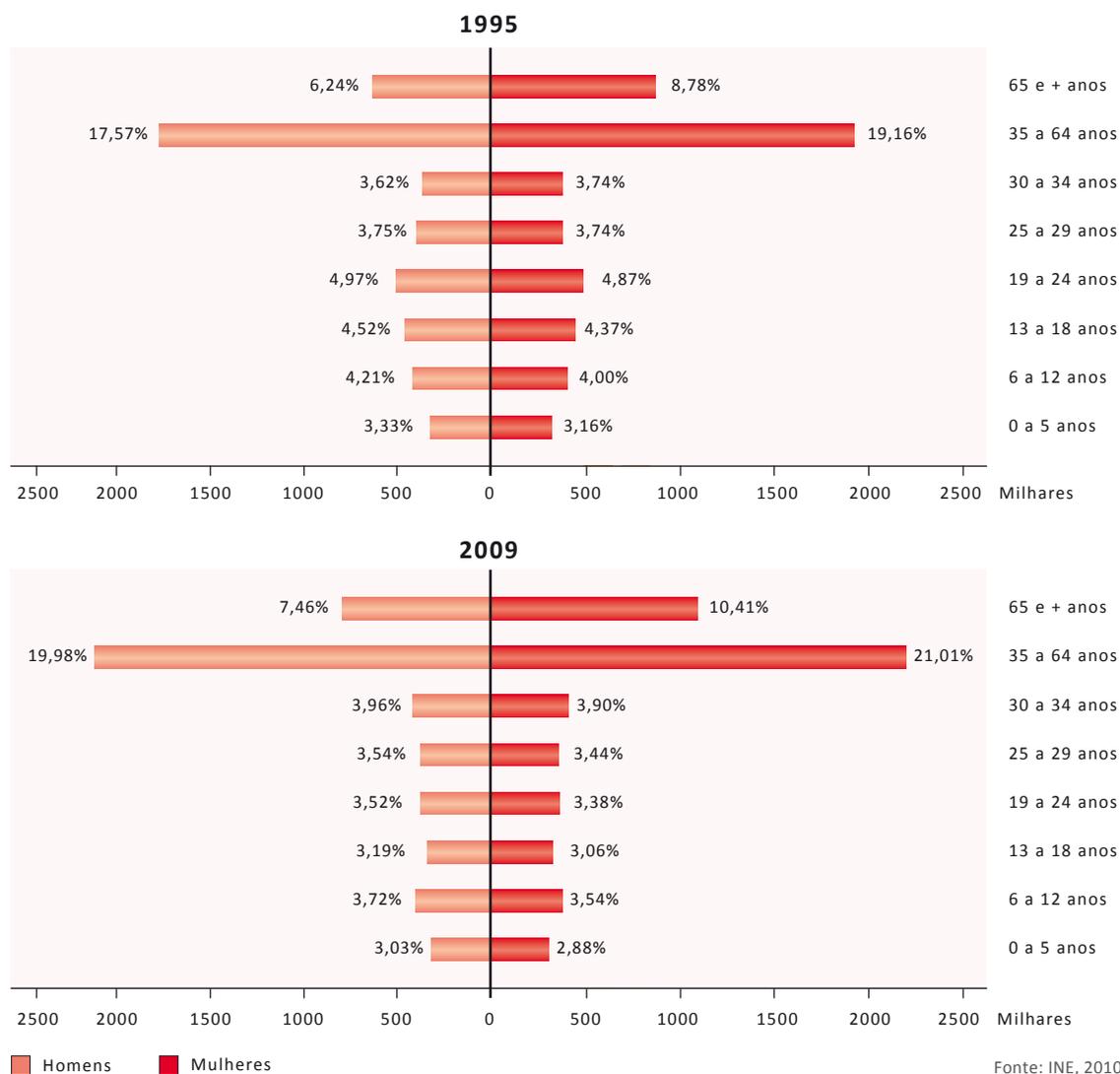
Segundo a mesma fonte, em 2008, o *índice de envelhecimento** atingia os 115 idosos por cada 100 jovens, sendo a esperança média de vida à nascença de 76,06 anos para os homens e 82,27 para as mulheres. Em 2009, o peso relativo da população

jovem residente (menos de 15 anos) é de 15,2% e o da população idosa (65 e mais anos de idade) é de 17,9%. A Figura 1.1. mostra que a população dos grupos etários entre os 0 e os 29 anos diminuiu percentualmente entre 1995 e 2009, enquanto aumentou nos grupos etários seguintes, com maior significado no grupo dos 35-64 anos (4,3%), seguido do grupo dos 65 e mais anos (2,9%).

Nesta tendência, Portugal acompanha outros países da Europa tendo já apresentado, em 2006, uma proporção de 112 idosos por cada 100 jovens, contra 107 da média da UE27.

* Os termos assinalados com asterisco encontram-se definidos no Glossário.

Figura 1.1. Pirâmides etárias da população residente em Portugal (1995 e 2009)



Imigração

Os fluxos migratórios têm contribuído para compensar a ausência de crescimento natural da população portuguesa e para que se tenham verificado mudanças significativas na sua composição. A sociedade portuguesa é hoje mais diversificada e etnicamente mais rica. A partir de meados da década de 1980, inicia-se em Portugal um processo de mudança que o levará a tornar-se também um país de acolhimento e não apenas ou essencialmente de emigração.

Como mostra a Figura 1.2., a composição da população estrangeira residente em Portugal evoluiu entre 2001 e 2008. As populações africana e europeia são maioritárias relativamente ao conjunto dos estrangeiros e crescem até 2007. Embora a população africana registre um maior número de efectivos até 2006, nos anos seguintes é a europeia que passa a ser maioritária, essencialmente graças aos oriundos dos países de Leste, que continuam a crescer, com particular destaque para a Ucrânia que, conjuntamente com Cabo-Verde, ocupa o

segundo lugar entre os países com representação mais significativa em Portugal (Figura 1.3.). Embora a comunidade de origem cabo-verdiana também detenha a maior percentagem de efectivos de origem africana, os oriundos desta região registam um ligeiro decréscimo, ainda que os oriundos de São Tomé e Príncipe e Guiné Bissau continuem a aumentar. Entre os países da América, o Brasil é o único com um número significativo de residentes que continua a crescer, sendo a nacionalidade com maior representação (24%) em Portugal. O número de estrangeiros de origem asiática, em que os chineses são maioritários, tem vindo a aumentar paulatinamente.

A população estrangeira residente em Portugal concentra-se sobretudo nos núcleos territoriais de Lisboa, Faro, Setúbal e Porto, sendo muito equivalente o número de homens e mulheres, embora com ligeira prevalência para os homens (Figura 1.4.).

Figura 1.2. População estrangeira com residência legalizada em Portugal (2001 a 2008)

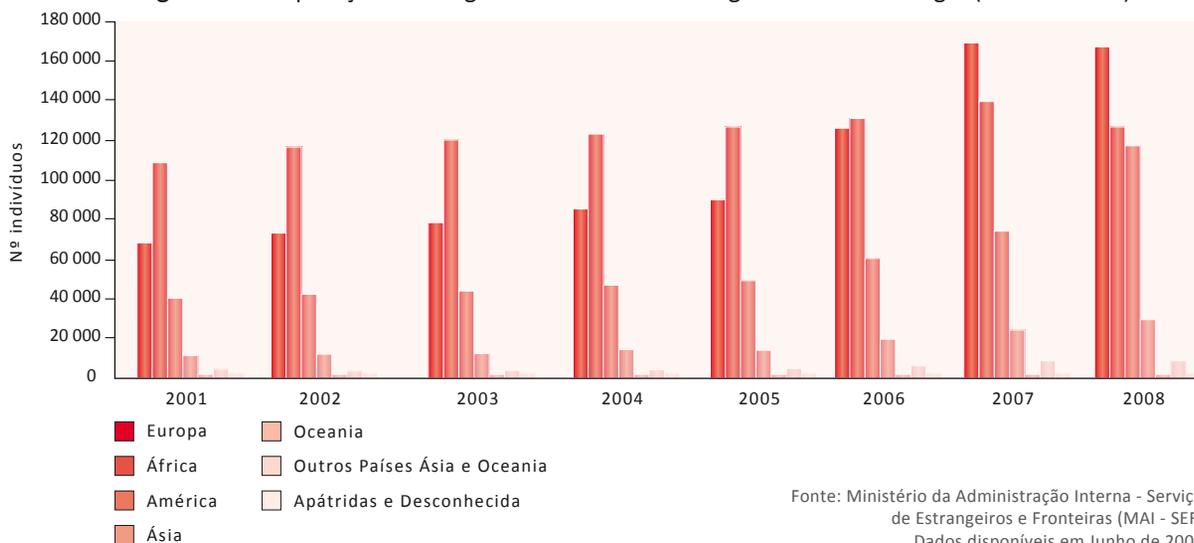


Figura 1.3. Principais nacionalidades com título de residência ou prorrogações de VLD em Portugal (2008) (dados provisórios)

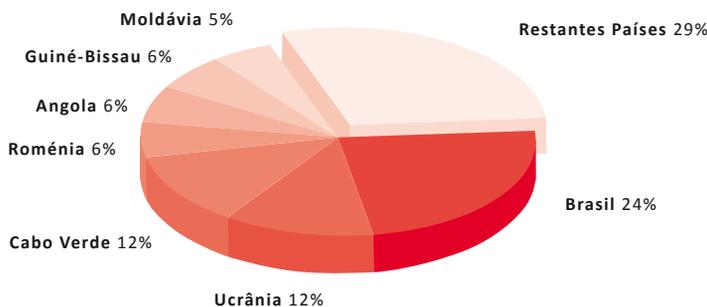
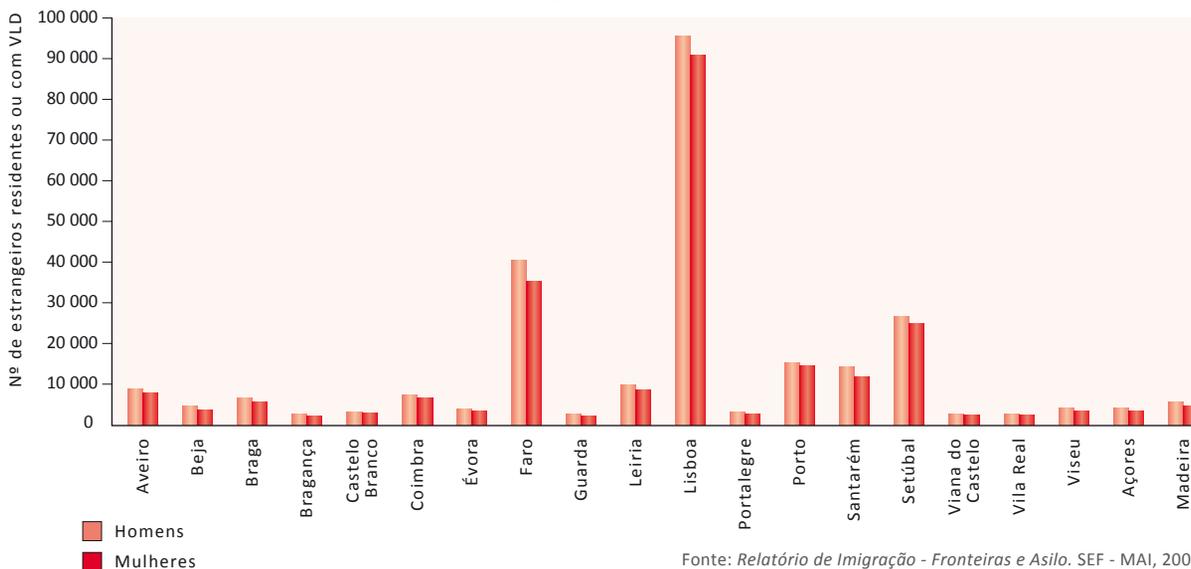


Figura 1.4. População estrangeira residente por sexo e por distritos, em Portugal (2008) (dados provisórios)



Qualificação da população portuguesa

Em termos de *qualificação**, a população portuguesa tem vindo a evoluir no sentido de se aproximar dos níveis de qualificação dos países da UE27, não tendo ainda conseguido recuperar de um atraso persistente, apesar dos esforços efectuados, especialmente a partir de 1960, quando se inicia o alargamento da escolaridade obrigatória.

Nos últimos anos a proporção de pessoas detentoras de qualificações de nível secundário, pós-secundário e superior tem sofrido um acréscimo considerável, assim como tem diminuído a percentagem dos que possuem *qualificações baixas**.

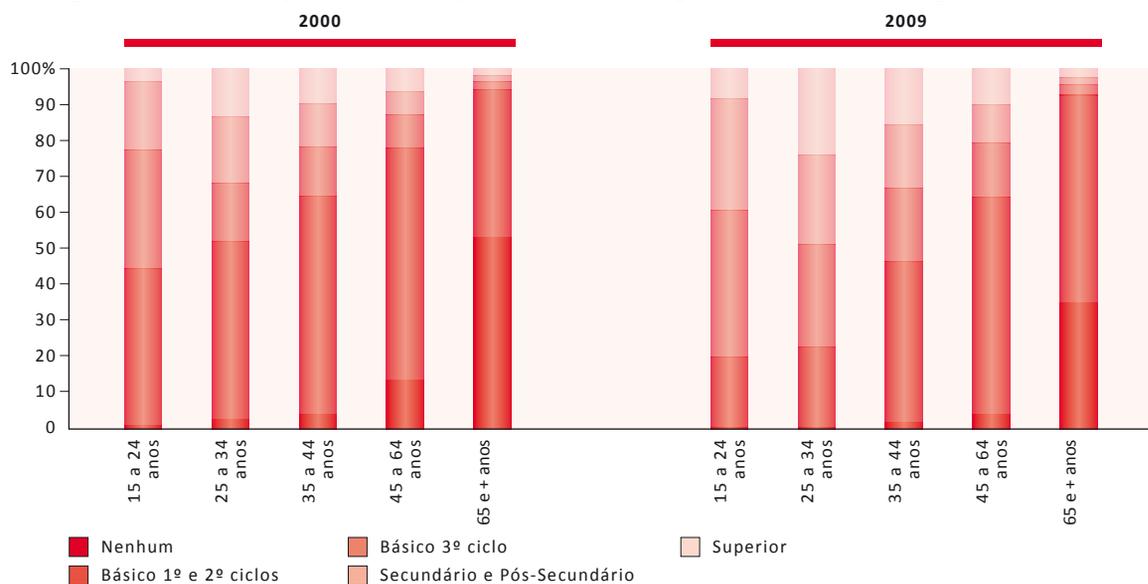
Concorre para esta situação a procura crescente de educação escolar por parte das famílias, a operacionalização de estratégias e programas específicos de combate ao abandono escolar precoce, ao insucesso nos vários níveis educativos e de atracção da população adulta menos escolarizada para novas dinâmicas de aprendizagem. Estas estratégias, acompanhadas de um correspondente investimento financeiro, têm contribuído para que, nos últimos anos, estejamos a assistir à alteração da estrutura de qualificações da população (Figura 1.5.).

Esta tendência verifica-se quer em relação à qualificação da população em idade escolar, quer à da população adulta, sobretudo no que se refere à população activa.

No que respeita à qualificação da população adulta (que não obteve certificação de nível básico ou secundário em idade escolar), entre 2001 e 2010, registou-se um aumento considerável do número de indivíduos com *certificação** a partir de 2006, na sequência da Iniciativa Novas Oportunidades, no âmbito da qual foram atribuídas 84% (313 253) do total das certificações do período em referência (Figura 1.6.). Estas certificações incluem certificação escolar e dupla certificação, equivalentes ao 2º e 3º CEB e a partir de 2006 também ao Ensino Secundário.

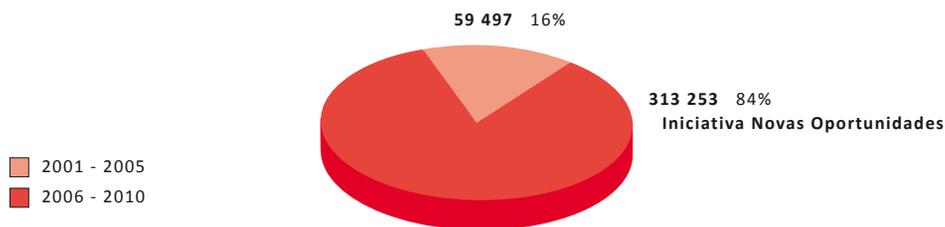
Ao compararmos a percentagem da população portuguesa que completou o nível secundário de qualificação com outros países da Europa, verifica-se uma evolução em todos os grupos etários, ainda que com valores inferiores quer à média da OCDE (70% em 2007), quer à UE19 (71% em 2007). Os progressos mais significativos ocorrem no grupo 25-34 anos que passa de 30% para 44%. Apesar deste crescimento, o ritmo de progressão de Portugal é inferior em todos os outros grupos etários, o que não lhe tem permitido recuperar a desvantagem de partida.

Figura 1.5. Qualificações da população activa (%), por grupo etário, em Portugal (2000 e 2009)



Fonte: Inquérito ao Emprego. INE, 2010

Figura 1.6. Certificações de adultos (em número e %), em Portugal (2001 a Março de 2010)



Nota: Os dados de 2010 reportam-se apenas ao 1º trimestre

Fonte: ANQ, 2010

Tabela 1.1. População (%) que atingiu pelo menos o nível secundário de educação (12.º ano), por grupo de idade, na EU19 e outros países (1999 e 2007)

Grupo de Idades	1999					2007 ⁽¹⁾				
	25-64	25-34	35-44	45-54	55-64	25-64	25-34	35-44	45-54	55-64
Média dos Países da OCDE	62	72	66	58	45	70	79	74	67	57
União Europeia ⁽²⁾	-	-	-	-	-	71	81	75	68	57
Alemanha	81	85	85	81	73	84	85	86	85	81
Dinamarca	80	87	80	79	70	75	85	80	71	66
Espanha	35	55	41	25	13	51	65	56	44	28
Finlândia	72	86	82	67	46	81	90	87	81	65
França	62	76	65	57	42	69	83	74	63	53
Grécia	50	71	58	42	24	60	75	67	53	37
Irlanda ⁽³⁾	51	67	56	41	31	68	83	72	60	42
Itália	42	55	50	37	21	52	68	56	48	34
Noruega ⁽³⁾	85	94	89	79	68	79	83	80	77	76
Portugal	21	30	21	15	11	27	44	27	20	13
Reino Unido	62	66	63	60	53	68	75	69	66	61
Outros Países da Europa										
Turquia	22	26	23	18	12	29	38	26	22	16
Outros Países do Resto do Mundo										
Estados Unidos da América	87	88	88	88	81	88	87	88	89	87

(1) Excluindo CITE 3C (formações que não dão acesso directo ao ensino superior)

(2) UE 19

(3) Na coluna 1999, o ano de referência é 1998

Fonte: Education at a Glance. OCDE, 2001 e 2009

Níveis de qualificação e inserção no mercado de trabalho

De acordo com projecções do CEDEFOP, existem fortes probabilidades de que os empregos a criar até 2020 requeiram cerca de 32% de trabalhadores com *qualificações elevadas** e cerca de 50% de trabalhadores com *qualificações médias**. Estas tendências estão em sintonia com a evolução previsível dos níveis de qualificação da população maior de 15 anos, do conjunto dos países envolvidos no estudo.

Comparando com a situação de Portugal e da UE 25 (Figura 1.7.), verificamos que as linhas de tendência de evolução das qualificações para a população com idade igual ou superior a 15 anos variam no mesmo sentido. No entanto, os valores relativos a cada um dos níveis de qualificação em Portugal são bastante distintos dos da UE, sobretudo no que se refere às qualificações baixas e médias.

As taxas de emprego por nível de escolaridade (Tabela 1.2.) confirmam a importância da escolaridade no processo de inserção profissional, mostrando que o desemprego atinge menos a população detentora de um diploma do Ensino Superior. Se compararmos a evolução das taxas de emprego, verificamos que existe uma tendência de crescimento do emprego dos detentores do nível secundário ou pós-secundário enquanto a taxa de emprego dos outros níveis decresce, sobretudo nos detentores do nível básico.

A percentagem de mulheres empregadas é sempre inferior à dos homens em todos os níveis de formação, embora se verifique uma tendência de redução dessa diferença. Salienta-se, no entanto, que esta diferença é muito reduzida em diplomados com o Ensino Superior, enquanto a que se verifica entre os que apenas possuem o 3º ciclo do Ensino Básico é bastante significativa, oscilando entre os 20% (em 2002) e os 16% (em 2009).

Os dados do Inquérito ao Emprego (Figura 1.8.) também mostram que a taxa de empregados é maior na população activa com Ensino Superior do que em qualquer outro nível de escolaridade. O facto de a população sem escolaridade apresentar uma taxa pouco inferior não é significativo, uma vez que esta franja da população activa é residual, apenas representado 4% do total.

O investimento em mais e melhor escolarização continua a compensar quer na perspectiva da realização das pessoas, quer na entrada no mercado de trabalho.

Recentemente foi tornada obrigatória a recolha e divulgação de informação sobre o emprego de diplomados de cada instituição de Ensino Superior, tendo passado a ser uma responsabilidade social destas, que deverão, não apenas apoiar a inserção dos seus diplomados no mundo do trabalho, mas também recolher informação sobre os seus percursos profissionais.

Figura 1.7. Tendência de evolução dos níveis de qualificação da população activa com idade ≥ 15 anos, (%), na EU25 e em Portugal (2000, 2007, 2013 e 2020)

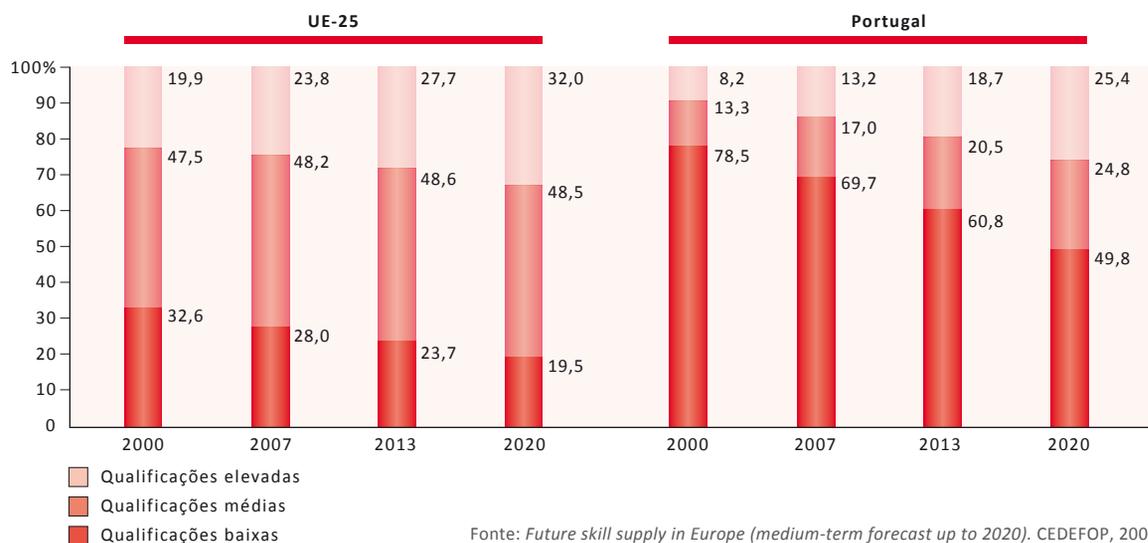
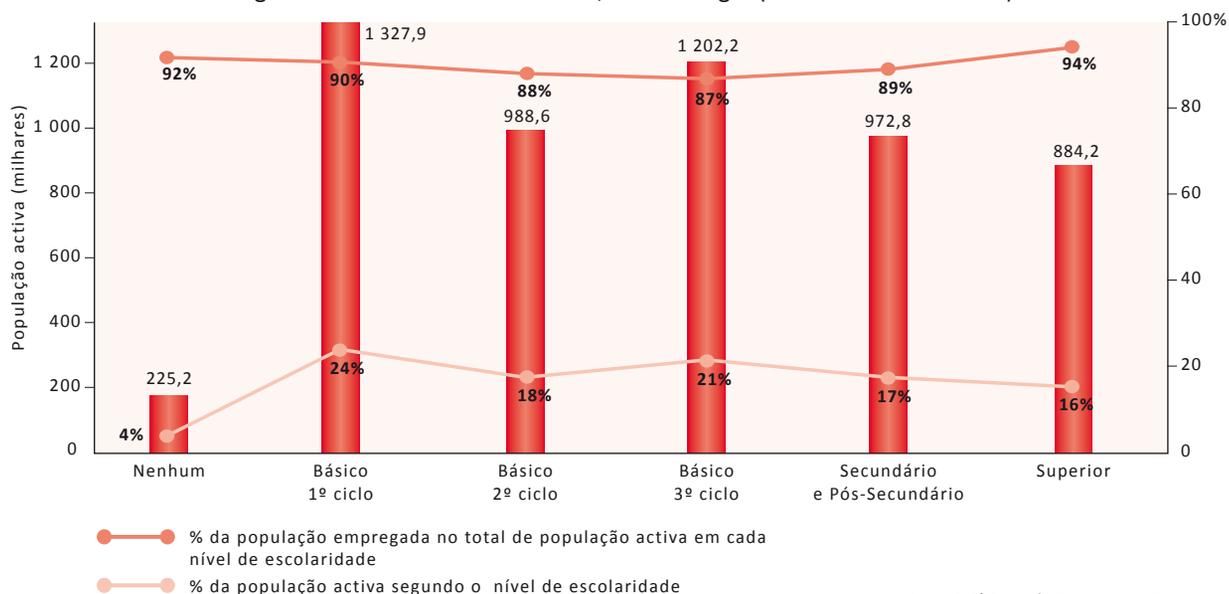


Tabela 1.2. Taxa de emprego (%), por sexo e nível de escolaridade completo, em Portugal (2002 a 2009)

Taxa de emprego (15 e + anos)	Sexo	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Até ao Básico - 3º ciclo	HM	56,2	55,3	54,5	54,0	54,0	53,9	53,6	50,9
	H	66,4	65,1	64,2	63,0	63,3	63,1	62,5	59,1
	M	46,6	46,0	45,3	45,3	45,1	45,1	45,0	43,1
Secundário e pós-Secundário	HM	63,0	61,2	60,5	61,0	62,2	62,4	63,3	64,1
	H	67,5	64,2	64,3	64,9	65,5	65,2	66,7	66,9
	M	58,8	58,5	57,0	57,3	59,2	59,7	60,0	61,3
Superior	HM	83,0	81,4	81,5	80,9	79,3	79,0	80,0	79,3
	H	85,1	83,1	82,3	82,1	81,3	81,6	82,7	79,7
	M	81,7	80,2	81,0	80,2	77,8	77,3	78,3	79,0

Fonte: Estatísticas do Emprego. INE, 2009

Figura 1.8. População activa (em milhares e %) e % da população empregada, segundo o nível de escolaridade, em Portugal (1º trimestre de 2010)





2 Educação de Infância

A educação de infância tem vindo a adquirir uma relevância crescente no âmbito das políticas educativas e sociais dos países da União Europeia, onde o reconhecimento da importância dos primeiros anos de vida na aprendizagem e no desenvolvimento dos jovens, associado à mudança no papel da mulher nas sociedades contemporâneas, conduziu a uma clara expansão das estruturas de atendimento para a educação e cuidados às crianças.

Em Portugal, as últimas décadas marcaram uma evolução muito favorável, quer no plano da legislação que salvaguarda a promoção e protecção das crianças, quer no alargamento progressivo dos serviços de educação e de apoio à família. No

plano legislativo, devem referir-se como marcos fundamentais a Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº 46/86, de 14 de Outubro), que integrou a educação pré-escolar no sistema educativo nacional, a ratificação em 1990 da Convenção sobre os Direitos da Criança aprovada pela ONU, que reconheceu as crianças como detentoras de direitos, e a Lei-Quadro da Educação Pré-escolar (Lei nº 5/97, de 10 de Fevereiro), que definiu a educação pré-escolar como a primeira etapa da educação básica.

No que se refere aos serviços de atendimento, para além da crescente cobertura institucional no grupo etário dos 0 aos 3 anos, é no desenvolvimento de estruturas de educação pré-escolar que se regista uma melhoria mais significativa do atendimento

das crianças dos 3 aos 6 anos de idade. O Plano de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-escolar¹, lançado em 1996, deu um impulso decisivo ao alargamento da rede nacional de educação pré-escolar, através da celebração de contratos-programa com os municípios, IPSS e estabelecimentos privados. Desse modo, o Estado regulou as formas de apoio à gratuitidade da componente educativa nos estabelecimentos de iniciativa pública, solidária e privada (nestes últimos, quando cobertos por contratos de desenvolvimento) e a comparticipação das famílias na componente social da educação pré-escolar, designadamente o alargamento dos horários de funcionamento e o fornecimento de refeições.

A educação de infância enquanto etapa educativa com identidade própria que se inicia com o nascimento da criança e se prolonga até aos 6 anos de idade tem vindo a ser reconhecida no contexto internacional. No nosso País, o CNE tem chamado a atenção quer para a necessidade de dotar a intervenção na primeira infância de intencionalidade educativa e de articulação com as estruturas de educação pré-escolar, quer para a relevância de uma educação pré-escolar de qualidade para as aprendizagens escolares futuras.

¹ O Plano de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-escolar foi lançado pelo Ministério da Educação em 1996, conjuntamente com os Ministérios do Trabalho e Segurança Social e do Equipamento, Planeamento e Administração do Território.

2.1 Cuidados para a Primeira Infância

Para a primeira infância, as respostas sociais assumem modalidades de oferta não formais e formais (Vasconcelos, 2000) que se traduzem, por um lado, num acompanhamento não qualificado e, por outro lado, numa provisão de creches, amas licenciadas, mini-creches e creches familiares, sendo estas últimas institucionalmente tuteladas pelo Ministério que tem a seu cargo a Solidariedade Social. De qualquer modo, as entidades promotoras destes serviços repartem-se, conforme os casos, pela administração pública central e local e pela administração privada, incluindo neste caso as IPSS, estabelecimentos com fins lucrativos, cooperativas e associações. Os cuidados prestados a crianças dos 0 aos 3 anos de idade têm fundamentalmente uma natureza de apoio social às famílias, sem intencionalidade educativa formal.

Entre 2000 e 2009, a taxa de cobertura das respostas para a primeira infância – creches e amas – teve um aumento de 76,3% (Figura 2.1.), tendo registado neste último ano um valor de 34,9%. Esta situação permitiu superar a meta europeia que fixou em 33% a percentagem de crianças a abranger em estruturas de acolhimento até 2010¹.

Para este aumento do número de creches terá contribuído mais recentemente o programa PARES², com o qual foi igualmente possível observar “um maior equilíbrio na cobertura territorial reduzindo-se as assimetrias registadas” (GEP-MTSS, *Relatório de 2007:19*). Apesar disso, os distritos de Lisboa, Porto e Santarém ainda não atingiram aquela meta (Figura 2.2.). Numa análise por concelho, verifica-se que, em 2009, 193 concelhos, 69,4% do total do Continente, já a atingiram, enquanto os restantes 85 concelhos ficaram aquém desse valor (GEP-MTSS, 2009).

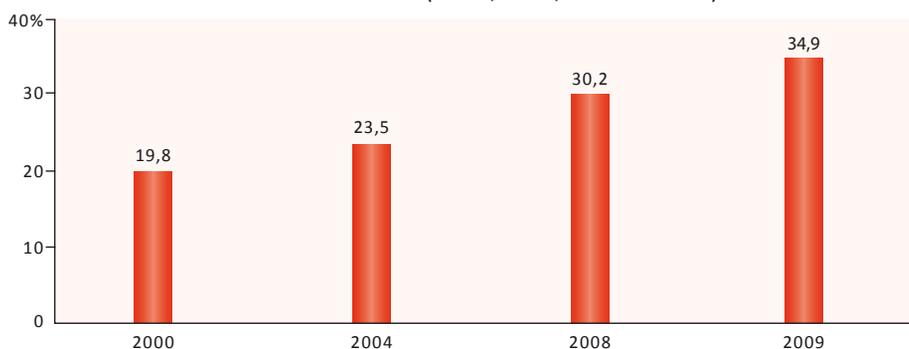
Apesar de ter sido superada a meta europeia, os dados mostram que continua a existir necessidade de prosseguir a expansão da oferta pelo facto de as famílias registarem uma taxa muito elevada de ocupação dos dois progenitores: no caso das mulheres em idade de ter filhos pequenos (25-44 anos), o país apresenta uma taxa de 87,2% para as mulheres dos 25-34 anos e de 86% para as de 35-44 (Figura 2.3.), enquanto que os homens do mesmo grupo etário apresentam taxas de actividade superiores a 90%. No quarto trimestre de 2009, Portugal apresentava uma taxa de actividade superior à média da UE 27, com 69,1% para as mulheres e 78,2% para os homens, enquanto na UE 27 eram de 64,4% e 77,6%, respectivamente (Eurostat, 2010).

A esta preocupação de cariz mais quantitativo, alia-se a procura de satisfação de outras necessidades sociais, verificando-se, por exemplo, uma progressiva tentativa de conciliar os horários de funcionamento das instituições com o horário de trabalho dos pais. Em 2008, 83,6% das creches abria as suas portas entre as 7h00 e as 8h00, enquanto 61,2% encerrava entre as 18h00 e as 19h00 (GEP-MTSS, *Relatório de 2008*). Esta é uma necessidade já identificada na Carta Social de 2000, principalmente para as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto: “dadas as dificuldades de trânsito e o facto de ambos os pais trabalharem, as crianças são obrigadas a permanecer até tarde nas creches” (Vasconcelos, 2003).

1 Conselho Europeu de Barcelona de Março de 2002

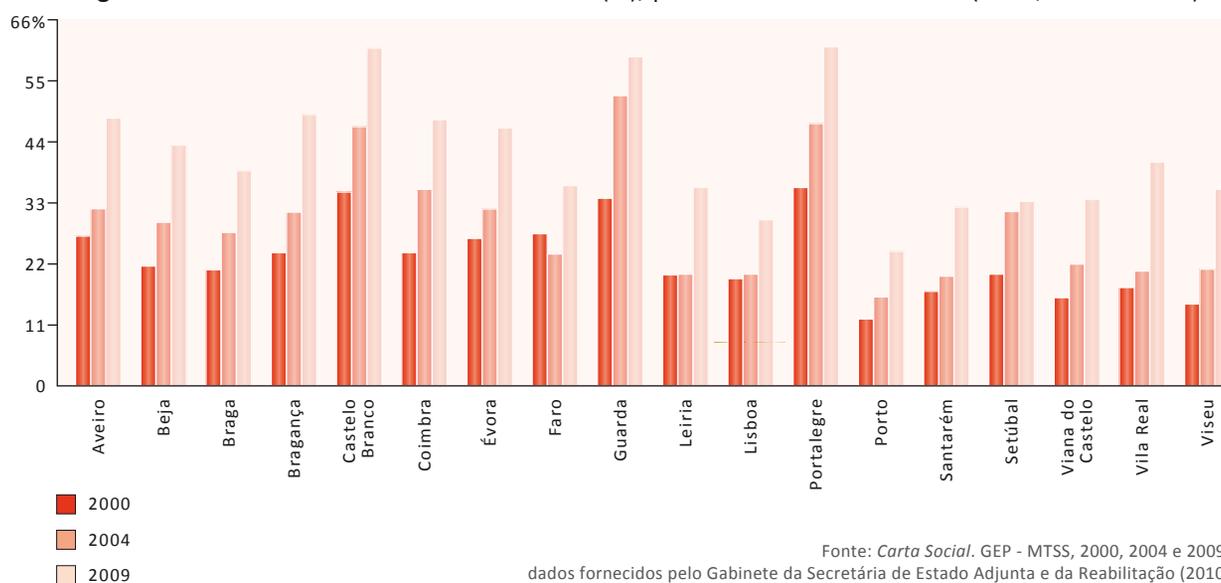
2 O PARES é um programa de alargamento da Rede de Equipamentos Sociais iniciado em 2006

Figura 2.1. Taxa de cobertura de creches e amas (%), no Continente (2000,2004, 2008 e 2009)



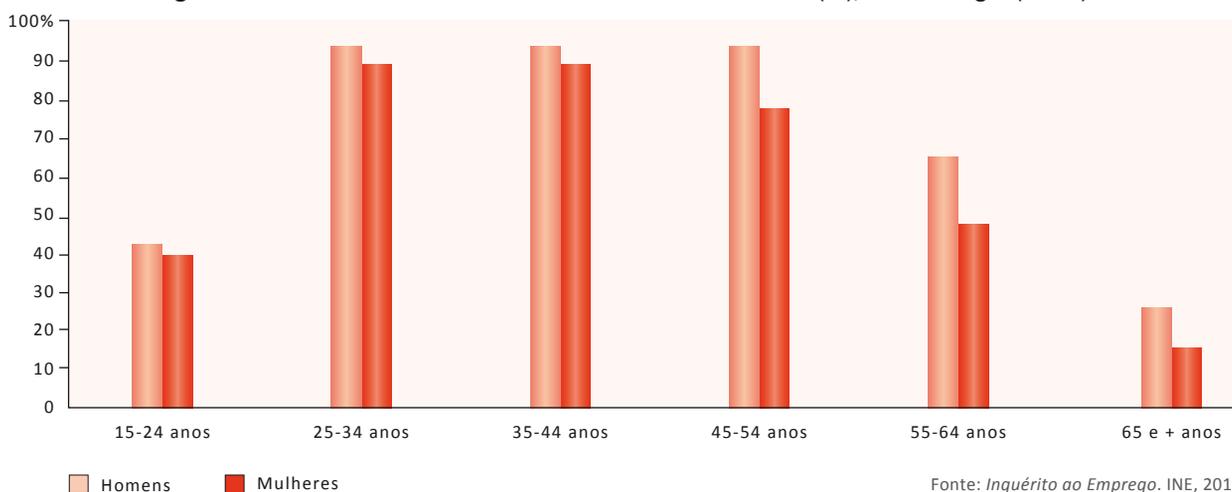
Fonte: *Carta Social*. GEP - MTSS, 2000, 2004, 2008 e 2009; dados fornecidos pelo Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação (2010)

Figura 2.2. Taxa de cobertura creches e amas (%), por distritos do Continente (2000, 2004 e 2009)



Fonte: *Carta Social*. GEP - MTSS, 2000, 2004 e 2009; dados fornecidos pelo Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação (2010)

Figura 2.3. Taxas de actividade de mulheres e de homens (%), em Portugal (2009)



Fonte: *Inquérito ao Emprego*. INE, 2010

2.2 Educação Pré-Escolar

Em 2008 e no sector público, a rede de educação pré-escolar compreendia 4670 estabelecimentos de tipologia JI (2901), EB1/JI (1725) e EBI/JI (44), enquanto no sector privado integrava 2006 unidades, distribuídas pelas tipologias JI (1717) e EB1/JI (289).

A Figura 2.4. mostra um crescimento significativo do número de estabelecimentos de educação pré-escolar entre 1995-96 e 2007-08, com especial relevância para a rede pública e para as regiões Norte, Centro e Alentejo. Curiosamente a região de Lisboa e Vale do Tejo regista uma diminuição do número de estabelecimentos neste sector. A rede privada também apresenta um crescimento neste período, mas em todas as regiões.

A educação pré-escolar destina-se a crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no Ensino Básico e é de frequência facultativa.

Como já antes se referiu, a taxa de pré-escolarização tem vindo a crescer consistentemente desde a sua institucionalização, em finais de 1970, tendo-se registado na década de 1990 um novo impulso para a expansão da rede, particularmente nos 3 e 4 anos de idade (Figura 2.5.). Entre 1990 e 2000 passou-se de uma taxa de pré-escolarização de 49,8% para 72,3% nos 4 anos de idade e de 52,8% para 84,1%, nos 5 anos. Nos últimos dez anos, a taxa de pré-escolarização dos 4 e 5 anos, no seu conjunto, subiu de 70,9%, em 1997-98, para 86,7%, em 2007-08, o que representa um crescimento de 22,3%.

Figura 2.4. Número de estabelecimentos de educação pré-escolar, por natureza do estabelecimento, segundo as NUTS II (1995/96 e 2007/08)

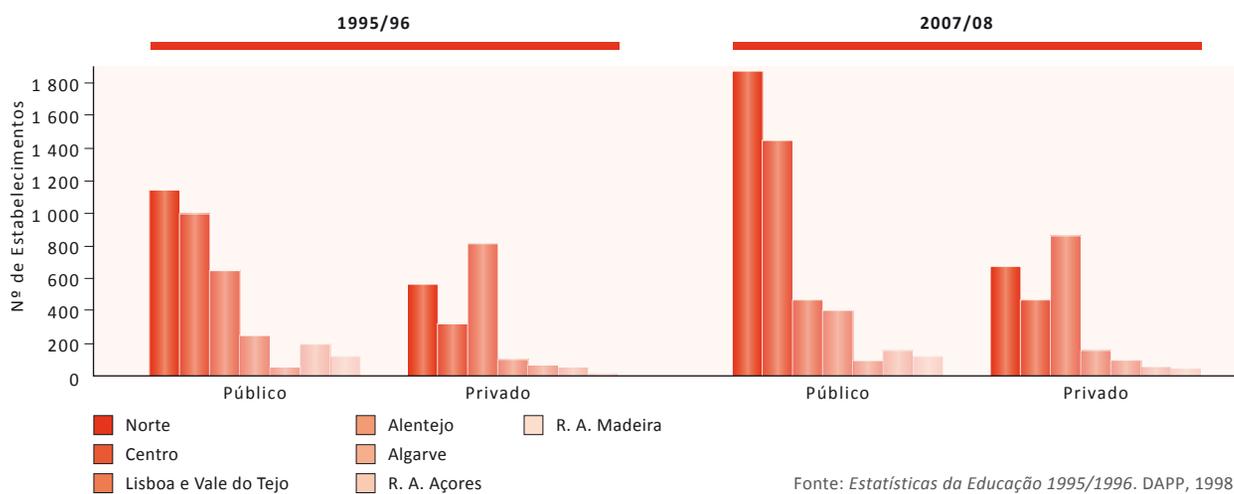


Figura 2.5. Taxa de pré-escolarização (%), por idade, em Portugal (1970/71 a 2007/08)



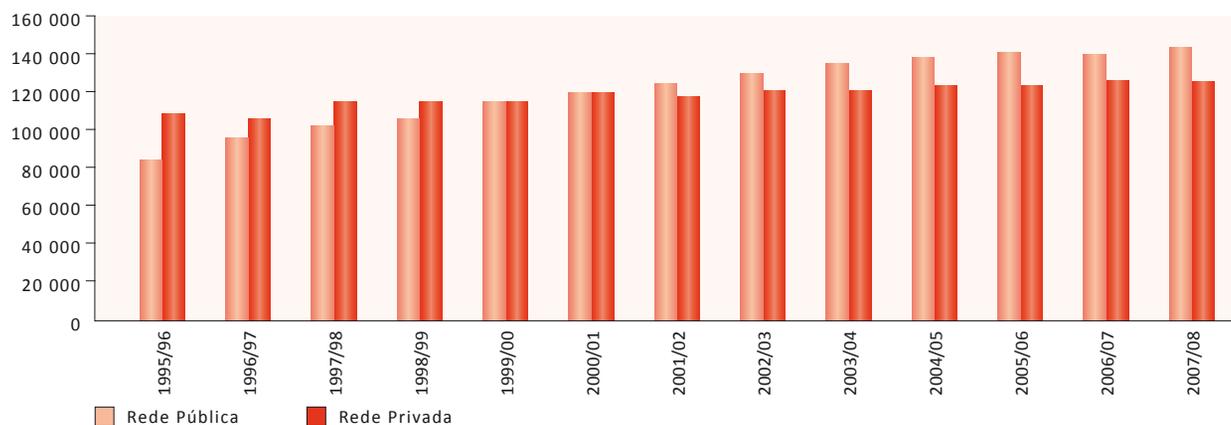
A expansão da rede de educação pré-escolar teve um maior incremento do investimento público nos últimos anos, ultrapassando a partir de 2001-02 a oferta privada considerando o número de crianças inscritas (Figura 2.6.).

Apesar disso, dados da IGE (IGE-ME, 2009), calculados por amostragem, indicam que a oferta ainda não corresponde à procura (Figura 2.7.). Analisando a relação entre as crianças inscritas e as não admitidas por falta de vagas, a percentagem destas últimas ainda é considerável, mesmo para os 5 anos (5,4%), aumentando para as crianças de idades mais baixas: 13,7% para os 4 anos e 25,2%

para os 3 anos. Nos 5 anos de idade, a região mais carenciada é o Alentejo que deixa de fora 19,2% de crianças. A falta de vagas para os 4 anos é mais notória nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo e Algarve, enquanto para os 3 anos a situação mais grave ocorre no Algarve, com cerca de 70% de crianças não admitidas, seguida de Lisboa com 48%.

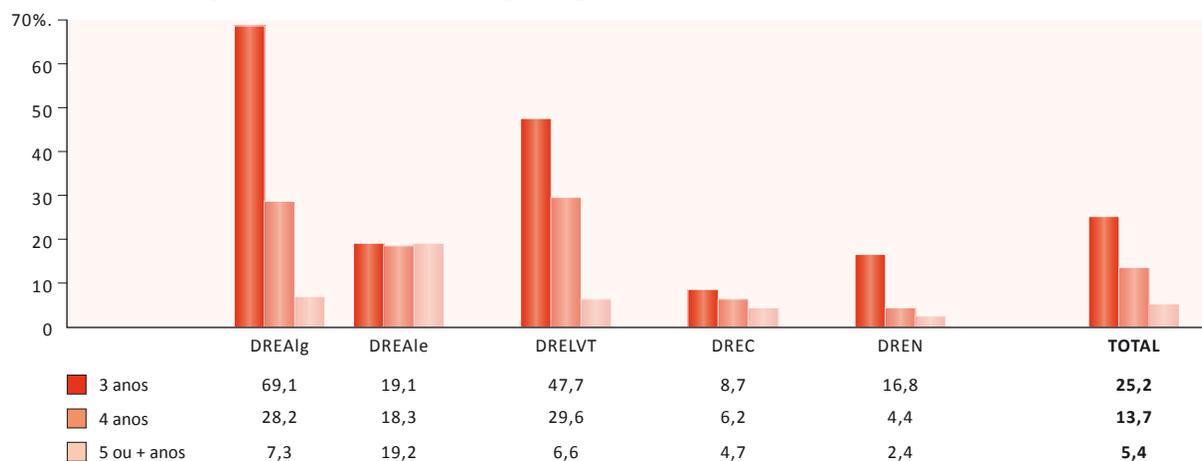
Associada à evolução da cobertura da rede, está a duração média da pré-escolarização, que atingiu a frequência de dois anos em 1997-98, mantendo-se nos 2,4% entre 2005 e 2008 (GEPE-ME e INE, 2009, vol. I: 225 e 227).

Figura 2.6. Número de crianças inscritas, segundo a rede institucional, em Portugal (1995/96 a 2007/08)



Fonte: 50 anos de Estatísticas da Educação, Vol. I. GEPE - ME / INE, 2009

Figura 2.7. Crianças não admitidas por falta de vaga (%) nos jardins de infância da rede pública, segundo a idade e por direcção regional de educação, no Continente (2008/09)



Fonte: Organização do Ano Lectivo 2008-2009 – Relatório Nacional. IGE, 2009

Meta UE 2020:

Pré-escolarização das crianças entre os 4 anos e a idade de início do Ensino Primário

95%**Portugal, 2007/08:****86,7%**

AVANÇOS

- A Taxa de cobertura de cuidados para a primeira infância registou um crescimento significativo entre 2000 e 2009, situando-se em 34,9% neste último ano e superando a meta europeia para 2010 (33%).
- Nos últimos dez anos a taxa de pré-escolarização dos 4 e 5 anos no seu conjunto subiu cerca de 22,3%, apresentando em 2007-08 um valor de 86,7% (meta da UE 2020: abranger 95% das crianças de 4 e 5 anos).

PROBLEMAS E DESAFIOS

- Persiste a necessidade de expansão quer da rede de cuidados para a infância quer da rede de educação pré-escolar de modo a corrigir assimetrias regionais e as limitações existentes nos grandes centros urbanos.
- Mantém-se a necessidade de aprofundar a intencionalidade educativa da oferta para a primeira infância.
- Importa investir na compatibilização das condições de funcionamento das estruturas de acolhimento com a vida familiar e com as necessidades sociais decorrentes do mundo do trabalho.
- Deve fomentar-se a conciliação da sociedade e do mundo do trabalho com uma vida familiar que permita um melhor apoio dos pais aos filhos mais pequenos.



3

Ensinos Básico e Secundário

Este capítulo integra a escolaridade básica e secundária e apresenta a sua evolução nos últimos anos na perspectiva da qualidade e da equidade da oferta e dos percursos educativos. Por isso se organiza em duas partes que se debruçam sobre as seguintes questões: i) o alargamento do acesso; ii) o sucesso escolar, na perspectiva da equidade e qualidade dos percursos.

Abrange a escolaridade dos 6 aos 18 anos, recentemente tornada obrigatória, alargando para doze anos o período anteriormente fixado em nove pela LBSE de 1986. Esta lei ampliava já para nove anos a escolaridade obrigatória de seis, em vigor desde 1964, e alargava o conceito de essencialidade da educação básica a novas competências associando-lhe características de universalidade e gratuidade. A partir dessa data a escolaridade

básica passa a organizar-se em três ciclos sucessivos de quatro, dois e três anos, estruturados segundo critérios de sequencialidade progressiva, em que cada um dos ciclos se orienta para complementar o anterior e não só para preparar o seguinte. O Ensino Secundário passou a configurar-se como uma unidade autónoma que, além da prossecução de estudos, tem a função de preparar para a inserção socioprofissional, assumindo-se como um ciclo terminal com formações de largo espectro e sem características exclusivamente propedêuticas em relação ao Ensino Superior.

Duas décadas volvidas sobre a adopção desta Lei, a composição social da população escolar transformou-se sob o efeito do alargamento do acesso à educação. Se tomarmos como indicador os beneficiários da Acção Social Escolar, verificamos

que a população carenciada representa 43% do total de alunos matriculados, sendo os muito carenciados (escalão A) proporcionalmente mais numerosos (58,0%). Tendo como referência o *índice ESCS** utilizado pelo PISA, 43,5% dos alunos de 15 anos situa-se nos níveis mais baixos da escala, o que representa uma percentagem muito elevada.

Para além da integração na escola de públicos que a ela não acediam por razões socioeconómicas e culturais, Portugal tem também acolhido, por força do crescimento do contingente de imigrantes, um número significativo de crianças e jovens cuja língua materna não é o português. Segundo o GEPE/ME, no ano lectivo de 2008/09 o sistema educativo tinha 77 019 alunos estrangeiros inscritos, de cerca de 50 nacionalidades, dos quais 66 891 em escolas públicas.

É também de salientar, a propósito da diversificação da população escolar, o esforço de integração nas escolas públicas de alunos com necessidades educativas especiais que, até 1995, eram acolhidos em instituições especializadas.

Em resposta às exigências diferenciadas dos novos públicos e na perspectiva de garantir condições de realização de uma escolaridade prolongada e bem sucedida para todos, assistiu-se a uma progressiva reconfiguração do sistema de ensino no que diz respeito à diversificação das ofertas formativas, com um investimento muito significativo na expansão das modalidades profissionalmente qualificantes e no aprofundamento da permeabilidade entre as diferentes vias de escolarização.

3.1 Rede Escolar e Oferta Educativa

A rede escolar nacional dos Ensinos Básico e Secundário compreende uma componente pública e uma privada que a complementa. Em 2008, era constituída por 7738 estabelecimentos de ensino, de diferentes tipologias, abrangendo a rede pública 6866 estabelecimentos de ensino, a funcionar na dependência directa da administração central, das regiões autónomas e das autarquias, e a rede privada 871, instituídos por entidades singulares ou colectivas, de natureza privada, com ou sem fins lucrativos.

Na Tabela 3.1. podemos analisar a evolução do número de estabelecimentos de educação/ensino, ao longo de uma década, 1998/99 a 2007/08, verificando-se um decréscimo sistemático do número total de estabelecimentos, que se traduz numa redução de 3929, mais significativa no ensino público, com 3903, do que no privado, tendo este registado ligeiras oscilações ao longo da década que vieram a culminar num saldo negativo de apenas 26.

De notar que, no ensino público, o número de estabelecimentos de tipologia EB1 (escolas básicas de 1º ciclo) sofreu uma redução de 56% (4849 estabelecimentos), enquanto o número dos de tipologia EB1/JI, EBI e EBI/JI aumentou 1377, 50 e 31 unidades, respectivamente. A partir de 1999-00 a participação do sector privado relativamente às tipologias EB1 e EB1/JI também cresceu, passando de 2 estabelecimentos para 58 e 289, respectivamente.

Tabela 3.1. Número de estabelecimentos de educação/ensino, por natureza institucional e tipologia, em Portugal (1998/99 a 2007/08)

Natureza e Tipologia	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08
Total	11 667	11 564	11 353	11 270	10 748	10 443	9 950	9 765	8 281	7 738
Público	10 769	10 667	10 459	10 359	9 879	9 588	9 105	8 917	7 421	6 866
EB1	8 710	8 651	8 422	8 187	7 668	6 949	6 357	6 072	4 522	3 861
EB1/JI	348	350	413	568	648	1 120	1 430	1 538	1 624	1 725
EB12	6	7	7	4	8	6	5	7	8	6
EB2	31	25	30	26	26	27	29	37	31	26
EB23	614	608	616	627	637	635	628	630	609	584
EB3	5	4	4	3	1	-	-	-	-	-
EBl	42	53	55	58	53	56	56	63	73	92
EBl/JI	13	30	19	27	28	32	37	34	37	44
EBM	472	414	365	325	280	236	35	16	1	1
EB23/ES	104	109	111	113	109	107	110	104	117	150
ES/EB3	332	322	328	319	298	322	319	319	303	274
ES	65	73	67	77	98	72	74	73	71	65
ESA	2	2	2	2	2	3	3	3	3	3
EP	25	19	20	23	23	23	22	21	22	35
Privado	898	897	894	911	869	855	845	848	860	872
EB1	-	2	2	88	76	61	58	63	62	58
EB1/JI	-	2	87	292	283	282	286	279	285	289
ESA	-	1	1	1	1	1	1	1	1	1
EP	203	203	202	220	220	221	215	216	220	228
M-N	695	689	602	310	289	290	285	289	292	296

Fonte: 50 Anos de Estatísticas da Educação. GEPE - ME / INE, 2009

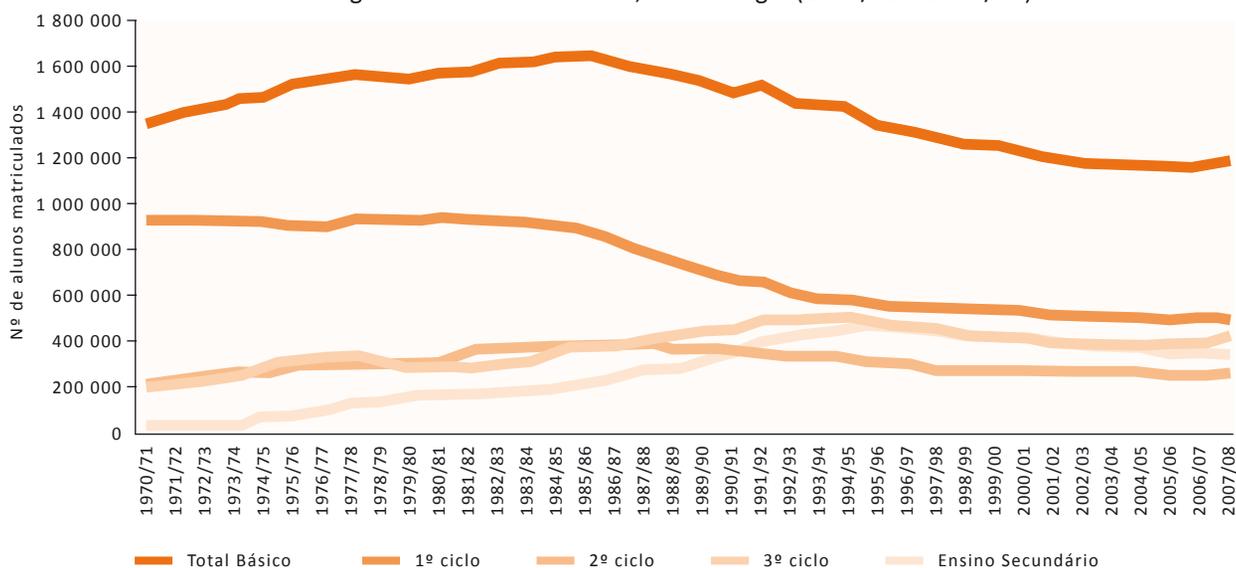
3.2 Democratização do Acesso à Educação

Evolução do número de alunos matriculados – ensino regular

A procura de educação tem vindo a crescer consistentemente desde a década de sessenta, atingindo valores mais elevados no ano lectivo de 1991/92, com 2 milhões de alunos matriculados, duplicando, deste modo, a evolução que se verificava no início deste período de cinquenta anos. No entanto, a queda do número de jovens decorrente da diminuição dos níveis de fecundidade que se vem registando a partir da década de oitenta tem determinado um correspondente decréscimo no número de alunos matriculados, tendo-se atingido cerca de um milhão e quinhentos mil alunos nos Ensinos Básico e Secundário, em 2007-08 (último ano em que se dispõe de dados oficiais). A Figura 3.1. mostra a evolução do número de matriculados nestes níveis de ensino, sendo notórios, especialmente no 1º ciclo, os efeitos desta quebra demográfica e a redução das taxas de reprovação neste nível.

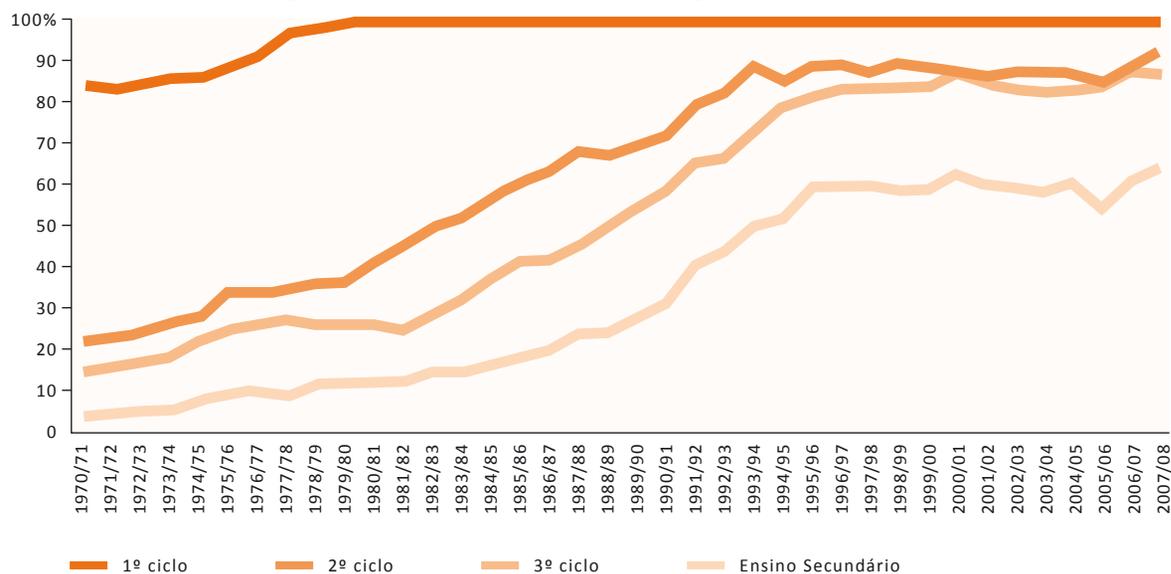
A Figura 3.2., por seu turno, dá-nos a evolução das *taxas reais de escolarização** onde se verifica que o 1º ciclo do Ensino Básico atingia já os 100% no início da década de 1980 e que os 2º e 3º ciclos, embora partindo de taxas de escolarização muito baixas, têm mantido um crescimento constante. Em 2007-08, o 2º ciclo atingiu os 90% e o 3º ciclo obteve uma das taxas de escolarização mais elevadas de sempre, 86,8%. O Ensino Secundário, por sua vez, atingiu um nível próximo dos 60% em meados da década de noventa e assim se tem mantido praticamente estagnado, atingindo o valor mais elevado em 2007-08 com 63,2% (próximo do anterior recorde de 62,5% registado no ano de 2000-01).

Figura 3.1. Número de alunos matriculados nos Ensinos Básico e Secundário, segundo o ciclo de estudos, em Portugal (1970/71 a 2007/08)



Fonte: 50 Anos de Estatísticas da Educação. GEPE - ME / INE, 2009

Figura 3.2. Taxa real de escolarização (%) nos Ensinos Básico e Secundário, segundo o ciclo de estudos, em Portugal (1970/71 a 2007/08)



Fonte: 50 Anos de Estatísticas da Educação. GEPE - ME / INE, 2009

Ao distinguirmos por sexo os alunos matriculados desde 1970 a 2008 verificamos um ligeiro predomínio do sexo masculino no Ensino Básico, enquanto no Ensino Secundário esse predomínio só foi mais significativo até 1975-76, pois a partir daí as mulheres passaram a constituir mais de 50% dos alunos matriculados (Figura 3.3.).

Neste período de cinco décadas, o número de alunos matriculados por sector institucional (público e privado) apresenta algumas diferenças entre o Ensino Básico e o Secundário. Embora em ambos os

casos o número de alunos matriculados no ensino público seja sempre superior ao do sector privado, no Ensino Básico essa diferença é relativamente constante ao longo de todo o período, enquanto no Ensino Secundário, a partir de 1996-97, se regista um ligeiro decréscimo no sector público, ao mesmo tempo que o sector privado apresenta uma certa estabilidade, apesar da quebra demográfica referida (Figura 3.4.).

Figura 3.3. Alunos matriculados (%) segundo o sexo, por nível de ensino, em Portugal (1970/71, 1975/76, 1980/81, 1985/86, 1990/91, 1995/96, 2000/01, 2005/06 a 2007/08)

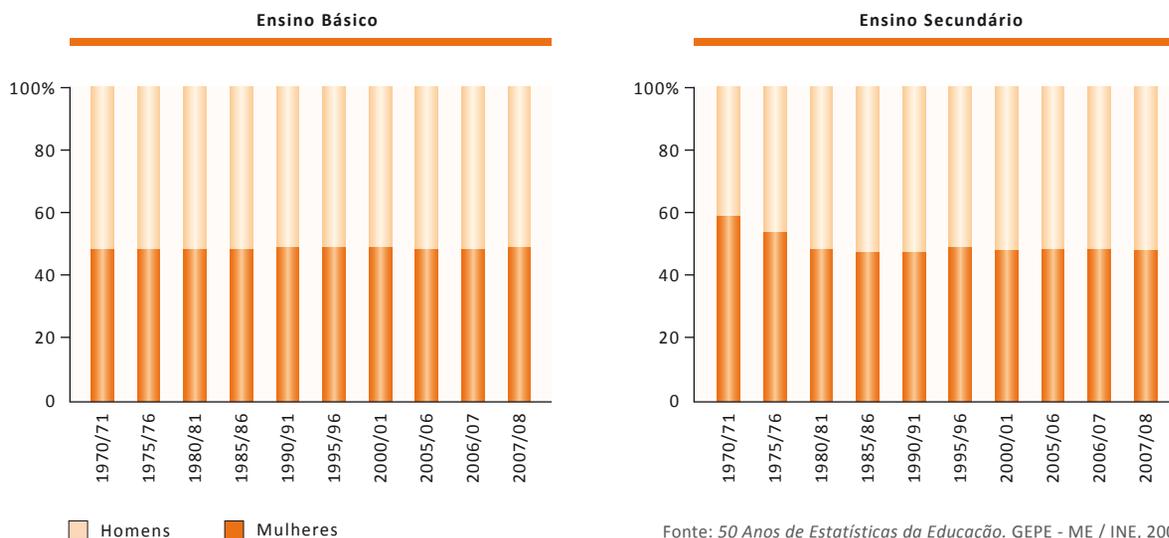
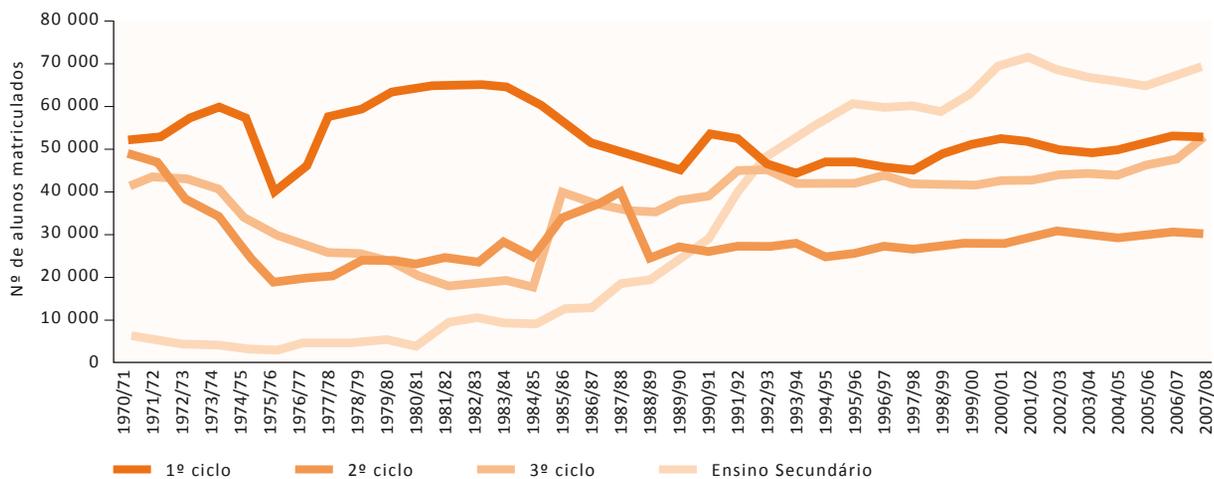


Figura 3.4. Número de alunos matriculados em escolas da rede privada, segundo o nível de ensino, em Portugal (1970/71 a 2007/08)



Diversificação da oferta – outras modalidades de ensino

Acompanhando o crescimento descrito e a recomposição da população escolar, a oferta educativa tem vindo a sofrer alterações significativas com particular expressão no Ensino Secundário.

A partir de 1997, os cursos de educação e formação (CEF) passaram a constituir uma nova oportunidade de qualificação académica e vocacional, destinada a jovens com idades iguais ou superiores a 15 anos, em risco de abandono escolar ou que já abandonaram o sistema educativo. Estes cursos conferem qualificação de nível 1, 2 ou 3 e certificação de conclusão dos 6º, 9º ou 12º anos de escolaridade, respectivamente.

A frequência desta modalidade no 2º ciclo do Ensino Básico é residual, embora o número de alunos matriculados em 2007-08 (1077) tenha praticamente duplicado desde o início do seu funcionamento, em 2002-03, quando apenas se registavam 573 inscritos.

Se observarmos a evolução do número de matriculados constante da Tabela 3.2., verificamos que o 3º ciclo é o nível em que a expansão deste tipo de oferta mais se tem feito sentir. Iniciou-se em 1999-00 com 1377 alunos matriculados e tem vindo a crescer exponencialmente nos últimos três anos (2005-06/2007-08), quase duplicando o número de matriculados de ano para ano.

No Ensino Secundário e no que se refere a modalidades de ensino “não regular”, a preferência vai para os cursos profissionais. Esta oferta deu os primeiros passos no final dos anos 1980¹, funcionando quase exclusivamente em Escolas Profissionais Privadas. A partir de 2004-05, os Cursos Profissionais de nível 3 sofreram um incremento muito significativo, graças à sua recente introdução em escolas secundárias (Figura 3.5.). No período em análise observa-se também uma descida no número de inscritos nos cursos tecnológicos ao mesmo tempo que aumenta o número de inscritos nos cursos profissionais e nos CEF.

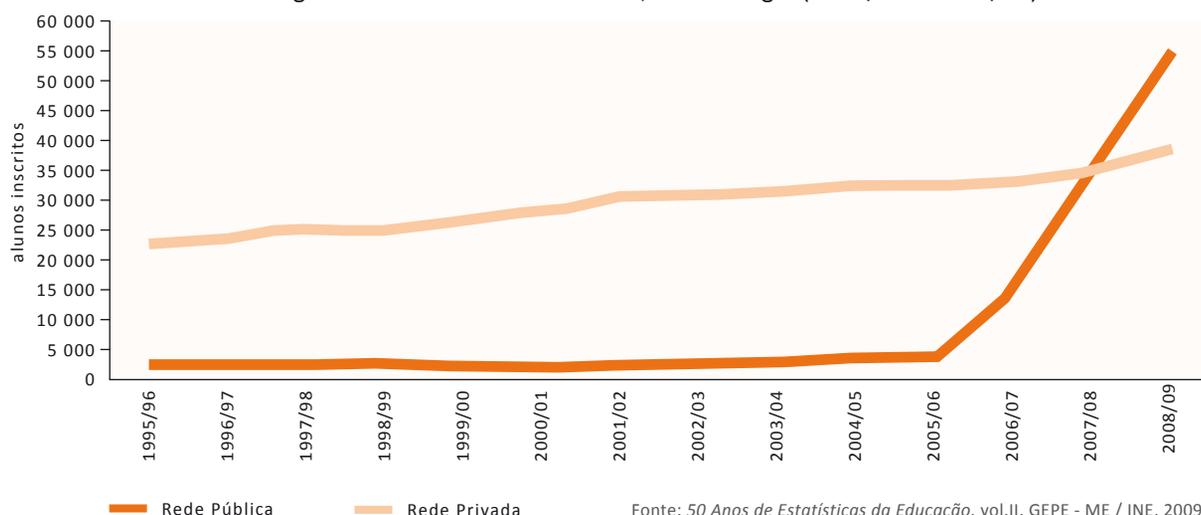
Se a estas modalidades acrescentarmos outras de dupla certificação de nível secundário (no Continente. Público e Privado) como os *Cursos de Aprendizagem** (que em 2007-08 registavam 20 720 inscritos) e as escolas de hotelaria e turismo (com 2 010 inscritos na mesma data (ANQ, 2010)), verifica-se que, apesar do aumento da procura das modalidades formativas profissionalmente qualificantes, em 2007-08 ainda era minoritário o número de jovens que as frequentavam (Figura 3.6.).

Quanto à proporção de homens e mulheres nas várias modalidades de dupla certificação do Ensino Secundário, ultimamente regista-se uma participação ligeiramente inferior de homens nos cursos tecnológicos e no conjunto Cursos Profissionais e CEF (46,5% e 45%, respectivamente), embora a participação das mulheres tenha começado por ser maioritária nos cursos profissionais durante os primeiros quatro anos da sua existência. Já nos Cursos Gerais (ou sua equivalente Via de Ensino), a participação das mulheres nunca deixou de ser maioritária a partir de 1974-75 (GEPE-ME e INE, 2009).

Na análise deste fenómeno, convirá também ter em conta os dados referentes à composição socioeconómica dos públicos das várias modalidades, verificando-se, segundo a mais recente publicação do Observatório de Trajectos de Estudantes do Ensino Secundário (Rodrigues *et al*, 2007), que os alunos dos cursos profissionalmente qualificantes são aqueles cujas famílias tendem a apresentar qualificações mais baixas, com a excepção do ensino artístico especializado.

1 Na sequência da criação do Gabinete de Educação Tecnológica, Artística e Profissional (GETAP), do ME, em 1988.

Figura 3.5. Número de alunos inscritos em cursos profissionais de nível 3, segundo a natureza institucional, em Portugal (1995/96 a 2008/09)



Fonte: 50 Anos de Estatísticas da Educação, vol.II. GEPE - ME / INE, 2009; Estatísticas da Educação 2008/2009. GEPE - ME, 2010

Tabela 3.2. Número de matriculados no 3º ciclo e Ensino Secundário, por modalidade de ensino, em Portugal (1996/97 a 2007/08)

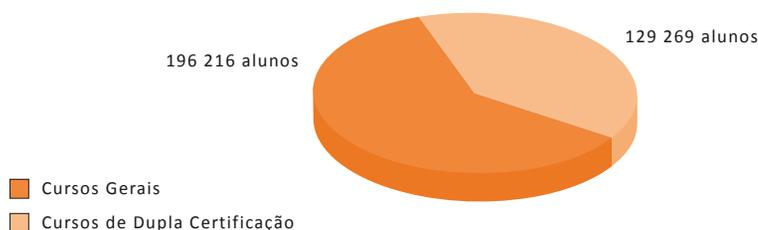
	1996/97	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08
3.º Ciclo do Ensino Básico												
Total	463 214	456 176	440 099	424 364	415 778	401 895	391 771	386 033	380 903	393 354	398 592	425 268
Regular ⁽¹⁾	417 796	411 604	400 758	387 032	380 570	368 789	362 910	359 668	353 960	362 894	359 847	342 544
Curs.Profissionais - nível II ⁽²⁾	1 132	1 137	919	948	1 113	946	885	1 472	2 081	2 194	952	1 037
CEF				1 377	3 028	2 549	2 582	4 234	7 061	14 147	25 925	45 820
CEFA											2 082	32 560
Recorrente	44 286	43 435	38 422	35 007	31 067	29 611	25 394	20 659	17 801	14 119	9 786	3 307
Ensino Secundário												
Total	458 232	442 783	421 005	417 705	413 748	397 532	385 589	382 212	376 896	347 400	356 711	349 477
Cursos Gerais	293 465	287 280	272 153	264 973	241 850	224 077	213 731	212 342	205 671	188 460	196 023	196 216
Cursos Tecnológicos	82 542	80 589	73 974	68 063	64 944	58 264	53 973	52 850	59 474	52 228	42 820	25 673
Ens. Artístico Especializado	1 604	2 043	2 071	1 937	2 077	2 156	2 098	2 196	2 184	2 063	2 256	2 264
Curs. Profissionais - nível III	26 686	28 380	27 995	29 100	30 668	33 799	33 587	34 399	36 765	36 943	47 709	70 177
CEF							2 353	2 877	2 832	3 422	5 224	8 425
CEFA												15 831
Recorrente	53 935	44 491	44 812	53 632	74 209	79 236	79 847	77 548	69 970	64 284	62 679	30 891

(1) Inclui o Ensino Artístico Especializado (em regime integrado)

(2) Apesar do Decreto-Lei 74/2004 de 26/03 apenas admitir a existência de cursos profissionais de nível III, ainda existem em funcionamento no 3º CEB alguns cursos que conferem uma qualificação de nível II.

Fonte: Educação em Números - Portugal 2009. GEPE - ME, 2009

Figura 3.6. Alunos matriculados em cursos de nível secundário de dupla certificação e cursos gerais, em Portugal (2007/08)



Fonte: GEPE/INE, 2009; ANQ, 2010

Frequência em idade ideal e saída precoce do sistema

Estando na escola, como se disse, a totalidade, ou a quase totalidade, das crianças e dos jovens entre os 6 e os 14 anos de idade, verifica-se que a percentagem dos que a frequentam, com a idade ideal¹, se situa próximo dos 100% no 1º ciclo e tem vindo a crescer nos restantes ciclos do Ensino Básico e no Ensino Secundário. Apesar disso, não deixa de ser relevante que no actual período de escolaridade obrigatória ainda persistam 7% de alunos com 11 anos, idade ideal de conclusão do 2º ciclo, que não começaram sequer a frequentá-lo, e 8% de alunos com 14 anos em situação correspondente, relativamente ao 3º ciclo.

A análise das coortes relativas aos anos lectivos de 1994-95 e 2007-08 (Tabela 3.3.) demonstra um desfasamento etário em todos os ciclos e níveis de escolaridade, revelador de insucesso escolar e repetências múltiplas. Veja-se, por exemplo, que entre os 15 e os 17 anos, ainda frequentam o 3º ciclo 44,6% de alunos com 15 anos, 28,1% com 16 e 14,3% com 17.

A partir dos 15 anos, ou seja, com a idade em que deveriam estar a iniciar a frequência do nível secundário, volta a verificar-se um decréscimo na taxa de escolarização. Neste nível de ensino a percentagem de alunos a frequentar os 10º, 11º e 12º anos, nas idades consideradas ideais, é ainda mais reduzida que nos ciclos de escolaridade precedentes.

Acresce que, segundo o estudo do OTES/GEPE referido no capítulo anterior, é nas modalidades profissionalmente qualificantes que se registam as maiores divergências entre a idade real e a idade esperada de frequência do 12º ano ou equivalente e, de entre estas, as menos penalizadas são os

curso de ensino artístico especializado e os cursos tecnológicos, enquanto os alunos dos CEF são os que se encontram em pior situação: apenas em 13% dos casos a idade real corresponde à esperada para a frequência do ano em apreço (12º).

Apesar do forte incremento do acesso à educação e da universalização da escolaridade de nove anos, o sistema educativo não assegura, ainda, as condições para a concretização das aprendizagens fundamentais por parte dos jovens, no tempo previsto para a conclusão dos diferentes ciclos de ensino.

A Tabela 3.4. apresenta a evolução do indicador *saída escolar precoce**, utilizado em termos das comparações internacionais em diferentes países da Europa, entre os anos 2002 e 2009. Convém ter presente que, em Portugal e no período em análise, a escolaridade obrigatória era de nove anos, enquanto em outros países já era de doze anos e que os dados de Portugal incluem quer os abandonos antes da conclusão da escolaridade obrigatória, quer as saídas depois da conclusão da mesma (9º ano).

A análise da tabela permite verificar que, em apenas sete anos, Portugal reduziu em 14 pontos os níveis de saída escolar precoce. Apesar desta redução, persiste uma distância muito considerável a vencer entre Portugal e a grande maioria dos restantes países analisados.

Ao desagregar os dados da *saída escolar precoce* por sexo, verifica-se a mesma tendência de redução em ambos os sexos. Embora essa redução seja mais acentuada nos homens do que nas mulheres, elas desistem menos da escola do que os homens.



1 Considera-se aqui, à semelhança do conceito utilizado pelo GEPE - ME e INE (2009), como idades expectáveis para a frequência dos diferentes ciclos de estudo, as seguintes: Educação pré-escolar, 3-5; 1º ciclo, 6-9; 2º ciclo, 10-11; 3º ciclo, 12-14; Ensino Secundário, 15-17.

Tabela 3.3. Taxa de escolarização (%) por idade*, segundo o nível de educação/ensino, no Continente (1994/95 e 2007/08)

1994/95						2007/08					
Homens e Mulheres						Homens e Mulheres					
	Pré-Escolar	Ensino Básico			Ens. Sec.		Pré-Escolar	Ensino Básico			Ens. Sec.
		1ºciclo	2ºciclo	3ºciclo				1ºciclo	2ºciclo	3ºciclo	
3 anos	44,0	0,0	0,0	0,0	0,0	63,1	0,0	0,0	0,0	0,0	
4 anos	55,4	0,0	0,0	0,0	0,0	81,1	0,0	0,0	0,0	0,0	
5 anos	62,2	0,0	0,0	0,0	0,0	91,6	0,6	0,0	0,0	0,0	
6 anos	6,7	93,3	0,0	0,0	0,0	2,0	98,0	0,0	0,0	0,0	
7 anos	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	
8 anos	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	
9 anos	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	99,2	0,8	0,0	0,0	
10 anos	0,0	27,6	72,4	0,0	0,0	0,0	21,0	79,0	0,0	0,0	
11 anos	0,0	14,2	85,8	0,0	0,0	0,0	6,2	92,8	1,0	0,0	
12 anos	0,0	6,0	29,2	64,8	0,0	0,0	2,0	28,0	70,0	0,0	
13 anos	0,0	3,4	15,8	80,8	0,0	0,0	0,9	13,9	85,2	0,0	
14 anos	0,0	2,0	7,9	80,3	0,0	0,0	0,6	6,9	91,8	0,8	
15 anos	0,0	0,2	4,1	42,2	44,5	0,0	0,3	3,0	44,6	52,1	
16 anos	0,0	0,2	0,9	23,6	53,8	0,0	0,1	1,1	28,1	66,4	
17 anos	0,0	0,2	0,8	13,3	58,3	0,0	0,1	0,4	14,3	69,4	
18 anos	0,0	0,2	0,6	6,4	40,3	0,0	0,0	0,2	6,1	38,7	
19 anos	0,0	0,2	0,4	4,0	25,7	0,0	0,0	0,1	2,4	20,7	
20 anos	0,0	0,4	0,3	2,5	16,4	0,0	0,1	0,1	1,4	11,0	

Fonte: GEPE - ME, 2010

Tabela 3.4. População (%) entre os 18 e os 24 anos que sai precocemente do sistema com, no máximo, o 3º ciclo do Ensino Básico, na UE27, na Zona Euro e noutros países (2002 e 2009)

	Total		Homens		Mulheres	
	2002	2009	2002	2009	2002	2009
EU 27	17,0	14,4	19,1	16,3	14,9	12,5
Zona Euro (16 países)	18,9	15,9	21,6	18,3	16,2	13,5
Dinamarca	9,0	10,6	9,9	13,2	8,2	7,7
Alemanha	12,5	11,1	12,5	11,5	12,5	10,7
Irlanda	14,6	11,3	18,0	14,4	11,2	8,2
Grécia	16,5	14,5	20,6	18,3	12,5	10,6
Espanha	30,7	31,2	36,8	37,4	24,2	24,7
França	13,4	12,3	14,9	14,3	11,9	10,3
Itália	24,2	19,2	27,8	22,0	20,5	16,3
Hungria	12,2	11,2	12,5	12,0	11,9	10,4
Polónia	7,2	5,3	8,9	6,6	5,6	3,9
Portugal	45,0	31,2	52,6	36,1	37,2	26,1
Roménia	23,0	16,6	23,9	16,1	22,1	17,2
Eslováquia	6,7	4,9	7,6	5,7	5,8	4,1
Finlândia	9,7	9,9	11,8	10,7	7,6	9,0
Reino Unido	17,6	15,7	18,1	17,0	17,1	14,5
Turquia	55,0	44,3	46,1	37,9	63,3	50,2
Noruega	13,5	17,6	14,4	21,8	12,6	13,4
Suiça	6,7	9,2	6,3	9,1	7,1	9,3

Fonte: Eurostat (atualização: 14.07.2010)

3.3 O Sucesso Escolar

Evolução das taxas de transição

Importa perceber como o sistema educativo tem conseguido lidar com a crescente diversidade de alunos e como se têm comportado os indicadores habitualmente utilizados para compreender o sucesso escolar quer no Ensino Básico, quer no Ensino Secundário, nomeadamente através da evolução das *taxas de transição/conclusão** e das *taxas de retenção e desistência**. A análise recairá apenas sobre as modalidades regulares de ensino, uma vez que não existem dados relativos às outras modalidades.

Relativamente a taxas de transição/conclusão, o 1º ciclo é o que regista valores globais mais elevados (96,3%), sendo o 1º ano o que atinge taxas superiores (100%), seguido do 3º ano que oscila entre os 90,6% e 96,9% no período em análise. No ano de conclusão (4º) as taxas de transição têm consistentemente vindo a evoluir de forma positiva, atingindo o valor mais elevado em 2007-08, com 95,6%.

O 2º ciclo tem-se situado entre os 84,4% (2001-02) e os 92,0% (2007-08), com valores bastante equivalentes entre os dois anos que o compõem: em 2007-08 o 5º e o 6º anos atingiram exactamente o mesmo nível (92%).

O 3º ciclo é aquele que regista valores mais baixos, mantendo, no entanto, uma evolução positiva que culmina nos 86% no final deste período. Neste ciclo, o ano de transição do ciclo anterior é o que apresenta valores mais baixos. As taxas mais elevadas, que se distribuíam entre o 8º e o 9º ano nos primeiros anos desta série, passaram a estabilizar no 8º ano a partir de 2004-05, facto a que não será alheia a introdução de exames nacionais no ano terminal deste nível de ensino.

A Figura 3.7. mostra a evolução das taxas de transição no Ensino Básico entre 1995-96 e 2007-08 onde se verifica uma evolução global positiva, que atinge os 92% em 2007-08.

O Ensino Secundário também tem vindo a evoluir favoravelmente, embora partindo de patamares significativamente inferiores: de 66,9%, em 1995-96, para 79,0%, em 2007-08. Neste caso, o 11º ano é o que regista níveis mais elevados, enquanto o 12º apresenta os mais baixos. As taxas de transição do 12º ano têm oscilado entre 47,5% em 2000-01 e os 67,3% em 2007-08.

Analisando como se espelha esta evolução nas diferentes áreas de formação, verifica-se que os cursos gerais (ou antecessores equivalentes) apresentam taxas de transição/conclusão sempre superiores às dos cursos tecnológicos, com as únicas excepções do ano lectivo 2005-06, no 12º ano, e do ano lectivo 2006-07 no 11º ano. De resto, é patente na Figura 3.9. que os resultados dos cursos tecnológicos se têm vindo a aproximar dos gerais, sobretudo nos três últimos anos. O 10º ano é aquele em que as diferenças de resultados entre as duas áreas são mais acentuadas, curiosamente cedendo lugar a uma aproximação progressiva no 11º ano que se vem confirmando no ano terminal deste ciclo de estudos.

Os dados indicam uma tendência para a transferência de uma parte da população que frequenta os cursos tecnológicos para os cursos profissionais. Seria, pois, vantajoso conhecer as taxas de transição das diferentes modalidades de Ensino Secundário.

Figura 3.7. Taxa de transição/conclusão (%), por ciclo do Ensino Básico, em Portugal (1995/96 a 2007/08)

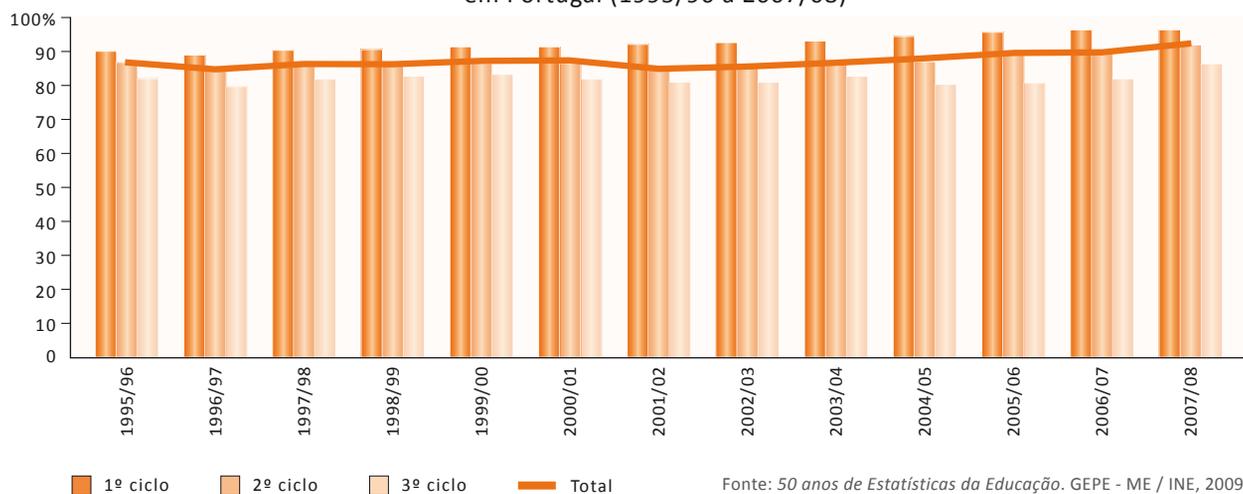


Figura 3.8. Taxa de transição/conclusão (%), por ano de escolaridade do Ensino Secundário, em Portugal (1995/96 a 2007/08)

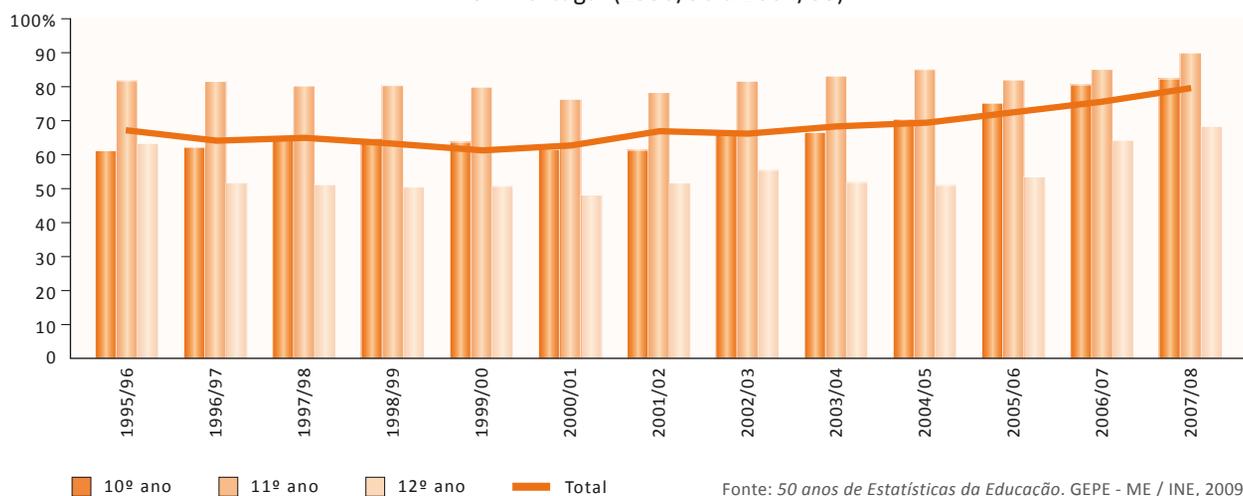
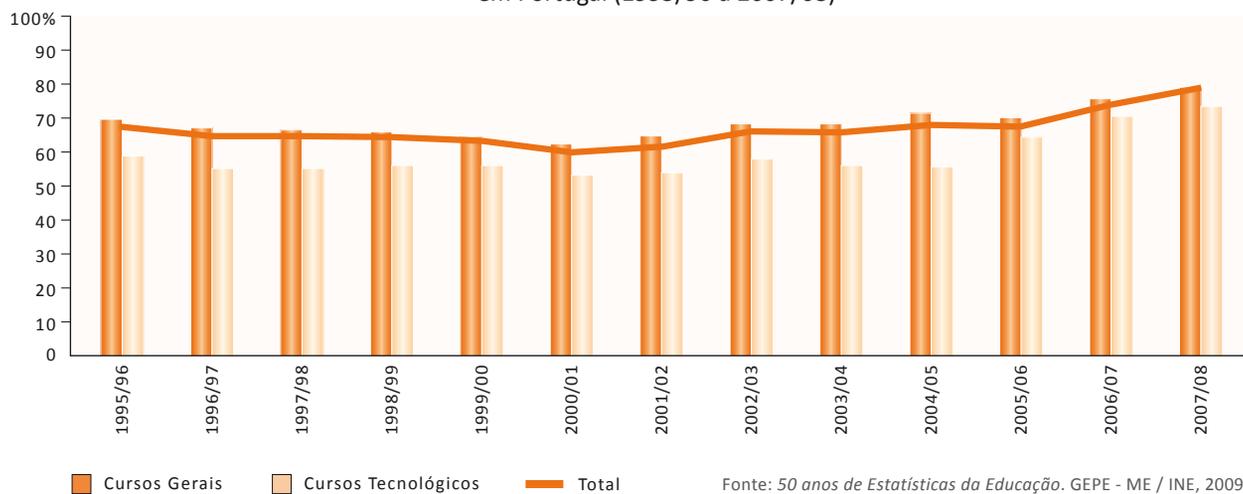


Figura 3.9. Taxa de transição/conclusão nos cursos gerais e tecnológicos do Ensino Secundário, em Portugal (1995/96 a 2007/08)



As taxas de transição no ensino público e no ensino privado

As Figuras 3.10. a 3.17. mostram a evolução das taxas de transição dos sectores Público e Privado, entre os anos lectivos 2000-01 e 2007-08, sendo que as segundas apresentam globalmente valores mais elevados em todos os anos do período em apreciação.

Numa análise por ciclos de escolaridade do Ensino Básico, nota-se que o 2º ciclo é aquele em que se verificam menos discrepâncias entre as escolas públicas e as privadas (globalmente cerca de 7 pontos percentuais). As diferenças são mais acentuadas nos 1º e 3º ciclos do Ensino Básico, nomeadamente no ano terminal do 1º ciclo e no conjunto dos anos do 3º ciclo.

Quanto ao Ensino Secundário, as taxas de transição são, na generalidade, superiores nas escolas privadas. Numa análise por anos de escolaridade, verifica-se que essa discrepância se mantém em todos os anos, sendo o 11º aquele em que existe menor diferença entre Público e Privado e o 12º o que apresenta uma discrepância cada vez mais acentuada.

Figura 3.10. Taxa de transição (%) no 1º ciclo em escolas da rede pública, por ano de escolaridade, em Portugal (2000/01 a 2007/08)

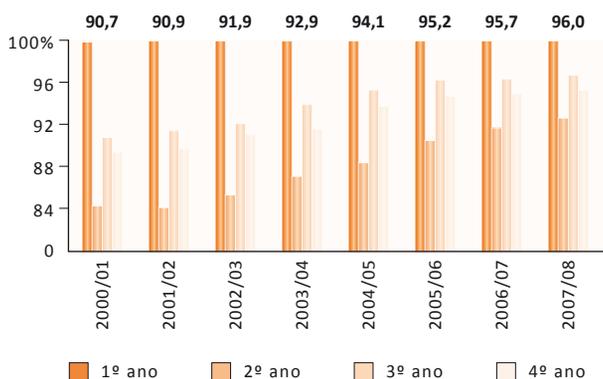


Figura 3.11. Taxa de transição (%) no 1º ciclo em escolas da rede privada, por ano de escolaridade, em Portugal (2000/01 a 2007/08)

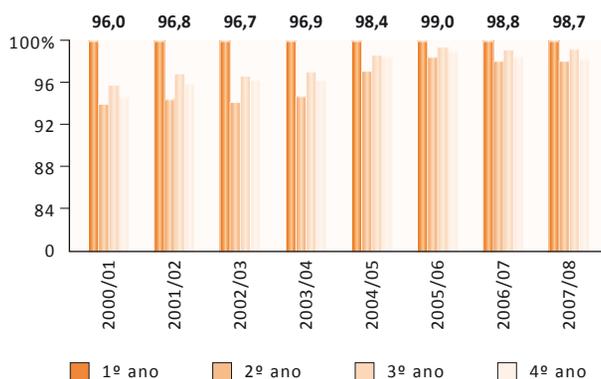


Figura 3.12. Taxa de transição (%) no 2º ciclo em escolas da rede pública, por ano de escolaridade, em Portugal (2000/01 a 2007/08)

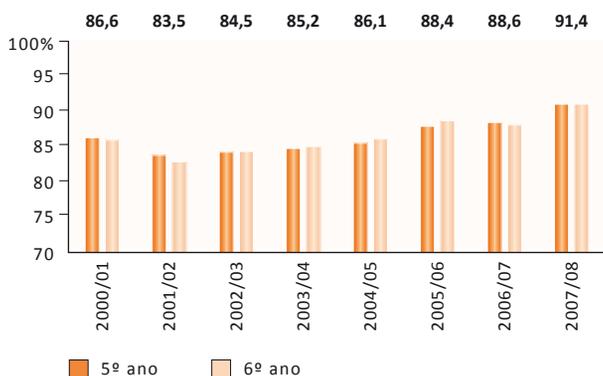


Figura 3.13. Taxa de transição (%) no 2º ciclo em escolas da rede privada, por ano de escolaridade, em Portugal (2000/01 a 2007/08)

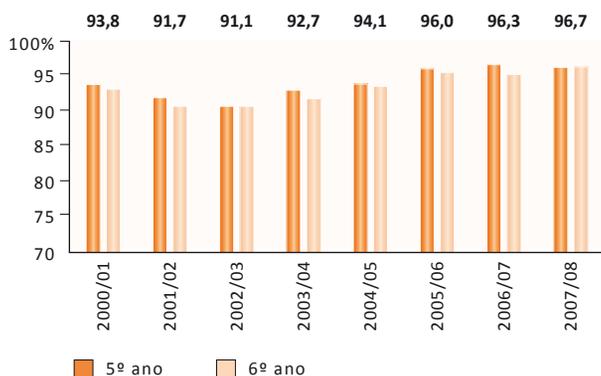


Figura 3.14. Taxa de transição (%) no 3º ciclo em escolas da rede pública, por ano de escolaridade, em Portugal (2000/01 a 2007/08)

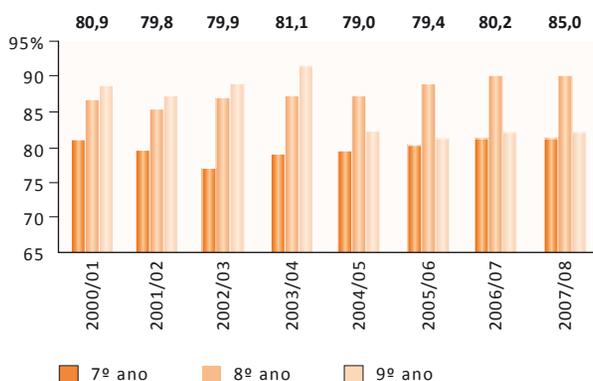
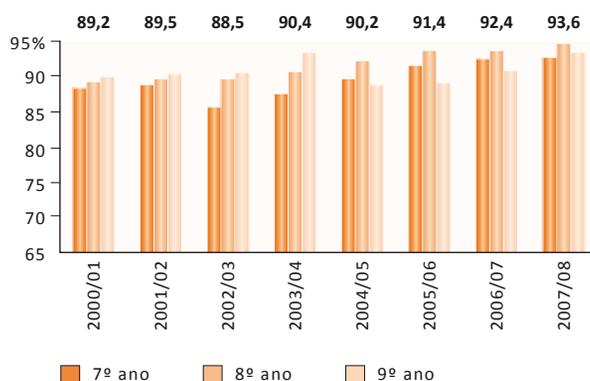


Figura 3.15. Taxa de transição (%) no 3º ciclo em escolas da rede privada, por ano de escolaridade, em Portugal (2000/01 a 2007/08)



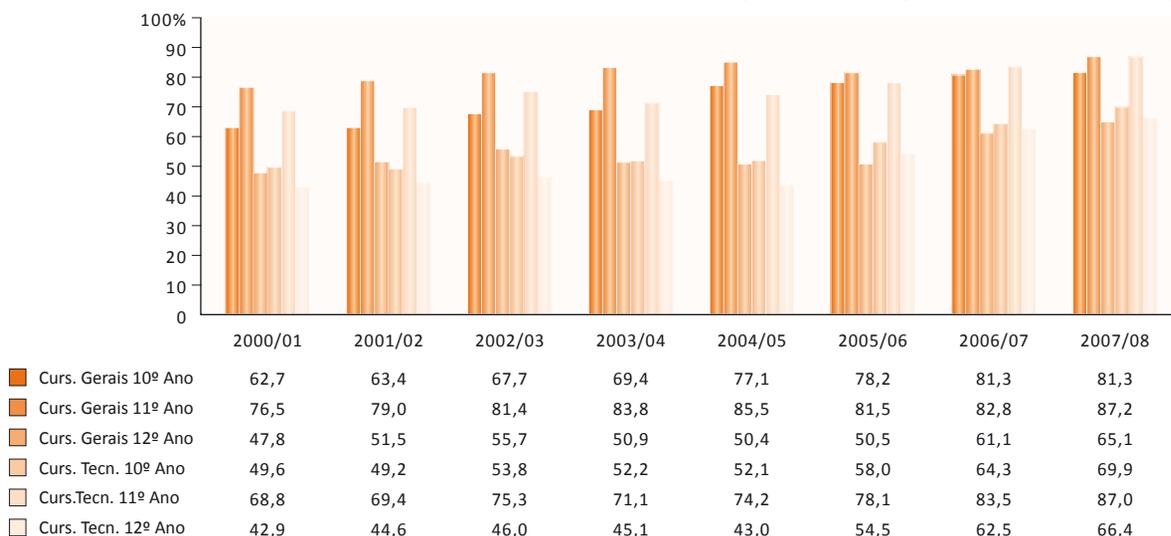
Fonte: GEPE - ME / INE, 2009

No que respeita às modalidades de formação aqui consideradas, o sector público apresenta taxas de transição mais próximas das do sector privado nos cursos tecnológicos, tendo mesmo chegado a superá-lo em 2007/08, no 11º ano e em dois anos lectivos no 12º ano (2000-01 e 2004-05). Curiosamente, em 2007/08, o ensino público apresentou o pior desempenho relativo nesta área e ano de escolaridade, tendo em conta o período em análise.

Outra das características observáveis na evolução das taxas de transição (Figuras 3.16. e 3.17.) é a aproximação, no ensino público, dos níveis de transição entre os Cursos Gerais e os Cursos Tecnológicos, sobretudo nos 11º e 12º anos, tendo inclusivamente estes últimos ultrapassado o nível atingido nos Cursos Gerais nos últimos dois anos (2006-07 e 2007-08).

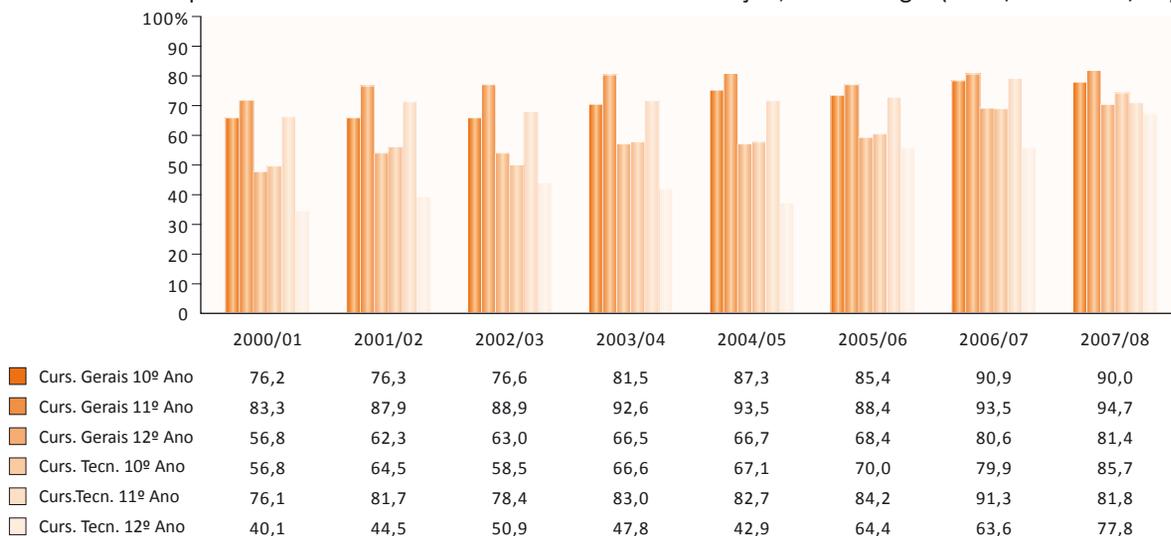
A discrepância de resultados entre o sector público e privado deveria ser cotejada com outros dados de que não dispomos, nomeadamente o contexto sociocultural da população escolar que frequenta cada um destes sectores e também as práticas de regulação de percursos escolares e de apoio aos alunos que encontram dificuldades.

Figura 3.16. Taxa de transição (%) no Ensino Secundário em escolas da rede pública, por ano de escolaridade e modalidade de formação, em Portugal (2000/01 a 2007/08)



Fonte: GEPE - ME / INE, 2009

Figura 3.17. Taxa de transição (%) no Ensino Secundário em escolas da rede privada, por ano de escolaridade e modalidade de formação, em Portugal (2000/01 a 2007/08)



Fonte: GEPE - ME / INE, 2009

Distribuição geográfica das taxas de transição/conclusão

Uma análise das transições por ciclo e por NUT III (Figuras 3.18. e 3.19.), no ano lectivo de 2007/08, permite identificar as diferenças entre territórios.

No 1º ciclo do Ensino Básico, a maioria dos núcleos territoriais (NUT III) atinge ou ultrapassa os 95% de sucesso, excepto as regiões autónomas dos Açores e Madeira que, juntamente com a região do Algarve e nove núcleos do Alentejo, Lisboa e Vale do Tejo e Centro, se situam abaixo da média nacional (96,3%).

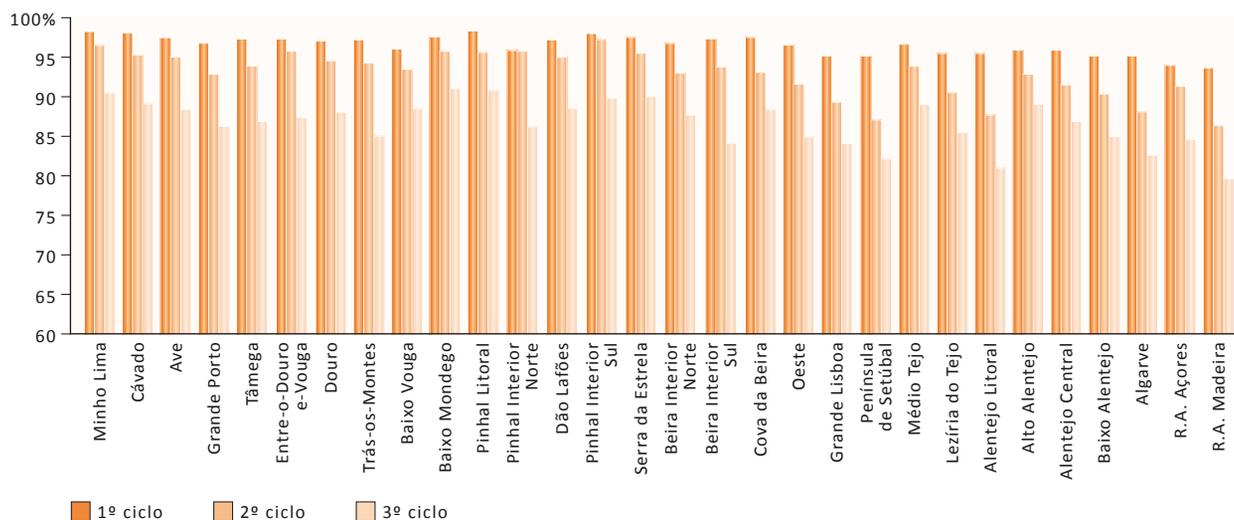
As diferenças entre núcleos territoriais são mais significativas nos 2º e 3º ciclos. No que se refere ao 2º ciclo, dois terços dos núcleos situam-se acima da média nacional (92%), registando-se os valores mais baixos das taxas de transição na Região Autónoma da Madeira (86,5%), na Península de Setúbal (87,2%) e no Alentejo Litoral (87,7%). Relativamente às taxas de transição no 3º ciclo do Ensino Básico, cuja média nacional é de 86,0%, de novo dois terços dos núcleos estão acima desse valor e mais uma vez a Região Autónoma da Madeira (79,7%), o Alentejo Litoral (81,1%) e a Península de Setúbal (82,2%) apresentam os resultados mais baixos.

Ao analisarmos as taxas de transição no Ensino Secundário, verificamos que, embora a maioria dos núcleos territoriais se situe acima da média nacional nos Cursos Gerais (79,7%), com destaque para os núcleos de Entre-o-Douro-e-Vouga, Minho Lima e Médio Tejo, persistem treze núcleos com

desempenhos abaixo desse valor, com maior destaque para a Região Autónoma dos Açores (72,8%), Alto Trás-os-Montes (75,2%) e Pinhal Interior Sul (75,5%). Nos Cursos Tecnológicos, também dois terços dos núcleos territoriais apresentam taxas de transição acima da média nacional (73,9%), mas neste caso a situação inverte-se para o Pinhal Interior Sul (89,1%) que juntamente com a Serra da Estrela (84,3%), Beira Interior Sul, (84,2%) e Tâmega (82,5%) são os que apresentam melhor comportamento nesta modalidade. Também o Alentejo Litoral (82,6%), que nos 2º e 3º ciclos do Ensino Básico apresentava resultados abaixo da média, nos Cursos Tecnológicos se encontra entre os núcleos que obtiveram as taxas mais elevadas. Entre aqueles que se situam abaixo da média, salientam-se Grande Lisboa (67,1%) e a Região Autónoma da Madeira (67,2%).

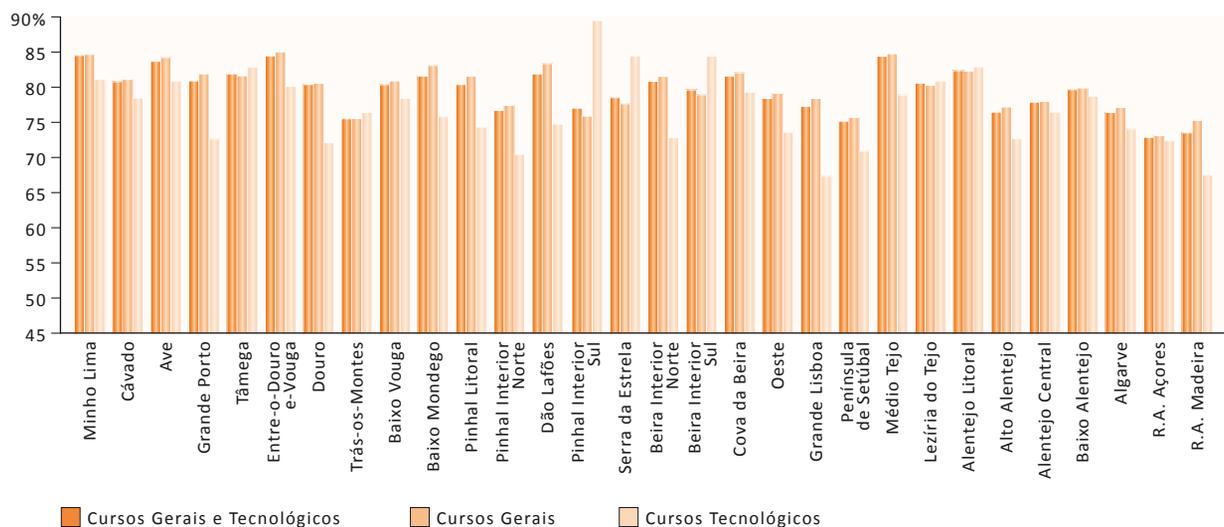
Os dados disponíveis sobre as taxas de transição/conclusão, ao nível do Ensino Secundário, não discriminam a informação relativa a outras modalidades da oferta educativa, para além dos Cursos Gerais e dos Cursos Tecnológicos. Assinala-se também a inexistência de dados relativos à composição social das populações escolares das várias modalidades, atendendo à importância deste factor para a compreensão dos resultados.

Figura 3.18. Taxa de transição no Ensino Básico, segundo o ciclo de estudos, por NUT III, em Portugal (2007/08)



Fonte: GEPE - ME / INE, 2009

Figura 3.19. Taxa de transição no Ensino Secundário, segundo a modalidade de formação, por NUT III, em Portugal (2007/08)



Fonte: GEPE - ME / INE, 2009

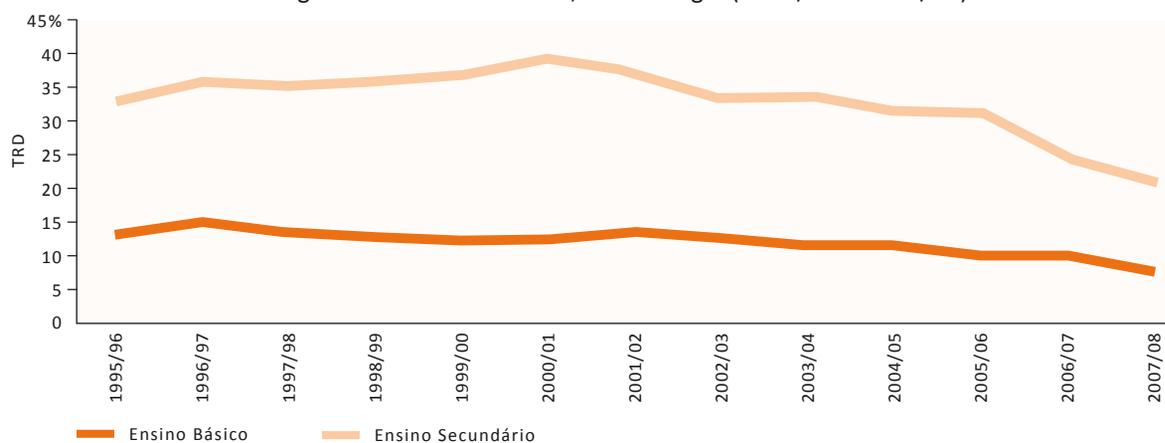
Retenção e certificação

A Figura 3.20. confirma os dados já descritos a propósito da evolução das taxas de transição, mostrando que de 1995-96 a 2007-08 a percentagem dos alunos que reprovam ou desistem tem vindo a baixar, situando-se em 8% no Ensino Básico e 20% no Secundário, no final deste período.

Por outro lado, os dados expressos na Figura 3.21. revelam que a probabilidade de um aluno concluir o 3º ciclo em três anos se situa abaixo dos 60% e muito longe dos 84,2% e 82,5% que se verificam nos 1º e 2º ciclos, apesar de a escolaridade obrigatória de 9 anos ter sido há muito estabelecida.

A análise de coortes constante da Figura 3.22., através do desfasamento etário que se regista em todos os níveis de escolaridade, denuncia a persistência de um contingente muito significativo de jovens que acumulam repetências, muitas vezes sucessivas, ao longo do seu percurso escolar.

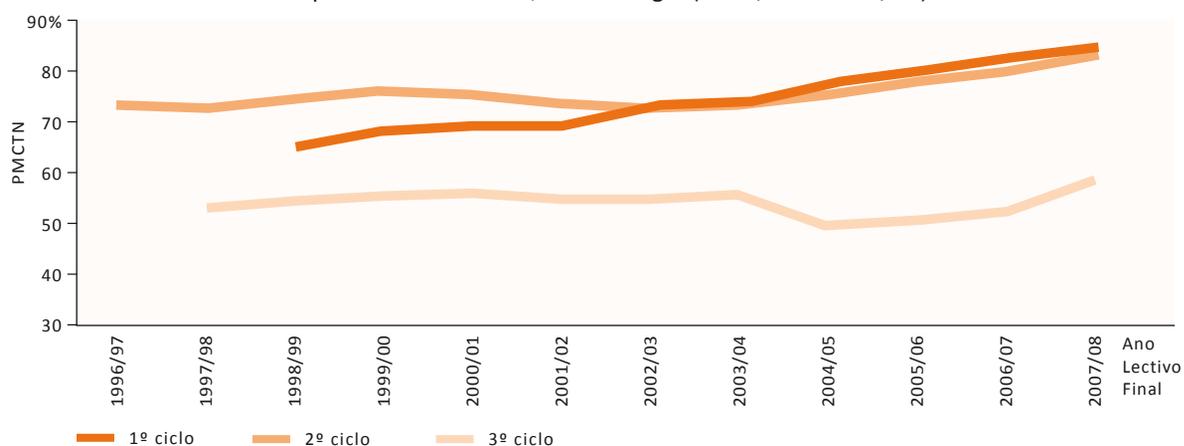
Figura 3.20. Proporção de alunos que reprovaram ou desistiram, segundo o nível de ensino, em Portugal (1995/96 a 2007/08)



Nota: Indicador: taxa de retenção e desistência

Fonte: GEPE ME / INE, 2009

Figura 3.21. Probabilidade média de conclusão em tempo normal do Ensino Básico, por ciclo de estudo, em Portugal (1996/97 a 2007/08)



Nota: Calculado a partir do indicador taxa de transição/conclusão.

Fonte: GEPE ME / INE, 2009

Tabela 3.5. População (%) entre os 20 e os 24 anos que conclui, pelo menos, o nível secundário de ensino, na UE27 e outros países (2002, 2007 e 2008)

	Homens e Mulheres			Homens			Mulheres		
	2002	2007	2008	2002	2007	2008	2002	2007	2008
EU 27	76,7	78,1	78,5	79,3	80,8	81,3	79,3	80,8	81,3
Dinamarca	78,6	70,8	71	74,3	64,2	63,6	82,6	77,7	78,6
Alemanha	73,3	72,5	74,1	72,6	70,6	71,9	73,8	74,4	76,4
Irlanda	84	86,7	87,7	80,7	83,7	84,1	87,3	89,8	91,3
Grécia	81,1	82,1	82,1	76,1	77,5	78	86	87	86,6
Espanha	63,7	61,1	60	57,4	55,1	52,7	70,3	67,3	67,6
França	81,7	82,5	83,4	80,5	79,8	81	82,8	85,1	85,7
Itália	69,6	76,3	76,5	64,8	72,7	73,5	74,3	80	79,7
Hungria	85,9	84	83,6	85,5	82,5	81,7	86,3	85,6	85,5
Polónia	89,2	91,6	91,3	86,5	89,7	89,3	91,9	93,4	93,3
Portugal	44,4	53,4	54,3	36,1	46,3	47,1	52,9	60,8	61,9
Roménia	76,3	77,4	78,3	74,8	77,1	77,9	77,7	77,7	78,6
Eslováquia	94,5	91,3	92,3	93,5	90,5	91	95,4	92,1	93,6
Finlândia	85,8	86,5	86,2	82,6	84,8	84,6	89	88	87,6
Reino Unido	77,1	78,1	78,2	76,6	77,2	76,4	77,6	79	80
Turquia	42,8	46,4	47,8	52,2	54,2	56,4	34,8	40	40,9
Noruega	94,8	67,9	70,1	93,5	62	65,5	96,1	73,8	74,8
Suíça	79,4	81,2	82,6	78,3	78	81,4	80,6	84,7	83,8

Fonte: Eurostat

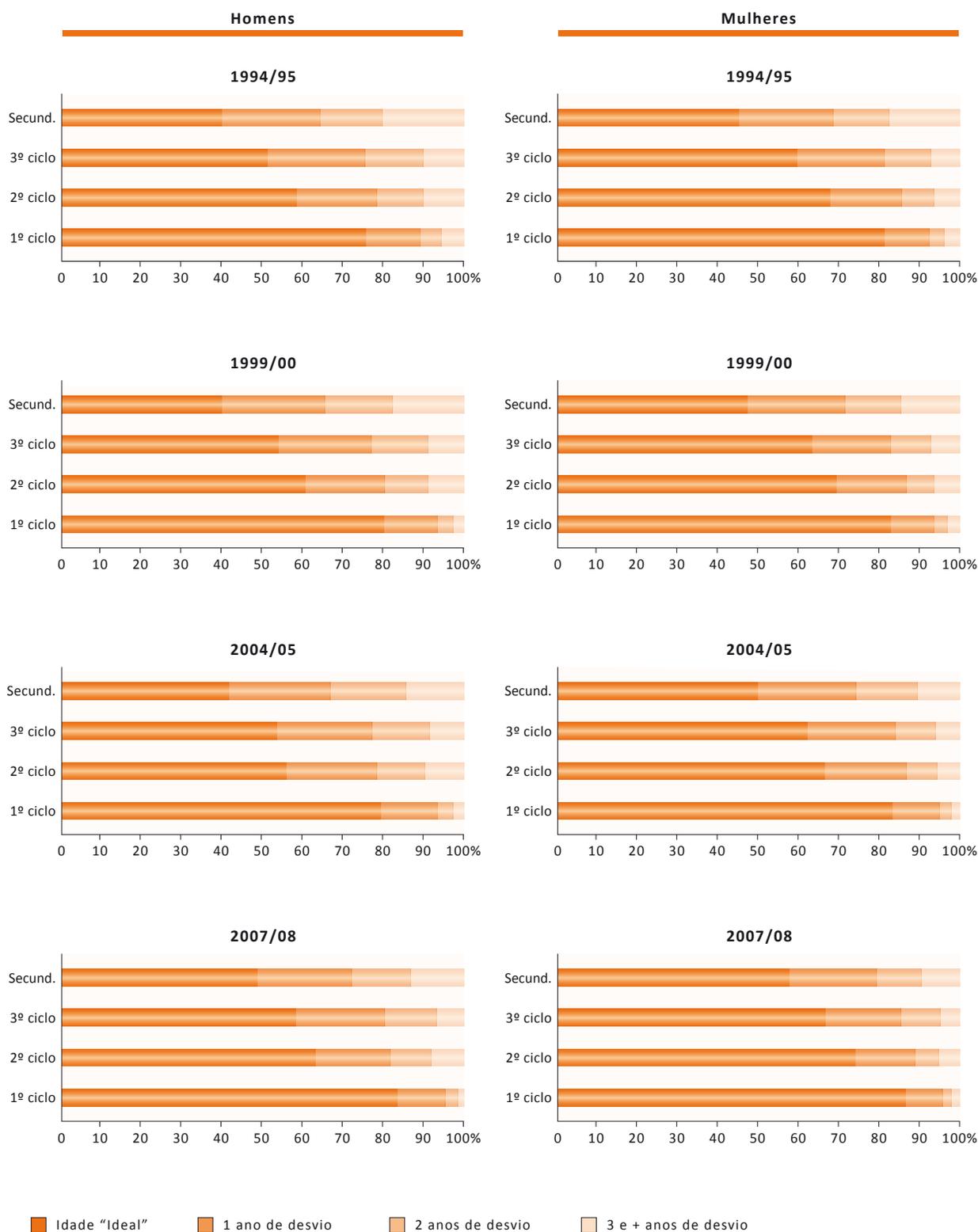
Apesar de ser evidente uma melhoria ao longo dos anos lectivos, continua a haver crianças e jovens com um desvio etário de três ou mais anos, mesmo no 1º ciclo do Ensino Básico. O cenário agrava-se à medida que se progride na escolaridade, atingindo o valor mais elevado no Ensino Secundário. Estabelecendo relação entre o 2º e o 3º ciclo do Ensino Básico, é de assinalar que este último apresenta uma menor proporção de desvios de três e mais anos, o que leva a crer que estes alunos abandonam a escola na transição. Esta situação é particularmente notória nos homens, o que vem mais uma vez confirmar que estes desistem mais do que as mulheres. Aliás, numa análise por sexo, verifica-se que são os alunos os que acumulam mais repetências, em geral.

A Tabela 3.5. apresenta o desempenho de Portugal em relação à percentagem da população entre os 20 e os 24 anos que conclui, pelo menos, o Ensino Secundário. Verifica-se que apresenta o crescimento mais elevado dos países constantes da tabela, tendo melhorado cerca de 10 pontos percentuais entre 2002 e 2008. Contudo, a distância entre os resultados obtidos por Portugal e a média da UE 27 continua considerável.

Embora a evolução positiva seja patente em ambos os sexos, neste contexto também é notório que a proporção de mulheres que conclui o secundário é significativamente superior à dos homens.

Meta UE 2020:	
Conclusão do Ensino Secundário pelos jovens entre os 20 e os 24 anos	85%
Portugal, 2008:	54,3%

Figura 3.22. Alunos matriculados com idade “ideal” de frequência e com “desvio etário” relativamente àquela idade, em Portugal (1994/95, 1999/00, 2004/05 e 2007/08)



Fonte: GEPE - ME

Desempenho em Português, Matemática e Ciências: provas nacionais

1º ciclo

A Figura 3.23. apresenta a evolução dos resultados obtidos pelos alunos de todo o país, à exceção dos da Região Autónoma dos Açores¹, nas Provas de Aferição do 1º ciclo do Ensino Básico, por sexo, entre 2008 e 2010.

O balanço tem sido globalmente positivo em Língua Portuguesa, com uma evolução favorável entre 2008 e 2010 quanto à percentagem de desempenhos positivos (de 89,5% para 91,6%), quanto ao aumento da proporção dos alunos que atingem níveis superiores da escala de proficiência (de 38,9% para 44,1%) e quanto à redução dos que atingem os inferiores. O mesmo já não se pode dizer da Matemática, que apresenta um comportamento inverso: a percentagem de desempenhos positivos desceu ligeiramente (de 90,8% para 89,9%), assim como a proporção de alunos que atingiu os níveis superiores (de 49,9% para 47,5%), sendo que acabou por aumentar a dos que atingem os níveis inferiores da escala (de 9,2% para 11,1%).

2º ciclo

No 2º ciclo, nenhuma das disciplinas apresenta uma evolução positiva. Em Língua Portuguesa a percentagem de níveis positivos desce de 93,4% para 88,4%, enquanto a proporção dos que obtêm níveis negativos quase duplica (sobe de 6,5% para 11,6%). Em Matemática a situação repete-se, registando-se uma descida de níveis positivos de 81,8% para 77%, enquanto os níveis negativos passam de 18,3% para 23%.

1 A Região Autónoma dos Açores realiza provas de aferição próprias no final dos 1º e 2º ciclos do Ensino Básico, pelo que não é possível comparar resultados com as restantes regiões de Portugal.

Figura 3.23. Resultados globais das provas de aferição de língua portuguesa e matemática do 1.º ciclo (%), segundo o nível de desempenho e por sexo, no Continente e Região Autónoma da Madeira (2009)

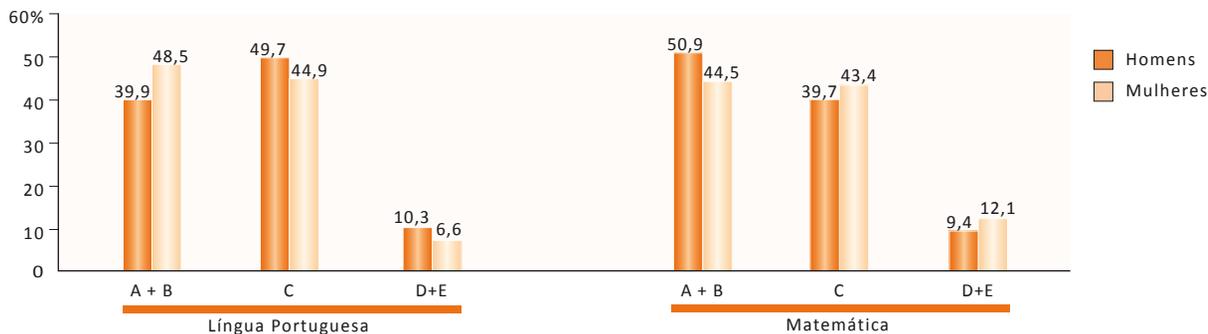


Figura 3.24. Resultados globais das provas de aferição de língua portuguesa e matemática do 2.º ciclo (%), segundo o nível de desempenho e por sexo, no Continente e Região Autónoma da Madeira (2009)

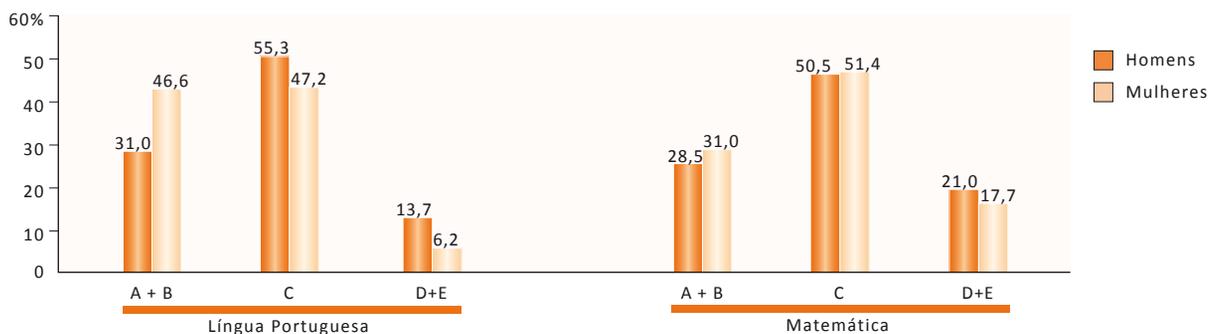


Figura 3.25. Resultados das provas de aferição por níveis globais de desempenho (%) em língua portuguesa e matemática no 1.º Ciclo, no Continente e Região Autónoma da Madeira (2008 a 2010)

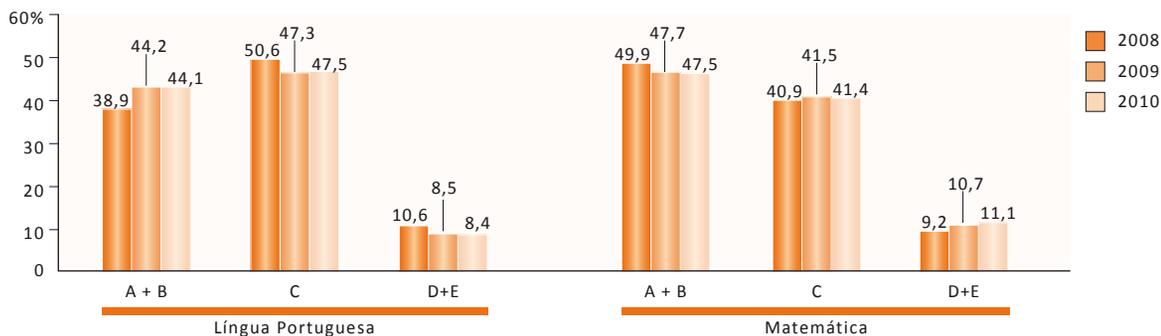
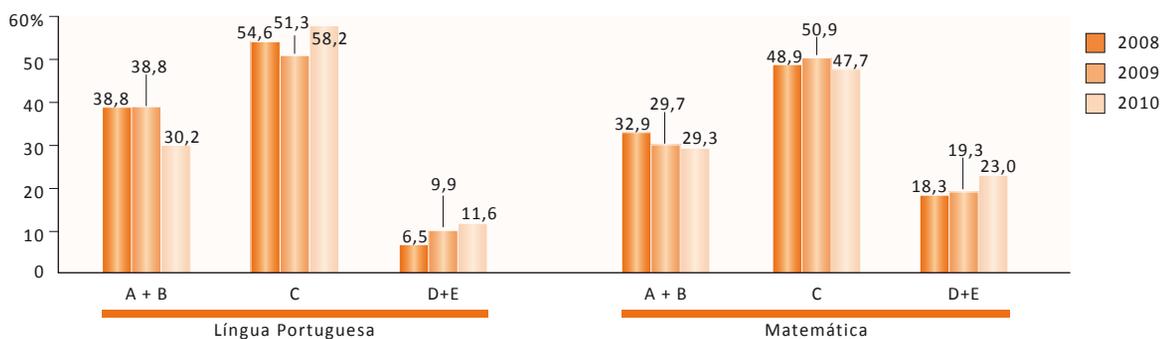


Figura 3.26. Resultados das provas de aferição por níveis globais de desempenho (%) em língua portuguesa e matemática no 2.º Ciclo, no Continente e Região Autónoma da Madeira (2008 a 2010)



Nota: A,B,C,D e E - níveis de classificação de desempenho, sendo A o mais elevado e E o mais baixo

Fonte: Provas de Aferição. JNE / GAVE, 2008, 2009 e 2010

1º ciclo

Numa análise por sexo, verifica-se que em Língua Portuguesa são as alunas que obtêm maior percentagem de níveis superiores da escala, enquanto os alunos as ultrapassam nos níveis inferiores. Em Matemática regista-se o oposto.

A Tabela 3.6. mostra a distribuição dos resultados por núcleos territoriais (NUT III). Neste caso, Alentejo e Algarve sobressaem na proporção de alunos nos níveis mais baixos da escala, tanto em Língua Portuguesa como em Matemática. Associa-se-lhes a Serra da Estrela na disciplina de Língua Portuguesa. Quanto à percentagem de alunos que atinge os níveis superiores de proficiência, destaca-se o Baixo Mondego nas duas disciplinas e em ambos os sexos, seguido de Dão Lafões que apenas se distingue do anterior porque as alunas não alcançam uma das melhores posições em Matemática.

2º ciclo

Neste ciclo, a situação relativa aos resultados das alunas é diferente da descrita no 1º ciclo: é mais elevada a percentagem de alunas que se situa nos níveis superiores da escala e mais reduzida nos níveis inferiores em ambas as disciplinas.

Quanto à distribuição dos resultados por regiões, mais uma vez o Baixo Mondego se distingue pela positiva nas duas disciplinas. O Algarve e Tâmega apresentam as percentagens mais elevadas nos níveis inferiores da escala de proficiência em Língua Portuguesa, enquanto em Matemática é a Península de Setúbal que apresenta uma das posições mais desfavoráveis.

Tabela 3.6. Resultados (%) das provas de aferição do Ensino Básico, segundo o nível de desempenho, por NUT III (2009)

1º ciclo																					
	Língua Portuguesa										Matemática										
	A		B		C		D		E		A		B		C		D		E		
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	
Minho Lima	5,8	8,7	33,8	38,6	50,4	46,4	9,7	6,2	0,2	0,1	18,8	17,3	35,7	30,4	38,1	43,2	7,3	8,8	0,1	0,2	
Cávado	6,6	9,5	36,3	40,4	48,1	43,9	8,6	5,9	0,4	0,2	24,4	18,6	32,4	32,2	35,6	40,2	7,1	8,5	0,4	0,5	
Ave	5,9	9,6	33,5	39,5	51,4	45,3	9,0	5,4	0,2	0,2	22,0	18,0	34,2	33,1	37,5	41,0	6,0	7,6	0,3	0,4	
Grande Porto	6,9	10,7	35,8	40,0	47,6	42,8	9,3	6,0	0,4	0,4	21,7	17,9	33,5	31,2	36,0	40,3	8,1	9,8	0,7	0,8	
Tâmega	5,0	7,7	30,7	37,3	52,5	47,3	11,3	7,4	0,4	0,3	20,2	19,6	31,7	28,9	39,2	40,1	8,2	10,5	0,7	1,0	
Entre Douro e Vouga	7,3	9,2	37,0	43,8	48,7	43,1	6,7	3,9	0,3	0,0	25,0	18,0	34,0	34,0	35,9	39,6	4,3	7,9	0,7	0,5	
Douro	7,6	9,3	35,6	40,0	46,0	45,2	10,3	4,9	0,5	0,6	22,7	15,7	31,9	32,8	35,9	41,5	8,9	9,3	0,6	0,7	
Alto Trás-os-Montes	7,1	6,4	29,3	39,3	51,8	47,2	11,6	6,7	0,2	0,3	22,1	20,0	31,4	30,0	37,2	38,7	8,3	9,7	0,9	1,5	
Baixo Vouga	6,5	8,9	32,6	40,0	51,8	45,3	8,6	5,0	0,5	0,7	18,1	15,4	33,1	31,5	39,8	42,4	7,8	9,9	1,2	0,8	
Baixo Mondego	8,7	12,4	40,1	44,4	44,7	39,3	6,4	3,9	0,1	0,1	25,4	21,1	35,4	32,8	32,8	39,1	6,2	6,6	0,2	0,4	
Pinhal Litoral	5,2	8,5	35,4	45,8	50,9	41,4	8,2	4,2	0,2	0,1	21,4	15,6	32,8	32,6	39,3	44,0	6,4	7,2	0,2	0,5	
Pinhal Interior Norte	2,4	6,1	28,9	36,0	55,7	50,4	12,3	7,4	0,7	0,1	12,6	7,8	30,0	27,0	44,7	51,1	11,6	13,1	1,0	1,0	
Dão-Lafões	7,9	9,9	40,5	43,0	45,4	42,9	5,9	4,1	0,3	0,1	23,4	18,7	35,7	31,6	34,3	42,9	6,1	6,5	0,5	0,3	
Pinhal Interior Sul	4,5	8,2	30,6	31,1	45,9	54,6	18,9	6,0	0,0	0,0	13,1	12,5	30,2	26,1	46,4	48,9	9,9	11,4	0,5	1,1	
Serra da Estrela	4,8	5,6	31,1	39,0	46,1	44,1	15,0	10,7	3,0	0,6	18,5	13,0	31,0	28,8	33,9	45,2	14,9	11,9	1,8	1,1	
Beira Interior Norte	5,5	6,9	36,4	42,4	51,6	44,2	6,1	6,3	0,4	0,2	23,5	15,7	37,0	32,6	33,6	44,0	5,7	6,3	0,2	1,4	
Beira Interior Sul	5,4	8,3	34,5	41,7	47,8	43,9	11,8	6,1	0,5	0,0	21,8	12,3	28,7	27,2	39,0	50,5	10,0	9,0	0,5	1,0	
Cova da Beira	6,4	9,3	38,6	43,2	44,6	41,9	9,7	5,6	0,8	0,0	23,0	17,5	32,2	28,9	35,1	43,1	8,6	9,9	1,2	0,6	
Oeste	5,6	8,3	33,2	40,1	52,3	46,5	8,4	5,1	0,4	0,0	15,1	11,3	31,4	29,9	45,5	46,3	7,6	11,7	0,6	0,8	
Grande Lisboa	7,2	10,4	35,7	41,3	46,6	41,2	9,8	6,8	0,6	0,3	19,4	14,6	31,8	29,9	39,0	42,0	8,8	12,2	1,0	1,3	
Pen. de Setúbal	4,6	7,1	29,8	37,1	53,6	48,2	11,4	7,2	0,7	0,4	11,1	8,7	28,6	24,8	47,7	49,9	11,5	15,3	1,1	1,3	
Médio Tejo	4,0	7,5	34,1	36,5	52,9	49,9	8,8	6,1	0,3	0,0	14,8	12,3	32,8	26,9	44,7	48,2	7,4	12,2	0,4	0,4	
Lezíria do Tejo	4,3	8,1	34,0	40,6	52,2	44,8	8,8	6,2	0,6	0,3	13,5	11,6	34,3	27,1	41,7	47,0	9,8	13,4	0,7	0,9	
Alentejo Litoral	3,5	5,4	30,9	37,9	54,1	49,9	11,2	6,8	0,2	0,0	9,0	4,0	28,7	25,6	49,4	51,0	12,5	17,7	0,5	1,7	
Alto Alentejo	4,1	6,8	26,9	31,8	53,8	49,7	13,5	11,2	1,7	0,5	8,2	8,2	26,8	22,6	46,9	45,6	16,8	20,2	1,3	3,5	
Alentejo Central	6,8	8,0	31,6	33,8	48,7	48,7	12,0	9,4	0,9	0,1	18,5	8,9	26,8	27,0	39,6	47,2	14,0	16,3	1,0	0,6	
Baixo Alentejo	3,8	5,2	26,0	32,2	54,0	48,5	14,5	13,4	1,8	0,7	8,6	5,6	28,3	19,9	46,1	49,7	15,0	23,0	1,9	1,8	
Algarve	3,3	5,2	26,5	34,2	54,6	51,4	14,7	8,8	0,9	0,4	11,2	7,7	27,2	23,5	46,6	49,7	13,4	17,7	1,5	1,3	
Madeira	5,2	8,2	33,8	36,5	52,9	49,7	7,9	5,6	0,2	0,1	21,1	15,1	32,3	30,3	39,7	45,2	6,4	8,9	0,5	0,5	
Total	6,1	9,0	33,9	39,5	49,7	44,9	9,8	6,4	0,5	0,3	18,9	14,9	32,0	29,6	39,7	43,4	8,6	11,2	0,8	0,9	

2º ciclo																					
	Língua Portuguesa										Matemática										
	A		B		C		D		E		A		B		C		D		E		
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	
Minho Lima	5,7	13,1	22,8	35,9	58,2	44,7	11,8	6,3	1,4	0,0	7,6	7,9	19,4	26,1	53,3	53,3	18,4	12,6	1,3	0,1	
Cávado	5,7	14,2	26,8	35,3	55,4	45,4	11,2	4,8	0,9	0,3	9,4	11,0	23,6	24,5	51,3	49,9	14,4	14,1	1,3	0,6	
Ave	5,9	10,8	22,7	33,5	58,5	49,9	12,3	5,7	0,5	0,1	7,0	7,8	20,1	22,1	55,5	56,3	16,6	13,1	0,7	0,6	
Grande Porto	8,8	14,1	28,7	37,7	51,3	43,0	10,6	6,0	0,5	0,2	10,9	11,0	24,2	24,6	46,3	48,5	17,1	14,8	1,5	1,0	
Tâmega	2,9	6,9	17,4	29,2	60,0	54,9	18,3	8,6	1,4	0,4	4,2	4,8	16,2	17,9	52,3	55,3	24,8	21,1	2,5	1,0	
Entre Douro e Vouga	5,0	9,2	23,8	35,0	58,9	48,4	11,6	7,4	0,7	0,0	6,6	6,5	22,6	22,7	52,8	53,9	17,0	16,4	1,2	0,6	
Douro	4,9	12,5	21,0	33,1	55,6	46,4	17,3	7,7	1,2	0,3	6,9	9,7	17,4	22,7	51,8	47,6	21,4	18,6	2,6	1,5	
Alto Trás-os-Montes	6,1	15,1	21,0	32,4	55,2	46,0	16,4	6,1	1,3	0,3	7,3	9,5	16,2	20,7	48,2	48,7	26,8	20,2	1,6	0,9	
Baixo Vouga	6,0	12,1	25,1	36,2	55,7	46,3	11,9	5,2	1,3	0,3	7,8	8,0	21,0	24,9	52,9	51,5	16,3	14,6	2,0	1,0	
Baixo Mondego	9,2	14,9	31,8	43,7	50,0	38,7	8,4	2,7	0,7	0,0	11,2	11,4	25,5	28,5	48,8	49,9	13,6	9,7	0,9	0,6	
Pinhal Litoral	6,8	14,4	28,4	39,1	56,8	43,3	7,8	3,1	0,2	0,2	9,2	9,3	25,6	28,7	50,6	51,3	14,3	10,2	0,3	0,5	
Pinhal Interior Norte	3,8	6,9	17,2	30,5	63,4	53,0	14,3	9,2	1,0	0,3	4,7	4,6	12,9	20,1	57,7	54,9	23,4	19,1	1,3	1,3	
Dão-Lafões	6,2	12,6	27,3	39,1	56,0	44,5	9,9	3,7	0,6	0,2	10,0	10,1	21,6	28,6	53,8	49,7	13,0	11,1	1,5	0,5	
Pinhal Interior Sul	4,5	13,4	19,0	36,9	62,0	43,3	14,0	6,5	0,5	0,0	7,5	6,8	16,7	29,0	49,8	48,4	26,0	15,4	0,0	0,5	
Serra da Estrela	5,5	12,9	21,4	36,9	56,6	40,8	15,3	9,4	1,2	0,0	4,2	4,8	18,3	28,6	53,2	50,2	21,0	14,8	3,3	1,6	
Beira Interior Norte	7,3	12,3	21,9	33,6	56,5	48,1	13,7	5,8	0,6	0,2	7,0	9,8	21,8	22,8	54,0	52,2	17,0	14,8	0,1	0,3	
Beira Interior Sul	7,0	12,4	28,1	46,4	57,2	36,4	7,5	4,9	0,2	0,0	8,4	8,2	27,5	26,8	49,0	51,5	13,1	12,8	2,0	0,7	
Cova da Beira	4,7	12,3	24,7	35,8	62,1	48,1	8,2	3,9	0,3	0,0	4,4	6,9	25,1	18,3	51,4	60,5	18,3	13,4	0,9	1,0	
Oeste	6,1	12,3	25,2	34,5	57,0	49,0	11,0	3,8	0,7	0,4	7,8	8,5	21,8	22,7	52,3	54,1	17,4	14,3	0,7	0,5	
Grande Lisboa	7,6	13,9	29,3	36,1	49,9	43,3	12,1	6,4	1,1	0,4	10,3	10,8	22,9	23,9	45,6	45,8	19,5	18,1	1,7	1,4	
Pen. de Setúbal	4,0	8,4	21,9	31,1	57,9	53,3	14,7	6,9	1,5	0,3	5,8	5,3	15,6	17,7	50,2	52,8	25,7	22,7	2,7	1,5	
Médio Tejo	4,6	14,5	27,4	35,8	53,1	44,7	13,2	4,9	1,7	0,2	7,3	8,8	22,2	25,5	51,9	52,1	16,7	12,3	1,9	1,3	
Lezíria do Tejo	3,7	8,8	23,5	34,7	59,0	51,7	12,7	4,5	1,1	0,3	4,4	5,2	16,6	19,7	55,6	57,2	22,3	17,5	1,0	0,4	
Alentejo Litoral	1,8	6,6	22,6	29,8	59,5	58,4	14,4	5,2	1,6	0,0	2,9	2,5	13,6	14,2	58,3	61,2	25,1	21,7	0,2	0,5	
Alto Alentejo	5,4	8,7	18,6	26,8	59,7	56,0	14,4	8,3	1,9	0,2	5,9	4,9	17,8	18,1	49,6	52,7	24,0	23,1	2,8	1,2	
Alentejo Central	5,9	9,7	27,5	35,4	54,2	49,4	11,6	5,4	0,8	0,1	6,3	4,8	19,4	18,5	50,4	55,2	22,2	20,5	1,7	1,0	
Baixo Alentejo	3,4	8,3	20,5	30,4	57,3	55,2	16,6	6,2	2,3	0,0	6,0	6,5	18,1	21,2	50,7	53,4	22,8	17,8	2,4	1,1	
Algarve	3,4	7,0	19,7	31,5	57,7	52,9	17,5	8,1	1,8	0,5	4,6	4,7	15,2	17,2	55,9	56,9	21,9	19,7	2,3	1,5	
Madeira	4,4	7,7	20,2	30,9	60,3	53,7	14,2	7,6	0,9	0,1	5,2	4,8	16,7	17,9	54,0	54,6	23,1	21,4	0,9	1,3	
Total	6,0	11,7	25,0	34,9	55,3	47,2	12,7	5,9	1,0	0,3	7,9	8,3	20,6	22,6	50,5	51,4	19,4	16,7	1,6	1,0	

■ % mais elevadas nos níveis superiores da escala

□ % mais elevadas nos níveis inferiores da escala

Nota: A,B,C,D e E - níveis de classificação de desempenho, sendo A o mais elevado e E o mais baixo

Fonte: Provas de Aferição. JNE/GAVE, 2009

3º ciclo e Secundário

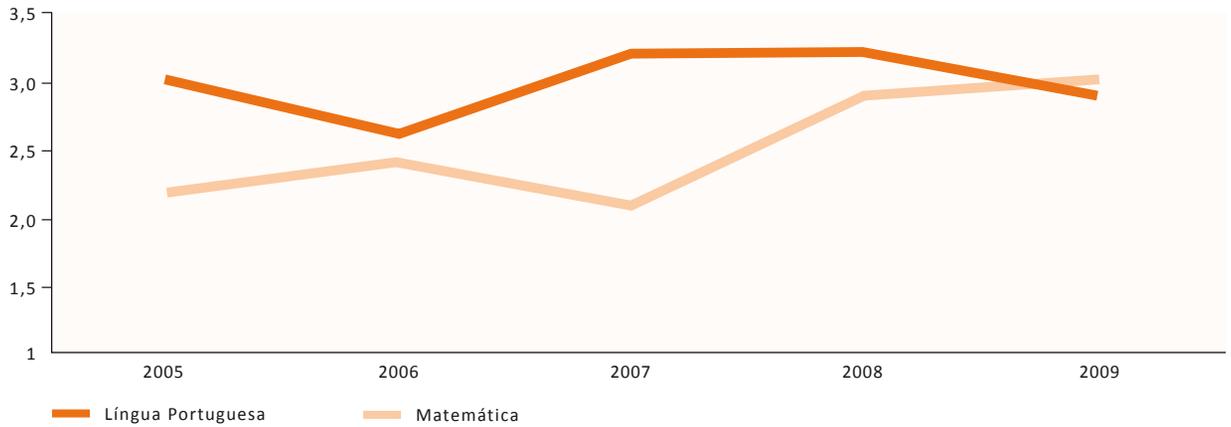
A Figura 3.27. mostra a evolução das médias dos níveis de classificação dos exames nacionais de 9º ano, em Língua Portuguesa e em Matemática entre 2005 e 2009. Os resultados evidenciam que o nível médio de 3 em Matemática (numa classificação de 1 a 5) só foi atingido no ano de 2009. Em contrapartida, Língua Portuguesa manteve-se no nível 3 ou superior, no período em análise, excepto no ano de 2006, onde atingiu o nível mais baixo de sempre (2,6). Em 2009 volta a registar uma descida dos níveis de classificação situando-se abaixo da barreira dos 3 valores.

Embora os dados dos exames nacionais não forneçam elementos que permitam aferir a situação do país, relativamente aos referenciais europeus para alunos de 15 anos com fracos desempenhos em Leitura, Matemática e Ciências, os dados representados na Figura 3.27. situam claramente uma grande fatia da população escolar do 9º ano em níveis de aproveitamento muito aquém dos necessários para alcançar a meta europeia para 2020 de menos de 15% de alunos com fraco desempenho naquelas áreas.

No Ensino Secundário e segundo o Gabinete de Avaliação Educacional do M.E., devido a sucessivas alterações introduzidas nos procedimentos e critérios estabelecidos para os exames nacionais, só é possível estabelecer comparações relativamente aos resultados obtidos pelos alunos a partir do ano 2005.

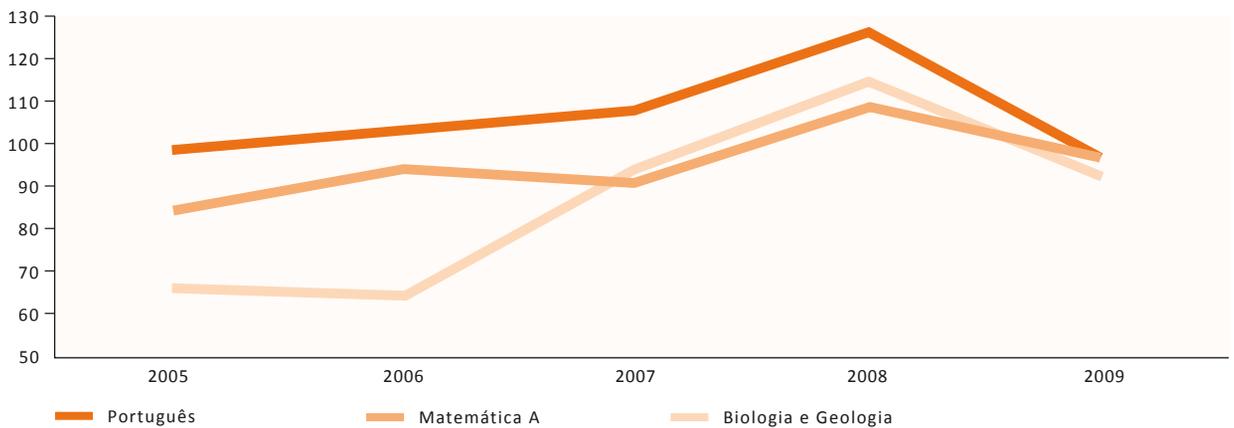
Assim, e mantendo como referências as áreas de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências, pode verificar-se que existe uma evolução positiva nas classificações obtidas pelos alunos dos 11º e 12º anos nos exames nacionais de Português, Matemática A e Biologia/Geologia (Figura 3.28.). Em 2008, as três disciplinas atingem uma média nacional positiva (superior a 100 pontos, numa escala de 1 a 200), embora em 2009 a classificação média nacional volte a ser negativa.

Figura 3.27. Média dos níveis de classificação dos exames nacionais de 9º ano, em Portugal (2005 a 2009)



Fonte: JNE - ME, 2005/2009

Figura 3.28. Médias das classificações dos exames nacionais de 11º e 12º anos, em Portugal (2005 a 2009)



Fonte: JNE - ME, 2005/2009

Desempenho em Português, Matemática e Ciências: provas internacionais⁽¹⁾

Tomando como referência o PISA nos ciclos de avaliação de que já foram divulgados os dados, verifica-se que o desempenho médio global dos alunos portugueses, nos três domínios avaliados (Leitura, Matemática e Ciências), apresenta uma ligeira evolução positiva embora sempre abaixo da média da OCDE e da União Europeia (Figura 3.29.). A distância que nos separa da média da UE é, em geral, inferior, mantendo-se a Leitura em melhor posição, com 15 pontos de diferença em 2006, seguida das Ciências com 22 e da Matemática com 26.

Dos três domínios em análise, apenas Ciências regista uma evolução constante, embora ligeira. Em Leitura, apesar de um ponto de partida superior e de em 2003 se ter verificado algum progresso, o saldo apresentado em 2006 é praticamente nulo em relação ao valor médio com que se iniciou este processo. A Matemática é a disciplina que, além de revelar uma distância superior da média da OCDE, não registou qualquer evolução nos últimos dois ciclos.

Uma análise de desempenhos por sexo (Figura 3.30.), mostra comportamentos diferentes conforme a disciplina. Em Leitura, as alunas revelam um desempenho médio mais elevado do que o dos alunos (com uma distância de 24, 36 e 32 pontos em 2000, 2003 e 2006, respectivamente). Pelo contrário, em Matemática e Ciências este padrão inverte-se, embora a diferença de desempenhos não seja tão significativa, sobretudo em Ciências onde chegou mesmo a haver supremacia das alunas no primeiro ciclo do PISA.

Quanto à análise do desempenho por regiões (NUT II), segundo o Relatório Nacional do PISA 2003, não há nesse ano diferenças significativas nos desempenhos médios por região. Apenas no ciclo de 2000 é possível obter dados por regiões nos três domínios avaliados. Salvaguardando o facto de não haver segurança de que a amostra tenha sido significativa em termos de regiões, a Figura 3.31. mostra um desempenho razoavelmente superior de Lisboa e Vale do Tejo, situando-se todas as outras regiões abaixo da média nacional. Norte e Centro aproximam-se desta média, enquanto a Região da Madeira, seguida do Algarve e Alentejo, se posicionam no extremo oposto.

Se observarmos a evolução do desempenho em Ciências entre 2000 e 2006 (Figura 3.32.), verificamos que há progressos em todas as regiões, com excepção, precisamente, daquela que tinha revelado o melhor desempenho global no primeiro ciclo (Lisboa e Vale do Tejo), embora mantendo-se acima da média nacional. O maior destaque vai para o Algarve, que em 2006 acabou por superar todas as outras regiões, registando o progresso mais assinalável. A este nível, o 2º lugar é ocupado pela Madeira, embora não tenha ainda alcançado a média nacional. Juntamente com o Algarve, que detém a posição mais elevada, apenas conseguem superá-la as regiões de Lisboa e Centro.

1 Cf. Commission Staff Working Document: Progress towards the Lisbon objectives in *Education and Training – Indicators and Benchmarks 2009* (DOC SEC (2009) 1616), acedido em Junho de 2010 em http://ec.europa.eu/education/lifelong-learning-policy/doc/report09/report_en.pdf
OCDE. *Relatórios internacionais PISA 2000, 2003 e 2006*, acedidos em Junho de 2010 em http://www.pisa.oecd.org/pages/0,3417,en_32252351_32236130_1_1_1_1_1,00.html
GAVE/ME. *Relatórios nacionais do PISA 2000, 2003 e 2006*, acedidos em Junho 2010 em <http://www.gave.min-edu.pt/np3/33.html>

Figura 3.29. Classificação média em leitura, matemática e ciências nos três ciclos de avaliação do PISA, em Portugal (2000, 2003 e 2006)

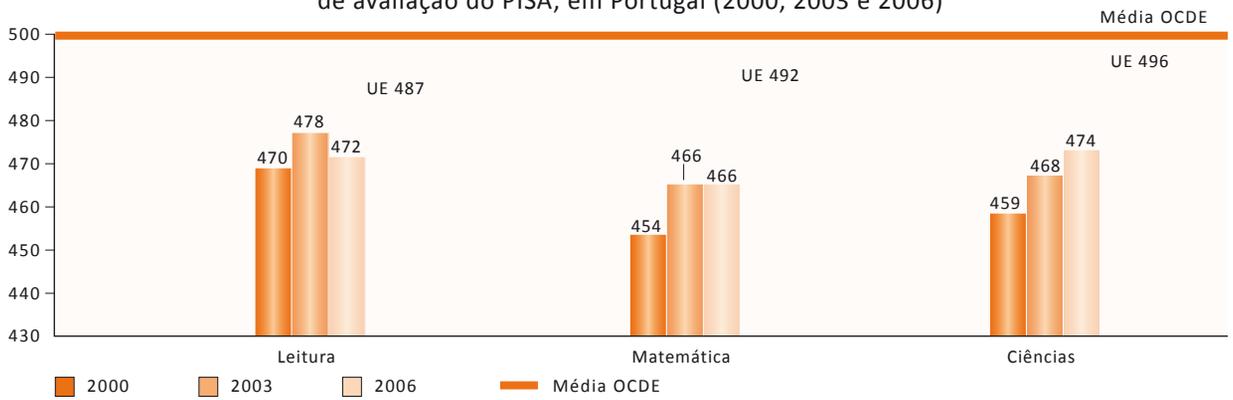


Figura 3.30. Classificação média em leitura, matemática e ciências, por sexo, nos três ciclos de avaliação do PISA, em Portugal (2000, 2003 e 2006)

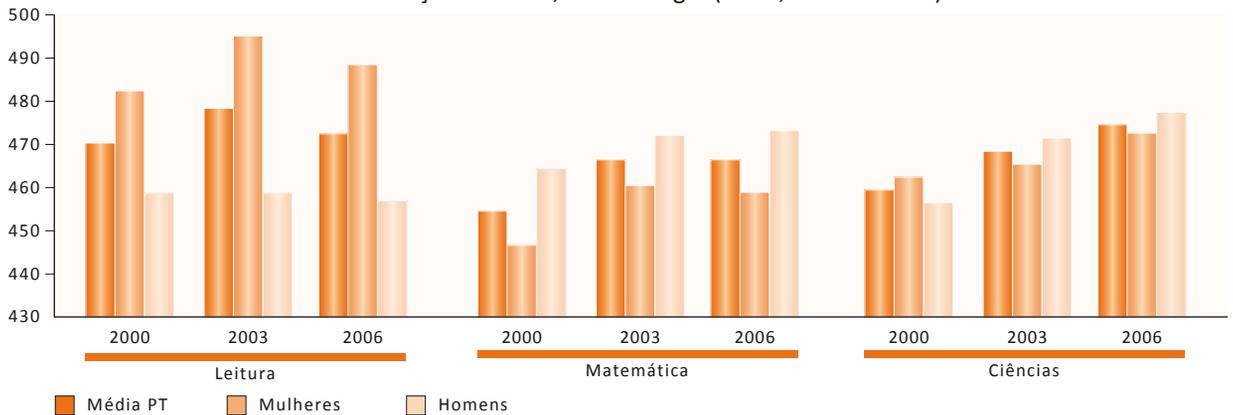


Figura 3.31. Classificação média em leitura, matemática e ciências, no primeiro ciclo de avaliação do PISA, por NUT II, em Portugal (2000)

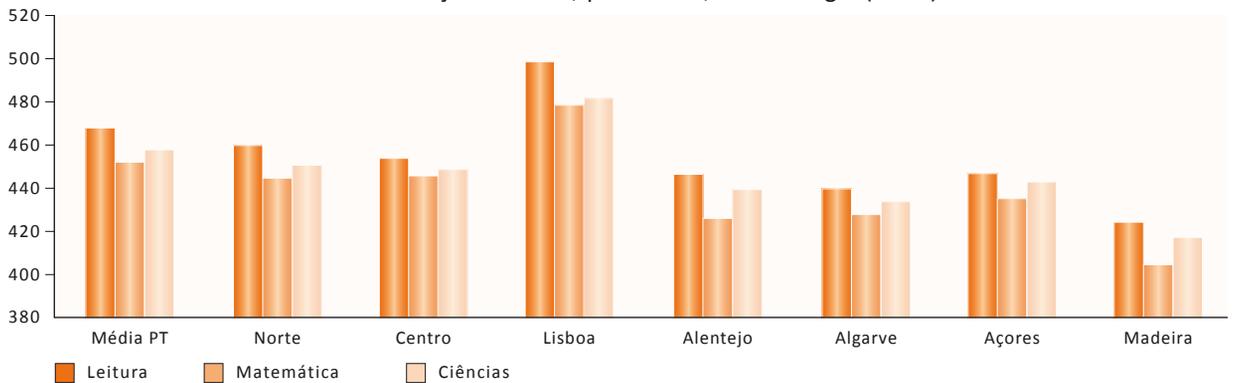
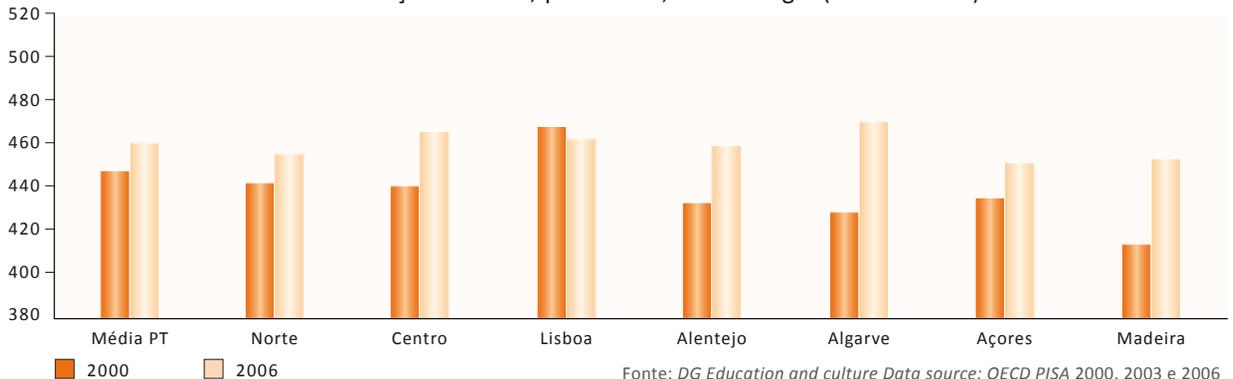


Figura 3.32. Classificação média em ciências, nos primeiro e terceiro ciclos de avaliação do PISA, por NUT II, em Portugal (2000 e 2006)



Fonte: DG Education and culture Data source: OECD PISA 2000, 2003 e 2006

Provas internacionais: a qualidade dos desempenhos e a equidade

Se atentarmos na distribuição dos desempenhos segundo os níveis de proficiência da escala de classificação (Tabela 3.7.), verificamos que é baixa a percentagem dos alunos que atingem os níveis superiores e excessivamente elevada a dos que se situam nos níveis inferiores.

Nos três ciclos do PISA, o contingente de alunos com desempenho insuficiente (cf. meta europeia abaixo) é sempre superior à média da OCDE e da UE, embora mais uma vez nos encontremos mais próximos desta última. Apesar de em Leitura ter havido um decréscimo de 26,3% para 24,9% na proporção deste grupo de alunos entre 2000 e 2006, estamos também aqui bastante longe de atingir um patamar inferior a 15%, como preconizado para 2020. A este propósito, o maior investimento terá de novo de ser feito em Matemática, onde a distância que nos separa da meta europeia significa uma redução de 50% em relação aos resultados obtidos em 2006.

Ao avaliar alunos de 15 anos, o PISA analisa, em Portugal, não só o desempenho dos alunos que estão no 9º e no 10º anos – idade ideal – mas também o de muitos outros que estão no 8º e no 7º anos, na sequência de uma ou mais reprovações. Tomando por exemplo o último destes ciclos, mais especificamente dedicado às Ciências, verificamos que todos os alunos que se encontram no ano de escolaridade correspondente à sua idade tiveram desempenhos bons: 9º ano, 451; 10º ano, 528 (Figura 3.33.). Os dados mostram que a repetência continua a ser utilizada como uma das formas privilegiadas de superação de atrasos, o que permite inferir que as estratégias organizacionais e pedagógicas usadas não têm conseguido compensar os efeitos das diferenças de origem e as dificuldades encontradas nos percursos escolares.

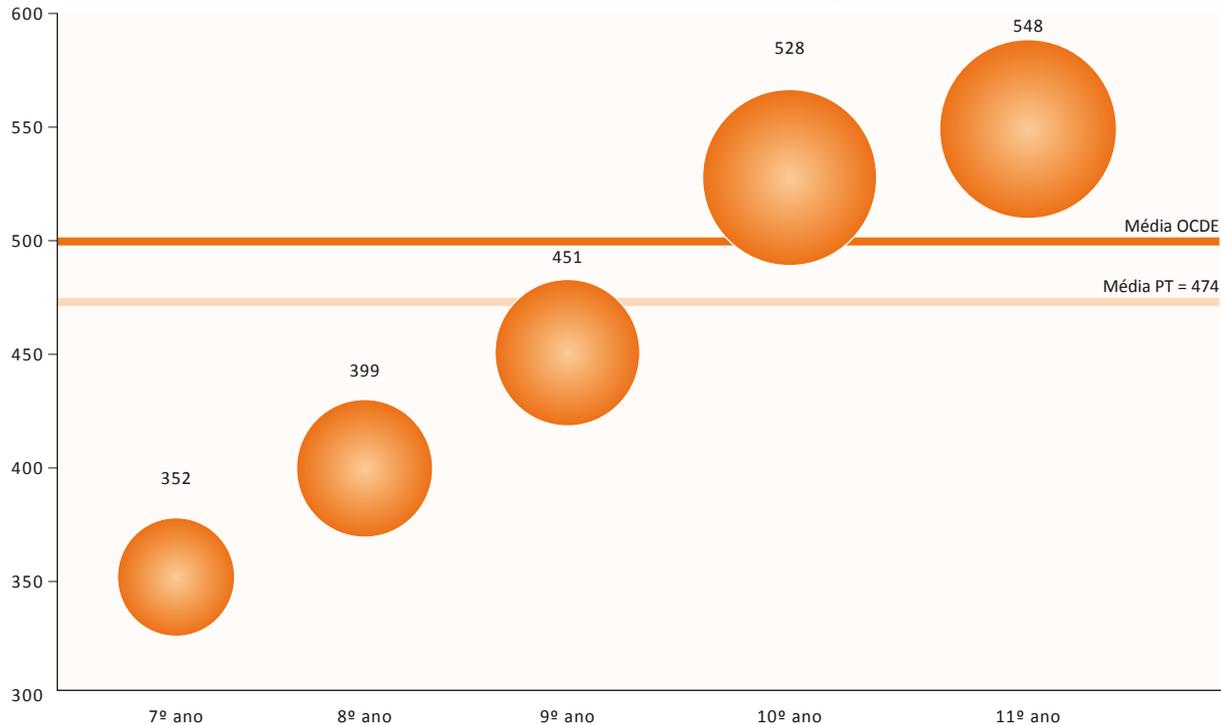
Tabela 3.7. Alunos (%) em cada nível da escala de proficiência: leitura, matemática e ciências, em Portugal, OCDE e UE (2006)

Nível de Proficiência	Leitura				Matemática				Ciências			
	PONTUAÇÃO	MÉDIA OCDE	MÉDIA PT	MÉDIA UE*	PONTUAÇÃO	MÉDIA OCDE	MÉDIA PT	MÉDIA UE*	PONTUAÇÃO	MÉDIA OCDE	MÉDIA PT	MÉDIA UE*
6	na	na	na		>669	3,3	0,8		>708	1,3	0,1	
5	>626	8,6	4,6		607 - 669	10,0	4,9		633 - 708	7,7	3,0	
4	553 - 626	20,7	16,8		545 - 607	19,1	14,4		559 - 633	20,3	14,7	
3	480 - 553	27,8	28,2		482 - 545	24,3	24,0		484 - 559	27,4	28,8	
2	407 - 480	22,7	25,5		420 - 482	21,9	25,1		410 - 484	24,0	28,8	
1	335 - 407	20,1	24,9	24,1	358 - 420	21,3	30,7	24	335 - 410	19,2	24,5	20,2
< 1	<335				<358				<334.94			

* Média ponderada baseada no número de alunos inscritos de dezoito países

Fonte: DG Education and Culture Data source: OECD, PISA 2000 and 2006

Figura 3.33. Desempenho dos alunos em ciências, segundo o ano de escolaridade, no terceiro ciclo de avaliação do PISA, em Portugal (2006)

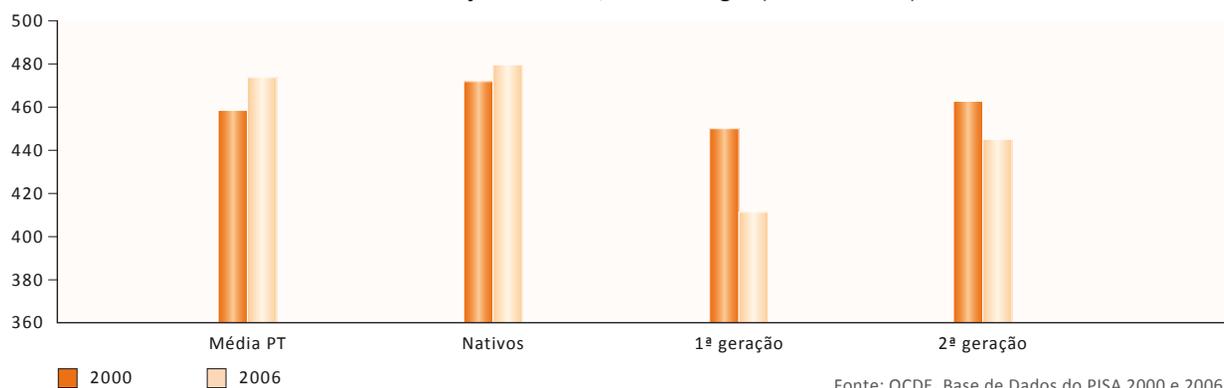


Fonte: Adaptado de PISA 2006 - Competências científicas dos alunos portugueses. GAVE - ME, 2007, p.26, fig 11

Numa relação entre desempenho e o factor condição socioeconómica e cultural, a Figura 3.35. apresenta Portugal no quadrante inferior esquerdo, o que significa que não só não tem conseguido promover a qualidade global dos resultados, como também tem mantido os piores desempenhos vinculados a este factor. No PISA, a condição socioeconómica e cultural tem um peso explicativo de cerca de 14% no desempenho médio global, no entanto, essa percentagem varia em função do comportamento dos próprios sistemas em relação à atenuação dos efeitos da condição de origem nos resultados escolares (PISA, 2006).

Também contribui para a clarificação desta problemática a diferença de desempenho que se verifica entre alunos nativos e imigrantes de 1ª e 2ª geração, com maior relevância para os primeiros (Figura 3.34.), o que indicia que a proficiência na língua de ensino poderá aqui desempenhar um papel importante. Igualmente relevante se afigura o facto de o desempenho dos nativos ter melhorado enquanto que o dos imigrantes piorou.

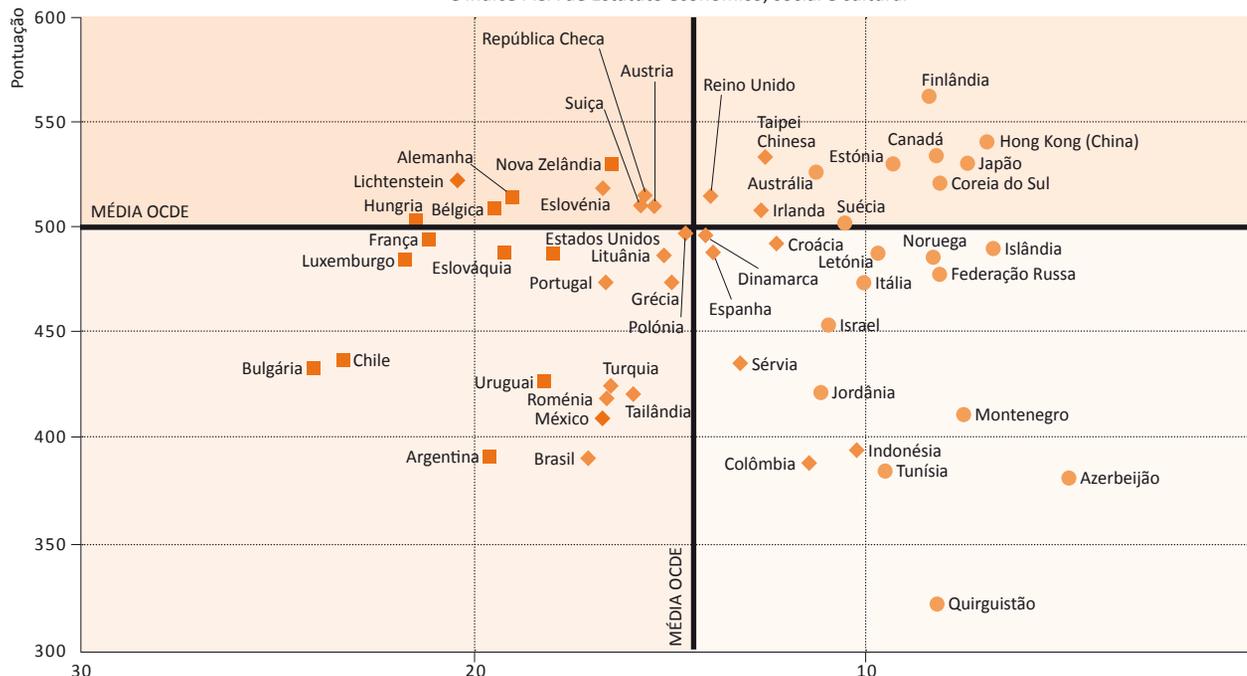
Figura 3.34. Desempenho dos alunos face ao estatuto de emigração, nos primeiro e terceiro ciclos de avaliação do PISA, em Portugal (2000 e 2006)



Fonte: OCDE, Base de Dados do PISA 2000 e 2006

Figura 3.35. Desempenho em ciências e impacto da origem socioeconómica, no terceiro ciclo de avaliação do PISA (2006)

Desempenho médio dos países na escala PISA de ciências e relação entre desempenho e índice PISA de Estatuto económico, social e cultural



Percentagem da variância no desempenho em ciências explicada pelo Índice PISA de estatuto económico, social e cultural (r -quadrado $\times 100$)

- Nível de desempenho em ciências acima da média
 Impacto da origem socioeconómica acima da média
- Nível de desempenho em ciências acima da média
 Impacto da origem socioeconómica abaixo da média
- Nível de desempenho em ciências abaixo da média
 Impacto da origem socioeconómica acima da média
- Nível de desempenho em ciências abaixo da média
 Impacto da Origem socioeconómica abaixo da média
- Peso da relação entre desempenho e origem socioeconómica acima do impacto médio da OCDE
- Peso da relação entre desempenho e origem socioeconómica sem diferença estatisticamente significativa em relação ao impacto médio da OCDE
- Peso da relação entre desempenho e origem socioeconómica abaixo do impacto médio da OCDE

Nota: A média da OCDE utilizada nesta figura é a média aritmética de todos os países da OCDE

Fonte: Adaptado de PISA 2006: Science Competencies for Tomorrow's World, Vol. 1. OECD 2007, p189, fig. 4.10.

Meta UE 2020:

Alunos de 15 anos com aproveitamento insuficiente em Leitura, Matemática e Ciências

<15%

Portugal, 2006:

Leitura	24,9%
Matemática	30,7%
Ciências	24,5%

AVANÇOS

- As taxas reais de escolarização têm mantido um crescimento contínuo no Ensino Básico, tendo atingido os 100% no 1º ciclo, 90% no 2º e aproximando-se deste valor no 3º.
- Acompanhando o crescimento e a recomposição da população escolar, a oferta educativa tem vindo a diversificar-se, sobretudo no Ensino Secundário, crescendo a provisão de modalidades de dupla certificação, com realce para o ensino profissional, desde a sua introdução nas escolas secundárias.
- A evolução das taxas de transição é globalmente positiva, situando-se nos 92% no Ensino Básico, em 2007-08.
- A análise do desempenho no PISA permite verificar que os alunos que se encontram no ano de escolaridade que corresponde à sua idade apresentam bons desempenhos.
- Portugal apresenta uma evolução positiva em relação à percentagem da população entre os 18 e os 24 anos que abandona precocemente o sistema e a percentagem da população entre os 20 e os 24 anos que conclui, pelo menos, o nível secundário.

PROBLEMAS E DESAFIOS

- Existe um desfasamento entre a idade real dos alunos e a idade ideal de frequência em todos os ciclos e níveis de ensino, com atrasos por vezes correspondentes a vários anos. A situação agrava-se à medida que se progride na escolaridade, sendo que os alunos em que se verifica este desfasamento apresentam piores desempenhos nas avaliações internacionais. Esta discrepância tende a ser superior nas modalidades profissionalmente qualificantes, no Ensino Secundário, e pode comprometer o sucesso do alargamento da escolaridade para 12 anos.
- Existem assimetrias persistentes nos resultados escolares. O fosso entre o desempenho obtido por alunos nativos e imigrantes, sobretudo de 1ª geração, indicia que a língua de ensino poderá desempenhar um papel relevante no desempenho global.
- O Ensino Secundário ainda apresenta taxas de transição e de escolarização significativamente baixas (praticamente estagnou nos 60% nos últimos anos) .
- Apesar dos avanços, persiste uma distância considerável a vencer em relação à percentagem inferior a 10% preconizada para 2020, no que se refere à redução das taxas de saída escolar precoce (35,4% em 2008).
- Quanto à percentagem de jovens que conclui pelo menos o nível secundário, estaremos ainda longe de atingir a média de 85% definida para 2010 (54,3% em 2008).
- Os níveis de literacia em Leitura, Matemática e Ciências mantêm-se inferiores à média da UE e da OCDE, sendo baixa a percentagem de alunos que atinge os níveis superiores de proficiência e excessivamente elevada a dos que se situam nos mais baixos. A proporção destes alunos, considerados de aproveitamento insuficiente (low achievers), está ainda muito distante da percentagem inferior a 15% que se preconiza para 2020: em 2006, a Leitura ainda apresentava 24,9% de alunos nos níveis mais baixos da escala; Matemática 30,7% e Ciências 24,5%.



4 Ensino Superior

No período em referência, o Ensino Superior sofreu profundas transformações. Sendo certo que a expansão do Ensino Superior registou nas últimas três décadas um crescimento importante, tendo passado de cerca de 80 000 estudantes, no princípio dos anos 70, para aproximadamente 400 000, no final do século XX, a maneira como o sector se reorganizou para acolher o progressivo aumento de alunos implicou a diversificação das instituições de ensino, o alargamento da rede existente no País e fortes investimentos por parte do Estado e da sociedade em geral.

A partir de 1995, a estrutura institucional do sistema de Ensino Superior, nas suas duas vertentes de ensino universitário e ensino politécnico, consolidou-se, quer no sector público, quer no privado, aumentando consideravelmente a capacidade de acolhimento de sucessivas gerações de estudantes que, concluindo o Ensino Secundário com sucesso, pretendiam prosseguir estudos. Nesse sentido,

pode-se considerar ser este o momento em que o processo de democratização do acesso ao Ensino Superior se estabiliza, com um importante alargamento da base social de origem dos alunos que o passam a frequentar, o que indicia a tendência de massificação deste nível de ensino.

A circunstância de esta expansão do Ensino Superior em Portugal se ter processado algo tardiamente, por referência a idênticos movimentos noutros países, reflecte-se no nível de habilitações superiores da população que, mesmo no grupo etário dos 25-34 anos, permanece entre os mais baixos (20%) da OCDE (27%). Contudo, a concretização das reformas decorrentes do Processo de Bolonha, a facilitação do acesso de novos públicos, como sejam os maiores de 23 anos ou os habilitados com especializações tecnológicas, e o alargamento da cobertura da acção social escolar deverão ter efeitos positivos, a prazo, na elevação do nível de qualificação dos portugueses.

A partir de 2005, o Ensino Superior foi marcado por uma profunda reforma legislativa que se inseriu no movimento europeu de modernização de universidades e politécnicos. A aprovação de um novo regime jurídico das instituições do Ensino Superior, a publicação da nova lei de avaliação das instituições, a implementação do Processo de Bolonha e a revisão dos estatutos de carreiras docentes dos ensinos universitário e politécnico constituem os eixos em que se alicerça a reforma em curso.

Sem dúvida que o objectivo de atingir até 2020 uma percentagem de adultos de 30-34 anos com nível de Ensino Superior de pelo menos 40% em todo o espaço da UE representa um desafio positivo para o desenvolvimento do Ensino Superior em Portugal. Ele indica, porém, que o esforço para aumentar a participação no Ensino Superior irá continuar e induzir alterações na composição social da sua população discente que tenderá a ser recrutada em

contextos socioeconómicos, geográficos e etários mais diversificados do que até agora. Nessa medida, o desenvolvimento do ensino terciário será menos condicionado pelo nível de riqueza, de instrução e de profissão dos agregados familiares, abrindo-se não só a um maior número de jovens estudantes, mas também a todos os que queiram investir na sua formação ao longo da vida.

É neste enquadramento que se projecta a situação do Ensino Superior até 2020. No presente capítulo, ir-se-ão sistematizar os dados referentes à diversidade da oferta educativa existente no País, à evolução registada na frequência e nas vias de acesso aos vários subsistemas de Ensino Superior, e aos níveis observados de conclusão de estudos e de obtenção de diplomas.

4.1 Rede Escolar e Oferta Educativa

O Ensino Superior em Portugal organiza-se em dois subsistemas, universitário e politécnico, de iniciativa pública, privada ou concordatária, cuja rede cobre todo o território nacional e se alargou consideravelmente na década de 90. A revisão da Lei de Bases do Sistema Educativo, realizada em 2005 (Lei nº 49/2005, de 30 de Agosto), reestruturou os cursos de Ensino Superior em ambos os subsistemas, adequando-os à nova organização de ciclos consagrada no Processo de Bolonha.

Em Dezembro de 2009, encontravam-se registados ou autorizados a funcionar cerca de 5 000 cursos, distribuídos pelos três ciclos de estudos (1º ciclo, licenciatura; 2º ciclo, mestrado; 3º ciclo, doutoramento).

A rede de cursos de Ensino Superior compõe-se de uma larga gama de oferta formativa. A sua distribuição por área científica é apresentada na Figura 4.1., onde se constata que as áreas das Ciências Empresariais e da Formação de Professores são as que apresentam uma maior oferta de cursos. Relativamente à distribuição geográfica dos ciclos de estudo dos cursos de Ensino Superior, verifica-se que os distritos de Lisboa, Porto e Coimbra concentram mais de 50% da oferta formativa existente.

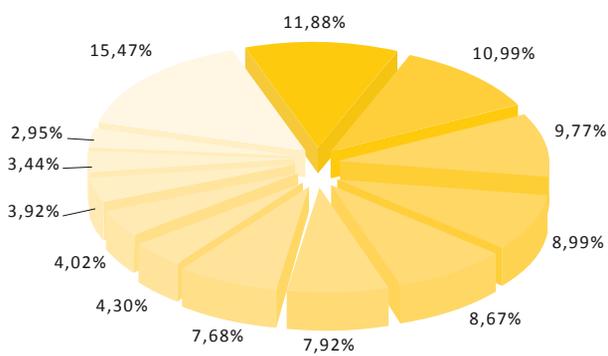
Tabela 4.1. Ciclos de estudo de acordo com o regime jurídico decorrente do Processo de Bolonha, em Portugal (Dezembro de 2009)

Ensino	1º ciclo		Mestrados Integrados	2º ciclo		3º ciclo	Total
	Universitário	Politécnico	Universitário	Universitário	Politécnico	Universitário	
Público	520	560	91	1 287	374	531	3 363
Privado		694	25		489	33	1 241
Militar e Policial		22	21		1	0	44
Concordatário		97	10		198	47	352
Totais	1 893		147	2 349		611	5 000

Fonte: DGES - MCTES

Figura 4.1. Ciclos de estudo do Ensino Superior por área científica, em Portugal (Dezembro 2009)

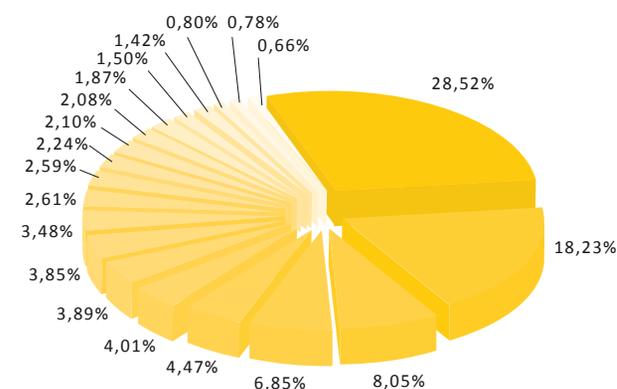
- Ciências Empresariais
- Formação de Professores/Formadores e Ciências da Educação
- Ciências Sociais e do Comportamento
- Engenharia e Técnicas Afins
- Saúde
- Humanidades
- Artes
- Ciências Físicas
- Serviços Pessoais
- Ciências da Vida
- Arquitectura e Construção
- Informática
- Outros



Fonte: Bolonha: Grandes Números – Estudo 2 – Distribuição por Áreas Científicas e Distritos. DGES - MCTES, Fev 2010

Figura 4.2. Frequência de ciclos de estudos do Ensino Superior, por distrito, em Portugal (Dezembro 2009) ^{(1) (2)}

- Lisboa
- Porto
- Coimbra
- Braga
- Setúbal
- Faro
- Castelo Branco
- Aveiro
- Évora
- Leiria
- Vila Real
- Santarém
- Açores
- Viseu
- Bragança
- Viana Do Castelo
- Madeira
- Portalegre
- Beja
- Guarda



Nota: Não inclui os ciclos da Universidade Católica. Os ciclos de estudos com vagas para preparatórios e ministrados em associação por mais do que um estabelecimento de ensino foram contabilizados simultaneamente nos diferentes distritos em que surgem.

Fonte: Bolonha: Grandes Números – Estudo 2 – Distribuição por Áreas Científicas e Distritos. DGES - MCTES, Fev 2010

4.2 Evolução do Acesso

Contexto da evolução dos inscritos

No período em análise, o efectivo de alunos a frequentar o Ensino Superior (público e privado) passou de 313 415, em 1995-96, para 373 002, em 2008-09 (GEPEARI-MCTES, 2010b).

No contexto europeu, a posição de Portugal em 2006, no que se refere à percentagem de estudantes do Ensino Superior (CITE 5 e 6) em relação ao total de alunos existentes em cada país da UE, situava-se muito próximo (17,3%) da média europeia (17,4%).

No que se refere à taxa de inscrição no Ensino Superior de estudantes com idade compreendida entre 20 e 29 anos, relativamente à população da mesma idade, Portugal registava, em 2007, uma percentagem de 20,6%, situando-se a média dos países da OCDE em 24,9% (OCDE, 2009: 322).

Assim, no respeitante à representação dos alunos do Ensino Superior no conjunto da população escolar, Portugal aproxima-se dos patamares internacionais.

Tabela 4.2. Alunos (%) do Ensino Superior (CITE 5 e 6) no total de alunos de cada país, na UE27 (2006)

UE 27	17,4			Portugal	17,3
Bélgica	14,0	Itália	18,2	Roménia	18,6
Bulgária	17,4	Chipre	12,4	Eslovénia	25,7
República Checa	15,7	Letónia	22,8	Eslováquia	16,1
Dinamarca	16,4	Lituânia	22,8	Finlândia	22,3
Alemanha	13,6	Luxemburgo	2,9	Suécia	17,4
Estónia	21,0	Hungria	19,3	Reino Unido	17,0
Irlanda	17,9	Malta	10,3	Islândia	16,3
Grécia	29,9	Holanda	15,8	Liechtenstein	9,1
Espanha	19,8	Áustria	15,0	Noruega	17,5
França	14,7	Polónia	22,6	Turquia	13,9

Fonte: *Chiffres clés de l'éducation en Europe*. Eurydice, 2009, p. 107

Níveis de escolarização no Ensino Superior

A evolução da taxa de escolarização, em percentagem da população com idade correspondente, mostra o crescimento progressivo da frequência do Ensino Superior entre 1997-98 e 2008-09, devendo sublinhar-se que a participação dos jovens com 20 e 21 anos sobe, em valor médio, cerca de oito pontos percentuais (Tabela 4.3.).

O período relativamente rápido em que se processa o desenvolvimento e consolidação do sistema de Ensino Superior português no grupo etário dos 18 aos 24 anos é ilustrado pela Figura 4.3.

Taxa de feminidade

A frequência do sistema de Ensino Superior português tem uma maior componente feminina. Em 1995, a taxa de feminidade era de 57,7% dos estudantes do Ensino Superior, situando-se, em 2008-09, em 55% o total dos alunos do sexo feminino que se inscreveram no 1º ano pela 1ª vez. A Figura 4.4. apresenta a evolução registada, em valores percentuais.

Tabela 4.3. Taxa de escolarização (%) no Ensino Superior em percentagem da população com idade correspondente (inclui CET), em Portugal (1997/98 e 2008/09)

	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09
18 anos	14,90	14,59	15,45	17,42	17,00	18,98	18,88	18,87	19,85	19,18	21,92	25,96
19 anos	22,38	22,99	22,98	24,95	24,87	25,98	26,46	25,81	26,63	27,34	30,72	32,91
20 anos	26,03	27,37	27,59	28,37	28,70	29,76	29,98	30,19	29,55	30,46	32,97	35,72
21 anos	26,01	27,98	29,06	30,09	30,09	30,83	31,28	31,25	31,76	31,21	32,16	33,56
22 anos	24,19	25,72	27,36	28,16	28,45	28,47	28,61	28,77	28,14	28,02	27,01	26,99
23 anos	19,88	21,27	22,14	22,63	23,77	23,41	23,31	22,77	22,22	22,03	21,44	19,59
24 anos	15,59	16,26	17,29	17,04	17,74	18,40	18,15	17,52	16,89	17,15	16,57	15,19

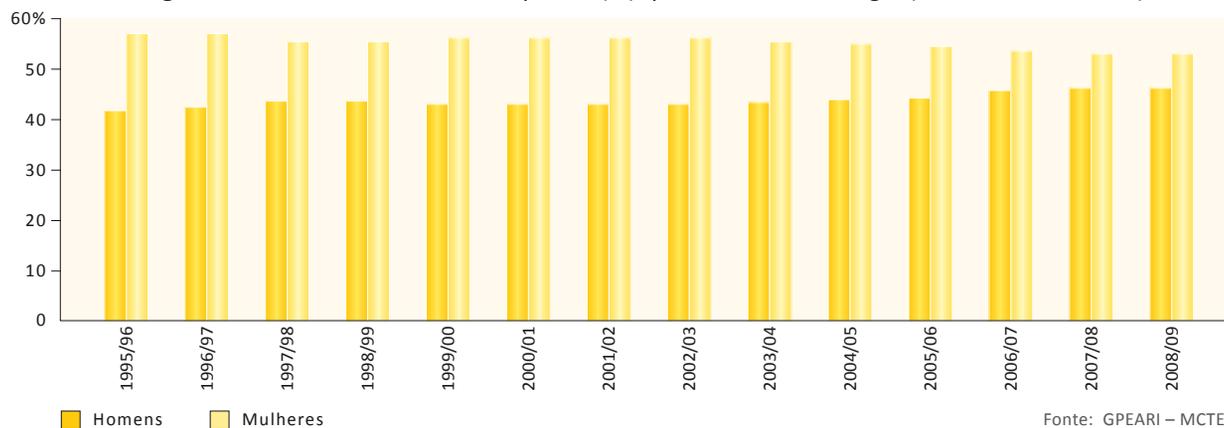
Fonte: DGES - MCTES, 2010

Figura 4.3. Taxa de escolarização (%) no Ensino Superior em percentagem da população com idade correspondente, dos 18 aos 24 anos, em Portugal (1997/98 e 2008/09)



Fonte: GPEARI – MCTES

Figura 4.4. Inscritos no Ensino Superior (%), por sexo, em Portugal (1995/96 a 2008/09)



Fonte: GPEARI – MCTES

Inscritos por subsistema de ensino

Em termos absolutos, o efectivo global de estudantes do Ensino Superior, que era de 313 415 estudantes em 1995-96, subiu até atingir os 400 831 alunos em 2002-03, data a partir da qual sofre oscilações.

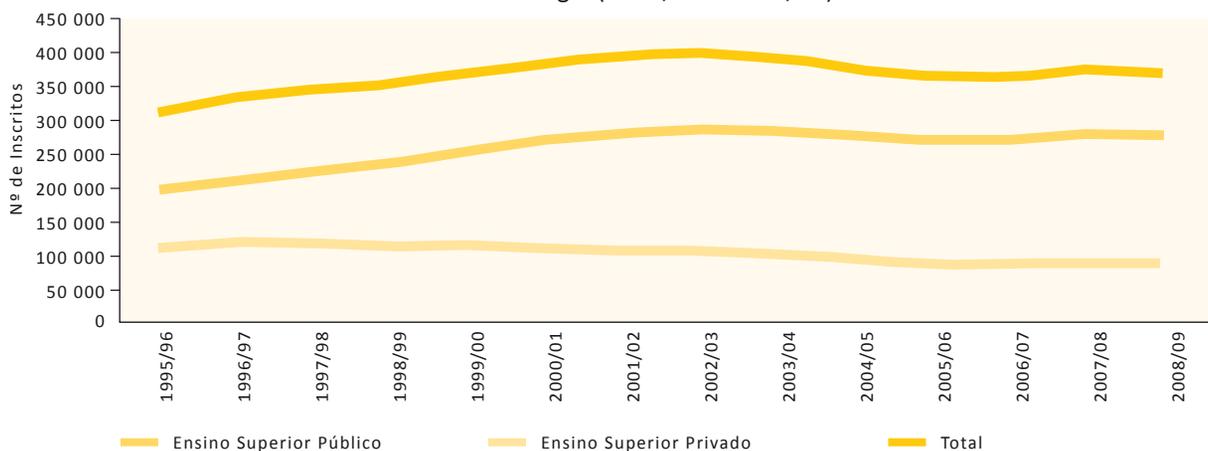
A Figura 4.5. põe em evidência o crescimento do Ensino Superior público até 2002-03, tanto na vertente universitária como na politécnica. A partir desse ano surge uma tendência para a estabilização e mesmo diminuição do número de inscritos, constatando-se uma ligeira retoma do crescimento apenas a partir de 2006-07, atingindo os 373 002 alunos inscritos, em 2008-09.

No Ensino Superior privado, a tendência da diminuição de inscritos é mais acentuada a partir de 2002-03, situando-se em 2008-09 abaixo dos 100 000 estudantes. Esta quebra do número de estudantes no ensino privado verifica-se essencialmente no subsistema universitário, que regista um decréscimo

de cerca de 24 000 alunos no período em análise, sendo que a população estudantil dos institutos politécnicos privados representa, em 2008-09, 8% do total geral de inscritos, ou seja, 29 809 alunos (Figura 4.6.a.).

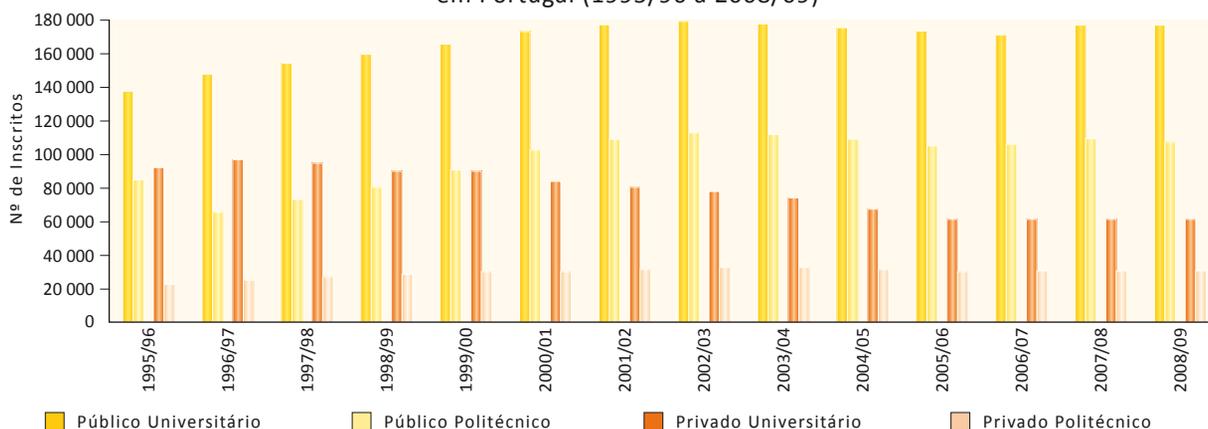
De salientar que o número de alunas inscritas no Ensino Superior, quer universitário ou politécnico, quer público ou privado, é significativamente superior ao número de alunos (Figura 4.6.b.).

Figura 4.5. Número de inscritos no Ensino Superior, por sector de ensino, em Portugal (1995/96 a 2008/09)



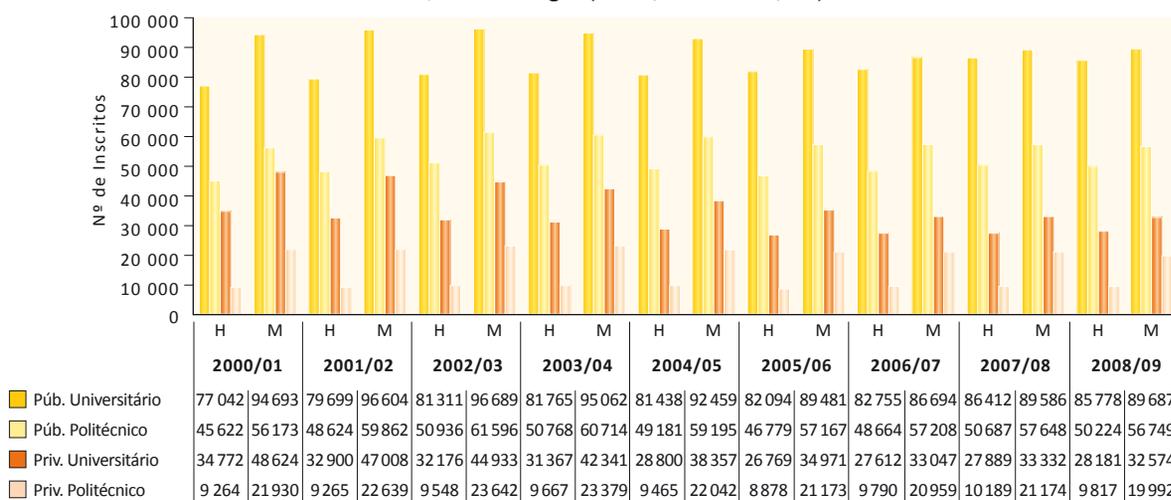
Fonte: GPEARI - MCTES

Figura 4.6.a. Número de inscritos no Ensino Superior, por subsistema de ensino, em Portugal (1995/96 a 2008/09)



Fonte: GPEARI - MCTES

Figura 4.6.b. Número de inscritos no Ensino Superior, por subsistema de ensino e sexo, em Portugal (2000/01 a 2008/09)



Fonte: RAIDES Inquérito ao Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior. GPEARI - MCTES, 2009

Distribuição por áreas de educação e formação

A distribuição dos inscritos por área de educação e formação apresentada na Tabela 4.4. fornece indicações relevantes sobre as áreas em que se regista maior oferta e maior procura por parte dos estudantes.

As áreas de educação com maior número de alunos são Ciências Sociais, Comércio e Direito; Engenharia, Indústrias Transformadoras; e Saúde e Protecção Social, por ordem decrescente. Em primeiro lugar aparece bem destacada a área Ciências Sociais, Comércio e Direito que atinge 40% dos inscritos em 1995 e desce, em movimento de estabilização, para uma percentagem de 32% a partir de 2000-01. Segue-se-lhe a área de Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção que surge em segunda posição, chamando a si mais de 20% dos inscritos, sendo que esta área manteve uma posição marcadamente estável ao longo de todo o período.

A área Saúde e Protecção Social é, entre todas, a que apresenta o maior crescimento (10 pontos percentuais) correspondendo a 7%, em 1995, e subindo para 17%, em 2008. Com um peso percentual entre 10% e 7% situam-se, sequencialmente, as áreas de Educação, a de Artes e Humanidades e a de Ciências, Matemática e Informática.

É de assinalar uma quebra do peso percentual da área Educação, passando de 9,7% em 1995 para 5,0% em 2008, que estará associada à redução das oportunidades de emprego no sistema educativo. O aumento registado num período limitado, que atinge 13% dos inscritos em 2001-02, pode encontrar explicação no acréscimo da procura de formação complementar, decorrente das alterações à LBSE (1997) que passou a exigir a licenciatura como habilitação para a docência na educação pré-escolar e no 1º ciclo do Ensino Básico.

Observe-se igualmente a ligeira quebra na área Ciências, Matemática e Informática, cujo contributo para o total de inscritos oscila entre 9% e 7%, no início e fim do período de referência.

Na Tabela 4.5. compara-se a distribuição dos matriculados no Ensino Superior, por área de educação em Portugal, com as médias europeias equivalentes, no ano de 2006. Note-se que é na área de Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção e na área de Saúde e Protecção Social que o número de inscritos em Portugal ultrapassa a média europeia.

Tabela 4.4. Inscritos no Ensino Superior (%), por área de educação e formação, em Portugal (1995/96 a 2008/09)

Áreas de Educação e Formação	1995/96	1996/97	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09
Educação	9,7	9,8	10,6	11,1	12,6	13,2	12,9	11,8	10,1	8,6	7,1	5,8	5,1	5,0
Artes e Humanidades	9,1	9,3	9,0	9,0	8,8	9,0	8,8	8,5	8,6	8,6	8,6	8,5	8,7	8,6
Ciências Sociais, Comércio e Direito	40,0	39,3	37,8	36,2	34,7	32,8	31,9	31,6	31,4	31,5%	31,5	32,0	31,9	32,0
Ciências, Matemática e Informática	9,1	9,1	9,1	9,1	8,7	8,4	8,2	8,0	7,9	7,6	7,3	7,3	7,5	7,3
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	18,9	19,2	19,9	20,4	20,3	20,4	20,6	21,1	21,6	21,8	21,9	22,3	22,3	22,2
Agricultura	2,9	3,0	2,8	3,0	2,9	2,7	2,5	2,3	2,1	2,0	1,9	1,9	2,1	1,9
Saúde e Protecção Social	6,8	6,7	6,9	7,0	7,6	8,8	10,1	11,4	12,9	14,5	16,0	16,5	16,6	16,7
Serviços	3,5	3,7	3,9	4,2	4,4	4,7	5,0	5,2	5,4	5,5	5,6	5,7	5,8	6,3
Total	100%													

Fonte: GPEARI - MCTES

Tabela 4.5. Inscritos no Ensino Superior (%), por área de educação e formação, em Portugal, UE27 e Zona Euro (2006)

	Artes e Humanidades	Ciências Sociais, Comércio e Direito	Ciências, Matemática e Informática	Engenharia, Indústrias Transform., Construção	Agricultura	Saúde e Protecção Social	Serviços
UE 27	12,6	32,6	10,1	13,9	1,8	12,3	3,5
Zona Euro	13,1	30,4	10,5	14,8	1,8	12,7	3,5
Portugal	8,6	31,5	7,3	21,9	1,9	16,0	5,6

Fonte: Eurostat in figures – Eurostat yearbook. 2009, p. 203

Ritmo de crescimento dos efectivos

A disponibilização de vagas para cursos de Ensino Superior evoluiu de 71 592, em 1995, para 89 445, em 2008, crescendo nesses anos cerca de 17 000 lugares no ensino superior público e 1000 no ensino superior privado.

Na Figura 4.7. observa-se que, entre 1995 e 1998, o número de vagas para o Ensino Superior privado superou o número de vagas estabelecido para o sector público. A partir de 1999, regista-se uma inversão das dinâmicas público-privado, com uma subida do número de vagas atribuídas ao Ensino Superior público que passa a ter 51 081 lugares, em 2008, ou seja, 57% do total.

Por sua vez, as Figuras 4.8. e 4.9. ajudam a compreender melhor as dinâmicas de crescimento de cada um dos sectores de ensino através do número de vagas atribuído. É notório o desenvolvimento do Ensino Superior público, nomeadamente o politécnico, cujo número de vagas quase duplica entre 1995 e 2008.

Relativamente ao sector privado, a Figura 4.9. mostra claramente as duas fases da evolução das vagas: a primeira, de crescimento, que tem o seu auge em 1999, e a segunda, de quebra substancial seguida de alguma estabilidade relativa ao longo da década de 2000-09.

Figura 4.7. Número de vagas para cursos de Ensino Superior, por sector institucional, em Portugal (1995/96 a 2008/09)

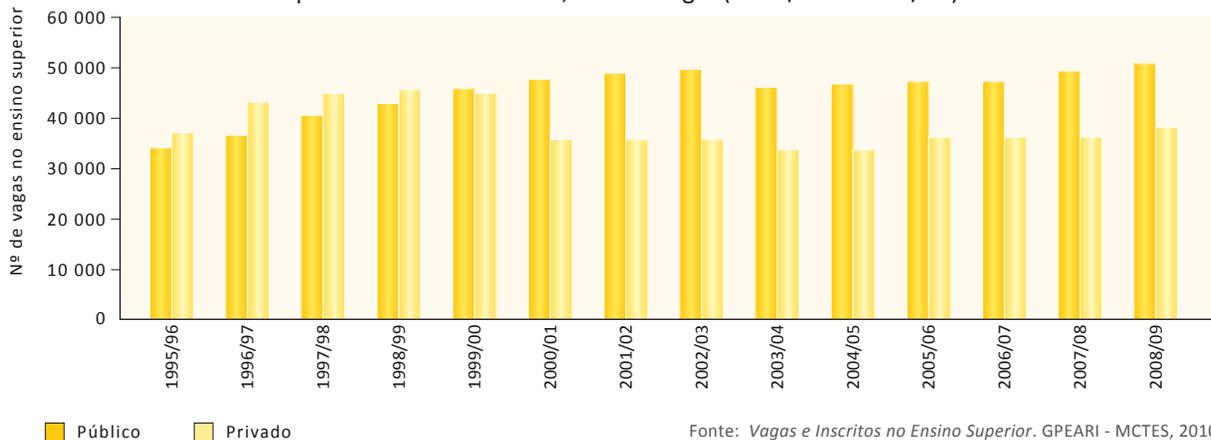


Figura 4.8. Número de vagas para cursos do Ensino Superior público, em Portugal (1995/96 a 2008/09)

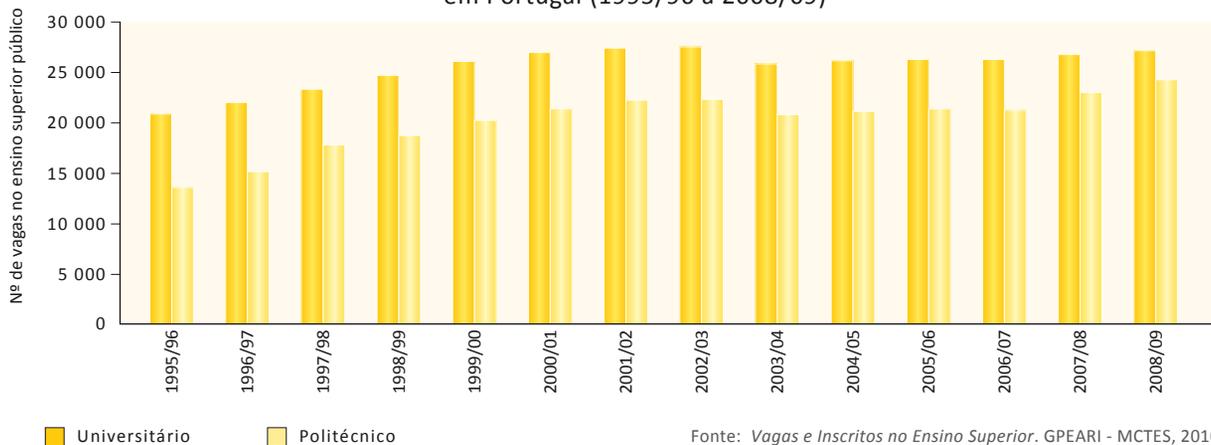
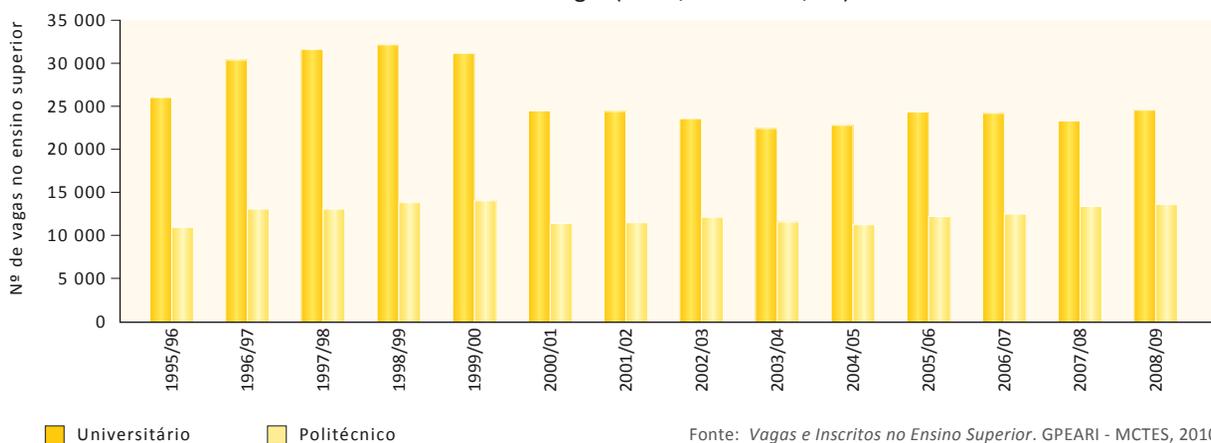


Figura 4.9. Número de vagas para cursos do Ensino Superior privado, em Portugal (1995/96 a 2008/09)

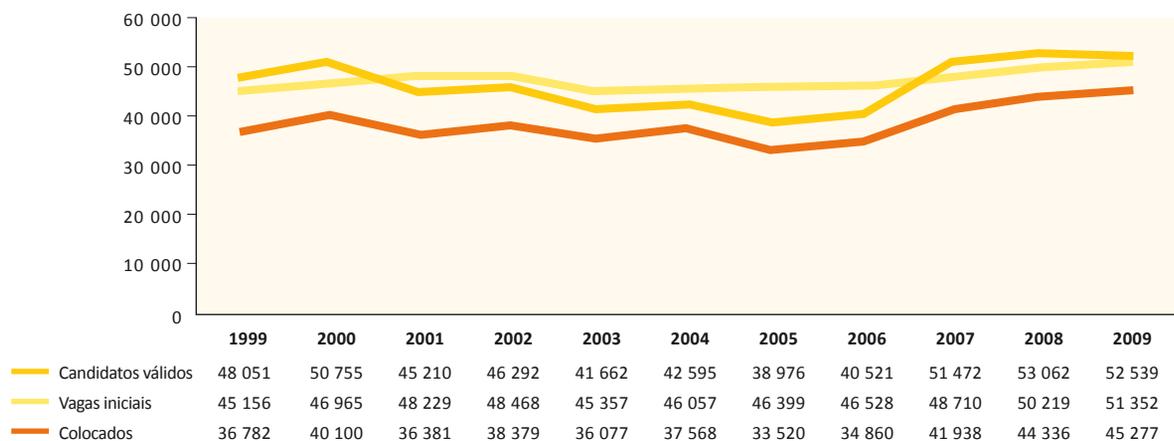


No âmbito do Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior, a Figura 4.10. regista o comportamento das três variáveis que orientaram o desenvolvimento do acesso durante a década que vai terminar. O ano de 2001 destaca-se como uma fronteira temporal a partir da qual se começa a verificar a existência de um número de vagas superior ao número de candidatos, situação que só se inverte a partir de 2006, ano em que o universo de candidatos volta a superar o número de vagas.

Igualmente se afigura de sublinhar que, no ensino público, o número de estudantes colocados foi sempre mais baixo do que o número de vagas, o que eventualmente poderá indicar algum desajuste entre a oferta de cursos e a procura dos mesmos.

Comparando o número de vagas fixadas no regime geral de acesso ao Ensino Superior com o número de alunos inscritos ao abrigo de todos os regimes de acesso, no primeiro ano de curso, pela primeira vez, por área de educação e formação, a Tabela 4.6. mostra que em 2008-09 o número de vagas excedeu o número de inscritos, sendo maior a disparidade nos cursos das áreas de Ciências Sociais, Comércio e Direito, Saúde e Protecção Social e Artes e Humanidades.

Figura 4.10. Número de candidatos, vagas e estudantes colocados no Ensino Superior público, em Portugal (1999 a 2009)



Fonte: Estatísticas do Ensino Superior. DGES - MCTES

Tabela 4.6. Número de vagas no Ensino Superior (regime geral de acesso) e de inscritos no 1.º ano, pela 1.ª vez, em todos os regimes, por área de educação e formação, em Portugal (2008/09)

Área de Educação e Formação	Vagas	Inscritos no 1.º ano, pela 1.ª vez
Educação	3 709	2 713
Artes e Humanidades	9 677	8 047
Ciências Sociais, Comércio e Direito	29 335	26 907
Ciências, Matemática e Informática	6 895	6 072
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	16 526	17 372
Agricultura	1 274	1 510
Saúde e Protecção Social	15 010	13 310
Serviços	7 019	6 260
TOTAL	89 445	82 191
<i>Ciências e Engenharias</i>	<i>23 421</i>	<i>23 444</i>

Nota: Nos inscritos no 1.º ano pela 1.ª vez, só se consideraram os cursos para os quais foram fixadas vagas de acesso ao ensino superior.

Fonte: Vagas e Inscritos no Ensino Superior (2000-2001 a 2008-2009). GPEARI - MCTES, 2010

4.3 Diversificação das Vias de Acesso

Alargamento da base social

As taxas apresentadas na Tabela 4.7. põem em evidência a relação existente entre os níveis de escolaridade do grupo familiar de origem dos estudantes e o subsistema de Ensino Superior por eles frequentado, nos sectores público e privado.

Cerca de 41% dos pais dos estudantes que frequentam o ensino universitário público são detentores de uma qualificação de nível superior, enquanto 59% têm uma qualificação de nível não superior; o ensino politécnico público é o que absorve mais estudantes originários de famílias com níveis de instrução médios ou baixos (80%), sendo 20% aqueles cujas famílias possuem habilitação superior; no que respeita ao ensino privado, a percentagem de famílias de alunos que possuem Ensino Superior atinge 43 %, enquanto a percentagem de agregados familiares detentores de um nível de ensino não superior é de 57%.

Em síntese, a maior parte dos alunos que frequentam o Ensino Superior são originários de famílias que não detêm qualificação de nível superior, sendo no ensino politécnico que se registam os níveis de escolaridade mais baixos do grupo familiar de origem.

Estes valores ganham ainda mais significado se interpretados em perspectiva histórica. Em meados dos anos 60 do século passado, só havia cerca de 25 mil estudantes no Ensino Superior e só perto de 1% da população adulta tinha obtido esse grau de

ensino. Daí para cá, a situação alterou-se muito. O número de estudantes do Ensino Superior começou a crescer rapidamente e a sua base social foi-se alargando. Actualmente, a probabilidade média de acesso ao Ensino Superior por parte de jovens oriundos de famílias com escolaridades abaixo desse grau de qualificação já é poucas vezes inferior à dos provenientes de pais que detêm, eles próprios, o Ensino Superior. As desigualdades estruturais diminuíram acentuadamente, embora ainda não tenham desaparecido.

Tais dados são sobretudo elucidativos da democratização que se operou no sistema, sustentada no investimento das famílias e na melhoria das condições de acesso de que são exemplo a regionalização da rede e a atribuição de bolsas de estudo nos sectores público e privado. Para este processo de democratização muito contribuem os apoios sociais aos alunos mais carenciados, como se verá mais adiante.

Tabela 4.7. Escolaridade (%) do grupo familiar de origem dos alunos do Ensino Superior, por nível e sector institucional, relativamente à população dos 40 aos 60 anos, em Portugal (2004)

Níveis de Escolaridade do Grupo Familiar de Origem	Estabelecimento de Ensino									População Portuguesa 40-60 anos
	Público						Privado			
	Universitário			Politécnico			HM	H	M	
	HM	H	M	HM	H	M				
Superior	40,8	45,7	36,7	20,4	24,2	17,5	43,4	49,0	41,2	9,8
Secundário	16,2	17,7	14,3	16,6	17,4	16,1	16,5	17,0	16,4	8,9
Básico 3	13,0	11,9	14,2	13,0	12,5	13,2	12,9	10,9	13,9	10,0
Básico 2	11,4	8,5	13,9	17,9	17,1	18,8	10,1	7,0	11,0	8,8
Básico 1	18,6	16,2	20,9	32,1	28,8	34,4	17,1	16,1	17,5	62,5

Nota: A construção do indicador da escolaridade do grupo familiar de origem, assumindo as escolaridades combinadas do pai e da mãe, atribui ao agregado familiar o nível de escolaridade do elemento que nesta matéria detém o grau mais elevado.

Fontes: *Condições Socioeconómicas dos Estudantes do Ensino Superior em Portugal*. DGES - MCTES, 2005; *EUROSTUDENT 2005. Social and Economic Conditions of Student Life in Europe 2005*. Hannover: HIS

Cursos de Especialização Tecnológica (CET) nas instituições de ensino superior

A criação e desenvolvimento dos Cursos de Especialização Tecnológica (CET), a partir de meados da década de 2000, constituiu uma modalidade de diversificação das vias de acesso ao Ensino Superior que tem tido significativa aceitação. Os CET, concebidos e implementados como cursos pós-secundários de curta duração, compreendendo entre 60 e 90 créditos (ECTS) e visando a qualificação de jovens e de adultos, incluindo a requalificação de activos, têm-se configurado como uma nova oferta formativa profissionalizante. A sua orientação principal é a integração de diplomados de nível IV¹ no mercado de trabalho, com particular interesse no desenvolvimento regional, e possibilitando, ainda, o prosseguimento de estudos no Ensino Superior, com creditação de competências adquiridas.

A maioria destes cursos é da iniciativa da rede pública de instituições de Ensino Superior, embora exista também oferta de CET (92) promovida por instituições de formação não superior.

O número de inscritos neste novo tipo de cursos passou de 294 alunos, em 2004, para cerca de 6000, em 2008 (Tabela 4.8.). Até Fevereiro de 2010, haviam sido registados 376 CET, assegurados na maioria dos casos por institutos politécnicos do sector público.

A distribuição dos matriculados em CET, por área de educação e formação (Figura 4.11.), durante os últimos cinco anos de funcionamento (2004-05 a 2008-09), revela que a área mais procurada nesta modalidade de ensino, com excepção do ano de arranque, foi a de Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção, seguida de Ciências, Matemática e Informática e, só depois, de Ciências Sociais, Comércio e Direito.

A confirmar-se a tendência de distribuição dos inscritos pelos cursos destas áreas de educação e formação, poder-se-á estar perante uma maior exigência técnica do mercado de trabalho, sobretudo a nível regional. Acresce que a possibilidade de os estudantes destes cursos beneficiarem do apoio de bolsas de estudo, bem como o grau elevado de empregabilidade dos seus diplomados, configuram os CET como uma via interessante no quadro do desenvolvimento do Ensino Superior.

1 Nível IV de formação/qualificação profissional: Formação de acesso a este nível: formação secundária (geral ou profissional) e formação técnica pós-secundária. Esta formação técnica de alto nível é adquirida no âmbito de instituições escolares, ou fora dele. A qualificação resultante desta formação inclui conhecimentos e capacidades que pertencem ao nível superior. Não exige em geral, o domínio dos fundamentos científicos das diferentes áreas em causa. Estas capacidades e conhecimentos permitem assumir, de forma geralmente autónoma ou de forma independente, responsabilidades de concepção e/ou de direcção e/ou de gestão.

Tabela 4.8. Número de inscritos em CET, em Portugal (2004/05 a 2008/09)

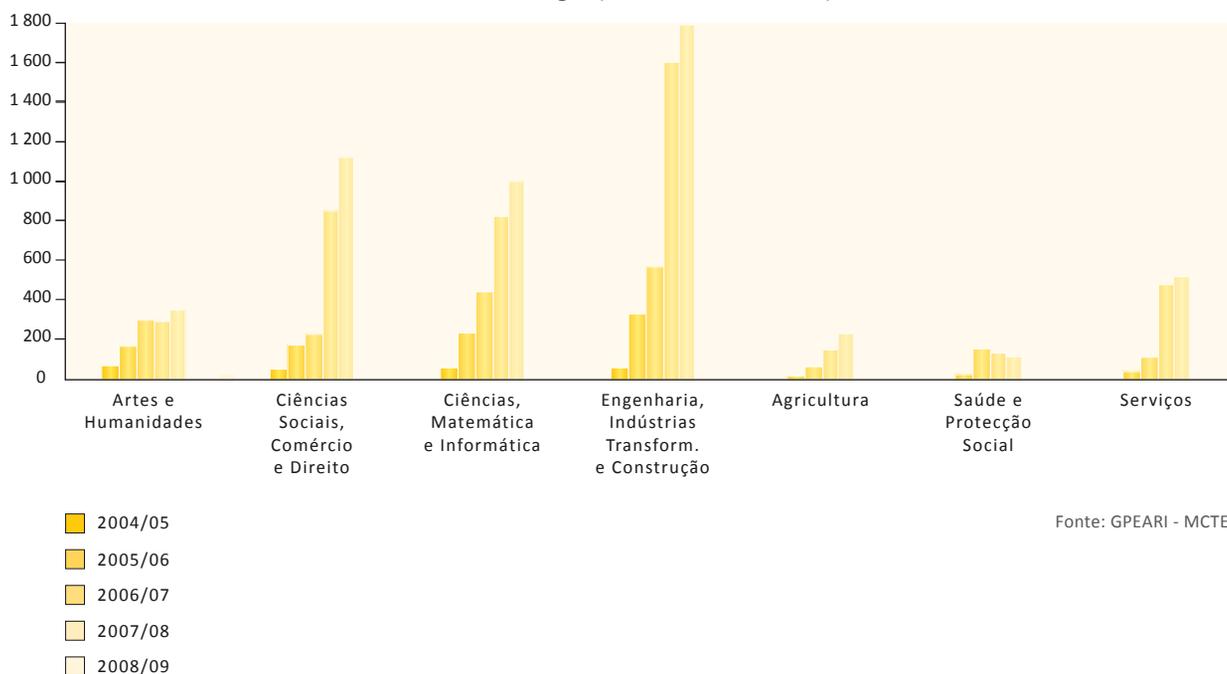
Ensino Superior	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09
Ensino Superior Público	277	1 017	1 913	4 359	5 149
Universitário ^{a)}	217	546	118	59	223
Politécnico ^{b)}	60	471	1 795	4 300	4 926
Ensino Superior Privado	17	242	340	452	683
Universitário ^{a)}	0	211	326	430	590
Politécnico ^{b)}	17	31	14	22	93
Total	294	1 259	2 253	4 811	5 832

a) Inclui instituições não integradas em universidades

b) Inclui instituições não integradas em institutos politécnicos e unidades orgânicas de ensino politécnico integradas em universidades

Fonte: GPEARI - MCTES

Figura 4.11. Número de inscritos em CET por área de educação e formação, em Portugal (2004/05 a 2008/09)



Fonte: GPEARI - MCTES

Maiores de 23 anos

Ainda no tocante à implementação de vias alternativas de ingresso no Ensino Superior dirigidas a novos públicos, parece igualmente adquirido que se apresenta como uma via em desenvolvimento a modalidade “maiores de 23 anos”, destinada a indivíduos que, não tendo seguido o percurso tradicional de acesso, se submetem a uma prova especial de ingresso no estabelecimento de ensino que pretendem frequentar.

Com efeito, a procura desta modalidade de ingresso atingiu em média, por ano, 20 000 candidatos às provas, registando-se percentagens de aprovação acima dos 80% e tendo acabado por se inscrever de facto no Ensino Superior, entre 2006 e 2009, cerca de 11 000 estudantes maiores de 23 anos, em cada ano lectivo (Figura 4.12.).

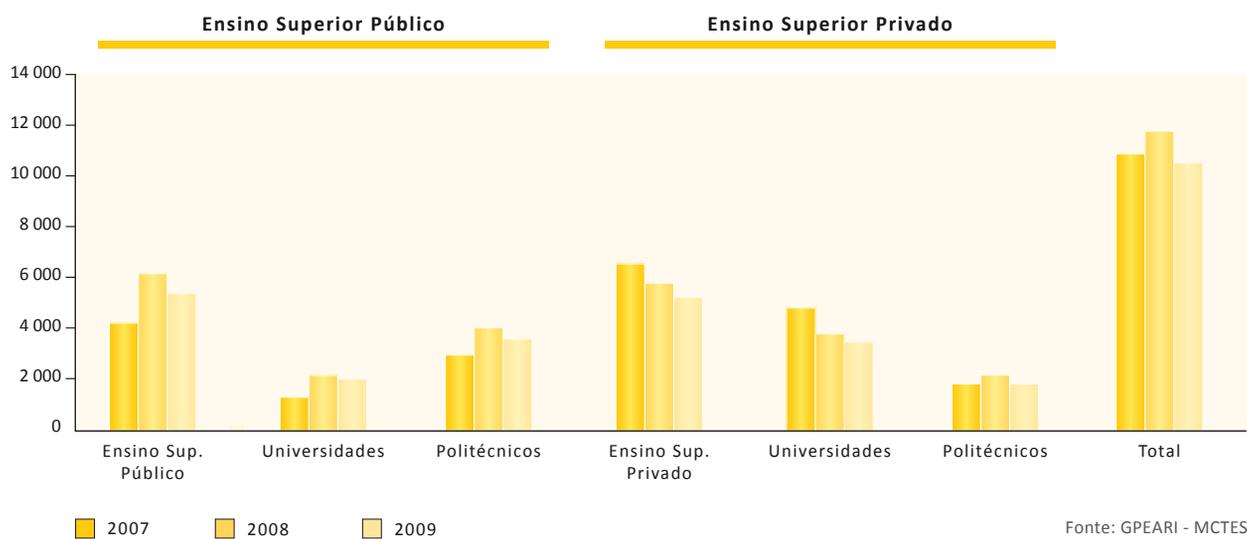
A diversificação de vias de acesso ao Ensino Superior e consequente abertura das instituições a novos públicos representa uma inovação significativa no quadro da aprendizagem ao longo da vida. A existência de activos empregados ou em situação de desemprego e em busca de novas

competências ou de requalificação para reintegrar o mercado de trabalho e, ainda, de muitos adultos que, tendo terminado a vida profissional activa, procuram novas formas de valorização pessoal e de participação comunitária constituem motivações para uma crescente procura de formações de nível superior.

A antecipação do perfil da população activa europeia, no horizonte de 2020, deixa entrever que o número de empregos a criar até essa data exigirá uma percentagem crescente de trabalhadores com qualificações médias e elevadas, o que implica, para Portugal, alargar substancialmente o número de activos com estas qualificações (secundárias e superiores) durante a próxima década (CEDEFOP – *Future Skill Supply in Europe*, 2009).

Os CET constituem um factor de diversidade social nas instituições de Ensino Superior, tendo assim um significado acrescido na abertura das instituições a novas modalidades de qualificação de jovens.

Figura 4.12. Número de alunos maiores de 23 anos inscritos no 1º ano, pela 1ª vez, por sector e subsistema de ensino, em Portugal (2007 a 2009)



Bolsas de estudo e empréstimos a estudantes

Uma das vertentes da democratização do Ensino Superior pode ser avaliada pelo grau de cobertura da população estudantil carenciada por esquemas de bolsas de estudo ou outros, que lhe permitam suportar os custos de educação e os custos de vida, de modo a obterem sucesso educativo e pessoal nas formações escolhidas.

Segundo dados da OCDE de 2006 (OCDE, 2009: 247), Portugal despendia, com bolsas de estudo e outros apoios aos estudantes do Ensino Superior, 11,6% das despesas públicas totais de educação contra 18,4% da média da OCDE. O esforço público terá de continuar, sobretudo quando as previsões apontam no sentido de um crescimento da procura de educação que ultrapassa os actuais níveis de afectação de recursos a essa finalidade.

No ano lectivo 2007/08, um em cada quatro estudantes do Ensino Superior, público e privado, foi apoiado pela acção social directa, o que implicou a atribuição de 73 493 bolsas de estudo, ou seja, 25% dos estudantes recebeu este tipo de ajuda.

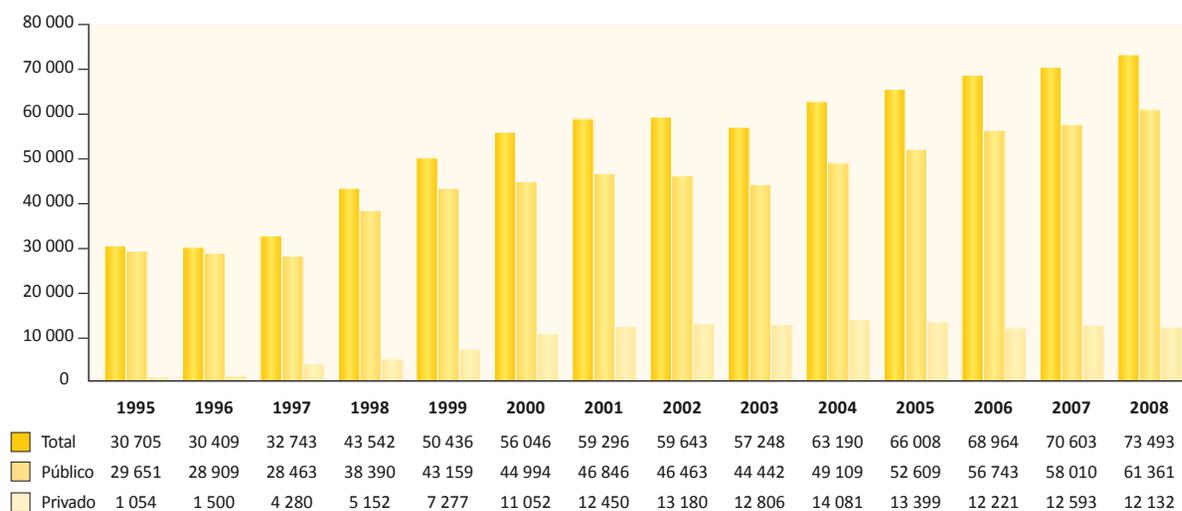
Refira-se ainda que o valor de referência da bolsa mensal é indexado à retribuição mínima mensal garantida, mediante a capitação do agregado familiar do estudante e o valor das propinas fixado em cada instituição, entre outros factores, sendo a bolsa paga ao estudante mensalmente, em regra durante 10 meses, em cada ano lectivo. Quanto às

propinas, as instituições de Ensino Superior públicas puderam fixar o seu valor anual, em 2009-10, entre 585 € e 996,85 €. Note-se que, actualmente, a propina média na UE 27 é de 1100€, sendo que em grande parte dos países do Norte da Europa o ensino superior é gratuito.

Também com a finalidade de alargar o acesso ao Ensino Superior, de reforçar a diversidade social da população estudantil e, ainda, de incrementar o apoio específico a alunos abrangidos por programas de mobilidade internacional, como o Programa ERASMUS, foi criado o sistema de concessão de empréstimos com garantia mútua a estudantes do Ensino Superior.

Entre 2007 e 2009 foram celebrados 11 108 contratos de empréstimo a estudantes, concedidos quase exclusivamente para conclusão de licenciaturas, ascendendo o valor total dos contratos a 128 220 milhões de euros, para um valor médio contratado de 11 543 €, sendo o valor médio do crédito a utilizar, no ano lectivo presente, de 4 129 € (Comissão de Acompanhamento do Sistema de Empréstimos. *Linha de crédito para estudantes do ensino superior com garantia mútua*, Janeiro de 2010).

Figura 4.13. Número de bolsiros do Ensino Superior, por subsistema de ensino, em Portugal (1995 a 2008)



Nota: Os dados apresentados referem-se ao ano lectivo que termina nesse ano.

Fonte: DGES - MCTES, 2010

4.4 Níveis de Conclusão e Diplomados

A Tabela 4.9. mostra a evolução recente da percentagem da população portuguesa detentora de escolaridade de nível superior, a qual praticamente duplica na última década, passando de uma taxa de 6,2% para 11,2%. De acordo com a OCDE (OCDE, 2009: 3) ,o número de diplomados do Ensino Superior cresceu, em média, nos países membros cerca de 5% entre 1998 e 2007, tendo essa média sido superior a 7% em países como Espanha, Irlanda, Polónia, Portugal e Turquia.

O crescimento do número de matriculados e a adequação da duração dos cursos às exigências decorrentes da adopção do Processo de Bolonha tenderá a gerar um número mais elevado de diplomados. Consta-se, através da Figura 4.14., que o número anual de diplomados do Ensino Superior passou de 39 216, em 1995, para 84 009, em 2007. No que concerne ao sector privado, o número de diplomados tem-se mantido estável desde 2000, acompanhando o número de inscritos (Figura 4.9.), que estabilizou a partir daquela data.

O panorama geral de distribuição dos diplomados por área de educação e formação (Figura 4.15.) reflecte o peso das áreas onde se concentra o maior número de inscritos ao longo dos anos. A área que apresenta mais diplomados é a das Ciências Sociais, Comércio e Direito, sendo de realçar também o crescimento do número de diplomados nas áreas de Saúde e Protecção Social e de Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção. As áreas de Ciências, Matemática e Informática e de Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção merecem um destaque particular na medida em que apresentam um crescimento importante (164%), quando a meta europeia para 2010 relativa à área de Matemática, Ciências e Tecnologias¹ apontava para um aumento de 15% dos respectivos diplomados, tendo passado em

números absolutos de 10 000 para 26 600 (CEC, 2009: 153). Embora a percentagem de mulheres diplomadas nesta área se situasse em 2008 (34,8%) acima da média da UE (31,9%), uma vez que a meta da UE preconiza a redução das desigualdades de género, deve assinalar-se o facto de a percentagem de licenciadas ter baixado sete pontos percentuais de 2000 para 2008.

Os poucos elementos estatísticos existentes sobre os níveis de sucesso estão sistematizados num indicador que relaciona a proporção de diplomados num determinado ano com os inscritos pela primeira vez no primeiro ano e indicam que a taxa de sucesso no Ensino Superior era de 65,8% em 2004-05 (Tabela 4.11.). No sector público é de 64,8%, sendo que no ensino politécnico a taxa de sucesso é inferior à do ensino universitário (61,8% e 67,1%, respectivamente. Relação completamente inversa é a que se regista no sector privado, onde a taxa de sucesso no ensino politécnico é de 74,8%, enquanto a do ensino universitário é de 64,2%.

A implementação do Processo de Bolonha e a crescente mobilidade e flexibilização de percursos escolares que dele decorrem têm implicações metodológicas na construção do indicador de sucesso/insucesso/abandono escolar, pelo que o mesmo tem vindo a ser omitido de relatórios produzidos por organizações internacionais e igualmente por Portugal.

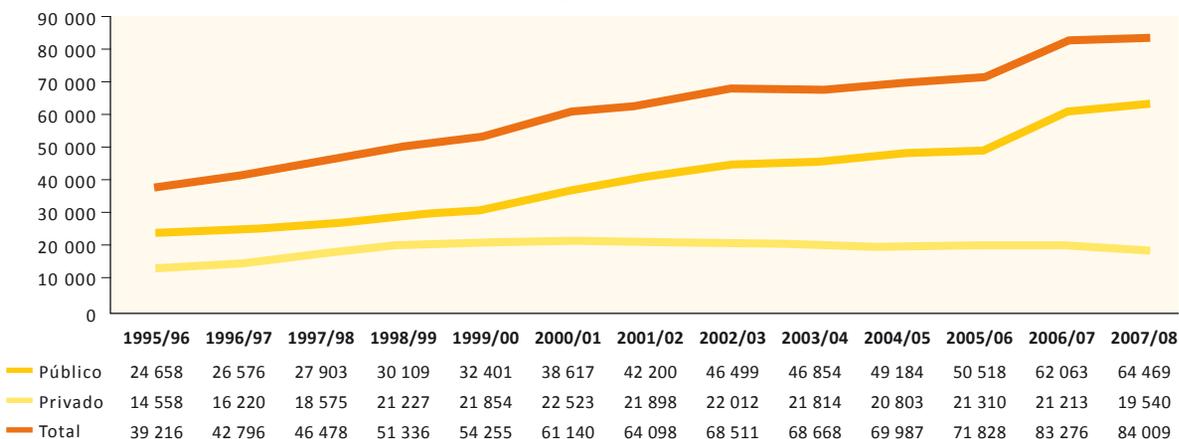
¹ Esta meta tem por referência o indicador “Diplomados em Matemática, Ciências e Tecnologia” que inclui as áreas de Ciências, Matemática e Informática e de Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção.

Tabela 4.9. População residente (%) com 15 e mais anos, com nível de escolaridade superior completo, em Portugal (1998 a 2009)

1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
6,2	6,4	6,5	6,8	7,0	8,1	9,4	9,5	10,1	10,3	10,8	11,2

Fonte: Calculado a partir de PORDATA – INE, Inquérito ao Emprego

Figura 4.14. Número de diplomados do Ensino Superior, por subsistema de ensino, em Portugal (1995/96 a 2007/08)



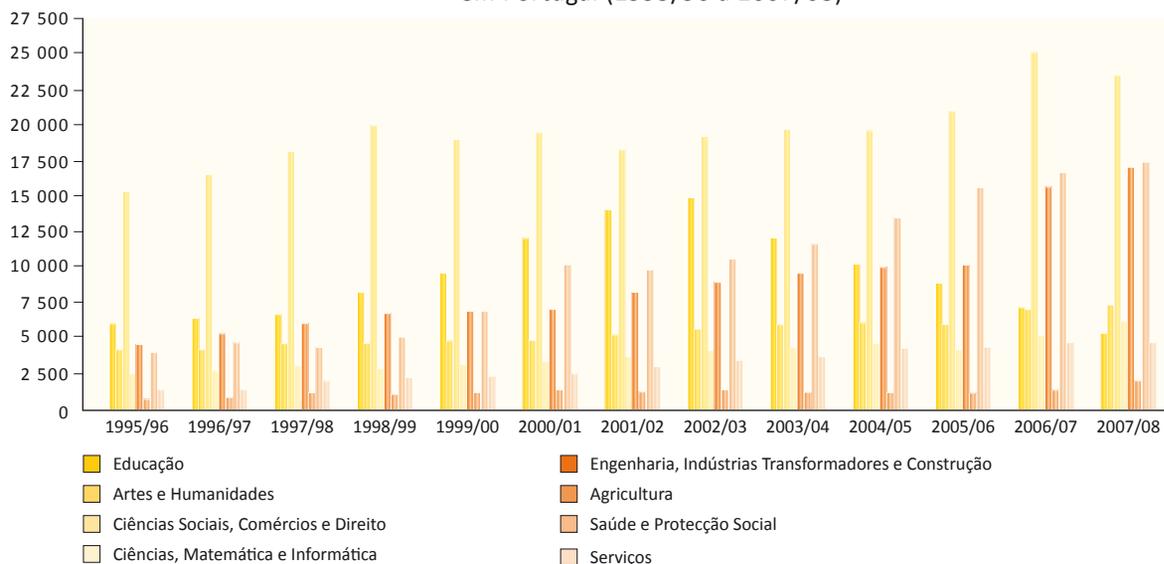
a) Inclui todos graus e diplomas conferidos por estabelecimentos de ensino superior (desde que tenham duração igual ou superior a 2 semestres e 60 ECTS ou 300 horas e sejam sujeitos a avaliação no final da formação) excepto Diplomas de Especialização Tecnológica

b) O Ensino Universitário inclui instituições não integradas em universidades

c) O Ensino Politécnico inclui instituições não integradas em institutos politécnicos e unidades orgânicas de ensino politécnico integradas em universidades

Fonte: Inquérito ao Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior. GPEARl - MCTES

Figura 4.15. Número de diplomados do Ensino Superior, por área de educação, em Portugal (1995/96 a 2007/08)



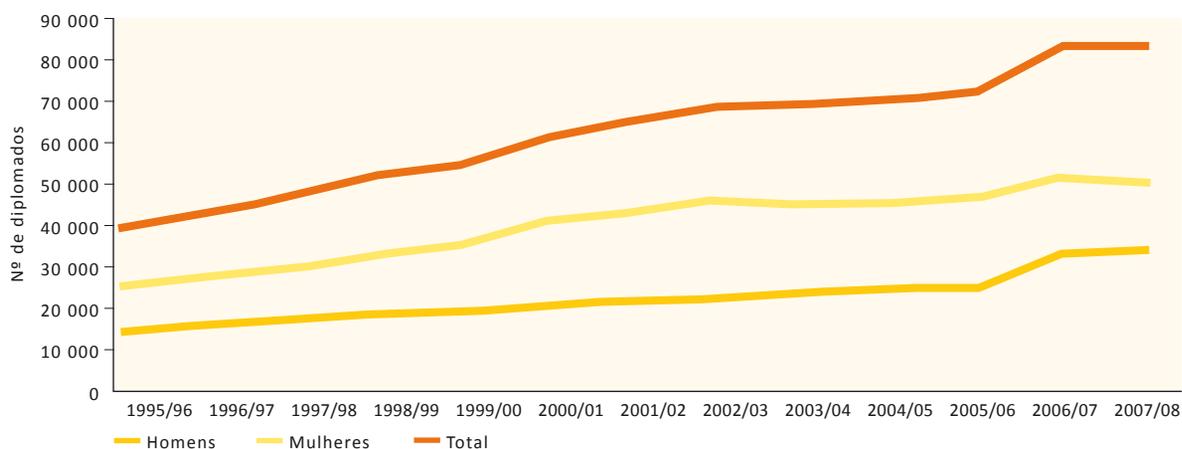
Fonte: Inquérito ao Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior. GPEARl - MCTES

Na Figura 4.16., observa-se a distribuição dos diplomados por sexo, sendo mais elevado o número de diplomados do sexo feminino.

Finalmente, o número de diplomados com formações pós-graduadas tem vindo a crescer significativamente. A Tabela 4.10. apresenta os diplomados do ensino superior com formação pós-graduada.

Refira-se que, nos dez anos que medeiam entre 1999 e 2008, o número de especializações quintuplicou, subindo de um pouco mais de 500 para 2470; o número de mestrados duplicou, passando de aproximadamente 2000 para se situar quase nos 3600; e o número de doutoramentos mais do que triplicou, crescendo de menos de 400 para perto dos 1300. Este forte aumento do número de diplomados com pós-graduações parece poder significar uma aposta inequívoca no desenvolvimento e consolidação da investigação científica no âmbito do Ensino Superior.

Figura 4.16. Número de diplomados do Ensino Superior, por sexo, em Portugal (1995/96 a 2007/08)



Fonte: Inquérito ao Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior. GPEARI - MCTES

Tabela 4.10. Número de diplomados do Ensino Superior, por nível de formação, em Portugal (1995 a 2008)

Ano	Total de diplomados ⁽¹⁾	Especializações ⁽²⁾	Mestrado	Doutoramento
1995	35 939	336	1 407	-
1996	39 216	607	1 704	-
1997	42 796	613	1 884	232
1998	46 478	621	2 117	375
1999	51 336	535	1 979	379
2000	54 255	622	1 953	551
2001	61 140	1 049	2 207	585
2002	64 098	1 201	2 326	665
2003	68 511	1 295	2 885	838
2004	68 668	1 797	3 068	895
2005	69 987	1 914	3 152	998
2006	71 828	2 619	4 248	1 094
2007	83 276	2 735	4 769	1 269
2008	84 009	2 470	3 578	1 285

(1) Inclui os níveis de formação de bacharelato, licenciatura, complemento de formação, especialização, mestrado e doutoramento.

(2) Cursos de especialização pós-licenciatura, de duração superior a 9 meses e não conferentes a grau.

Fonte: Adaptado de PORDATA, DIMAS/RAIDES, GPEARI - MCTES

Tabela 4.11. Número de inscritos pela 1.ª vez no 1.º ano e de diplomados, e taxas (%) de sucesso e de insucesso, por tipo de ensino e natureza do estabelecimento, em Portugal (2004/05)

Tipo de Ensino	Inscritos 1.ª vez no 1.º ano	Diplomados	Taxa de Sucesso	Taxa de Insucesso
Ensino Superior Público	49 437	32 011	64,8	35,2
Ensino Universitário	27 592	18 510	67,1	32,9
Ensino Politécnico	21 845	13 501	61,8	38,2
Ensino Superior Militar e Policial	374	261	69,8	30,2
Ensino Universitário	284	184	64,8	35,2
Ensino Politécnico	90	77	85,6	14,4
Ensino Superior Não Público	22 900	15 600	68,1	31,9
Ensino Superior Particular e Cooperativo	21 027	14 283	67,9	32,1
Ensino Universitário	13 565	8 705	64,2	35,8
Ensino Politécnico	7 462	5 578	74,8	25,2
Universidade Católica Portuguesa	1 873	1 317	70,3	29,7
Total	72 337	47 611	65,8%	34,2%

Fonte: Sucesso Escolar no Ensino Superior - Diplomados em 2004-2005, OCES

Metas UE 2020:

Adultos de 30-34 anos
com Ensino Superior

pelo menos **40%**

Portugal, 2008:

21,6%

AVANÇOS

- O número de alunos que frequenta o Ensino Superior cresceu consideravelmente atingindo a taxa real de escolarização de 36% dos jovens com 20 anos de idade.
- O alargamento da base social de recrutamento do Ensino Superior e do número de diplomados.
- As instituições de Ensino Superior diversificaram as modalidades de oferta formativa, abrindo-se à entrada de novos públicos.
- O número de diplomados em Matemática, Ciências e Tecnologia aumentou 164% (meta UE 2010: aumento de 15% relativamente ao ano 2000).

PROBLEMAS E DESAFIOS

- Desarticulação da actual rede de instituições e de ofertas, com eventual sobreposição de cursos.
- A percentagem de adultos de 30-34 anos com nível de Ensino Superior (21,6 % em 2008) ainda está afastada da meta europeia para 2020 (pelo menos 40% dos adultos dessa faixa etária).
- Importa reforçar a articulação com o Ensino Secundário de modo a assegurar o aumento das taxas de frequência e de conclusão de Ensino Superior no grupo etário 19-29 anos.
- A abertura a públicos em idade activa e sénior e a instituição de parcerias com o mercado de trabalho carecem de aprofundamento.
- Importa dispor de dados sobre transição e conclusão, retenção e desistência, e abandono no Ensino Superior, discriminados por par estabelecimento/curso, para tornar mais transparentes os resultados deste nível de ensino.
- Uma vez que a meta da UE preconiza a redução das desigualdades de género, deverá dar-se atenção ao facto de ter baixado a percentagem de mulheres diplomadas em Matemática, Ciências e Tecnologia.



5 Recursos Educativos

A educação/formação, entendida numa perspectiva de aprendizagem ao longo da vida, engloba a aprendizagem em todos os seus contextos, formal, não formal e informal, e em todos os níveis: desde a educação pré-escolar ao ensino superior, formação profissional e educação de adultos. Nessa medida, para além dos espaços educativos, dos materiais didáticos e dos recursos humanos e financeiros, cabem dentro do âmbito dos recursos educativos, entre outros, os espaços culturais e de lazer (museus, bibliotecas, associações,...), bem como

os meios de comunicação social, designadamente a imprensa escrita e audiovisual, nacional, regional e local.

Neste relatório sobre o Estado da Educação, cujo tema central são os percursos educativos, far-se-á uma abordagem apenas a alguns destes recursos, humanos, materiais e financeiros, remetendo para futuros relatórios uma análise mais profunda desta dimensão.

Nos recursos humanos será analisada a evolução da qualificação académica e profissional dos educadores de infância e professores dos ensinos básico, secundário e superior e os índices de envelhecimento da população docente, excepto do Ensino Superior. Pretende-se, ainda, conhecer o universo do pessoal não docente, em termos globais, por sector público e privado, por regiões (NUTS II) e a proporção homens/mulheres. No

âmbito dos recursos materiais foram seleccionados alguns dados referentes a bibliotecas escolares e à evolução do número de alunos por computador. Sobre recursos financeiros será feita uma análise global da despesa pública nacional com a Educação.

5.1 Recursos Humanos

Pessoal docente

A Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), na sua primeira versão, Lei 46/86, de 14 de Outubro, determinava que a orientação e as actividades pedagógicas na educação pré-escolar deveriam ser asseguradas por educadores de infância, cuja qualificação profissional seria adquirida através da frequência de cursos específicos, administrados em escolas superiores de educação ou em universidades, que dispusessem de unidades de formação próprias para o efeito, o que, à data, significava uma habilitação ao nível de bacharelato. Com as alterações introduzidas em 1997, a habilitação exigida aos educadores de infância e aos professores dos ensinos básico e secundário passou a ser a licenciatura (Artigo 31º, da Lei 115/97, 19 Setembro).

A partir do ano 2000 verifica-se, na figura 5.1., o aumento da percentagem de educadores de infância com grau académico a nível de licenciatura. Esse aumento reflecte a frequência e conclusão de complementos de formação por parte de profissionais com grau académico de bacharel. Por outro lado, temos o aumento da percentagem de doutoramentos e mestrados, ao qual poderão também não ser alheias as bonificações atribuídas a estes níveis de formação, previstas no Estatuto da Carreira Docente, e a emergência das qualificações para outras funções educativas.

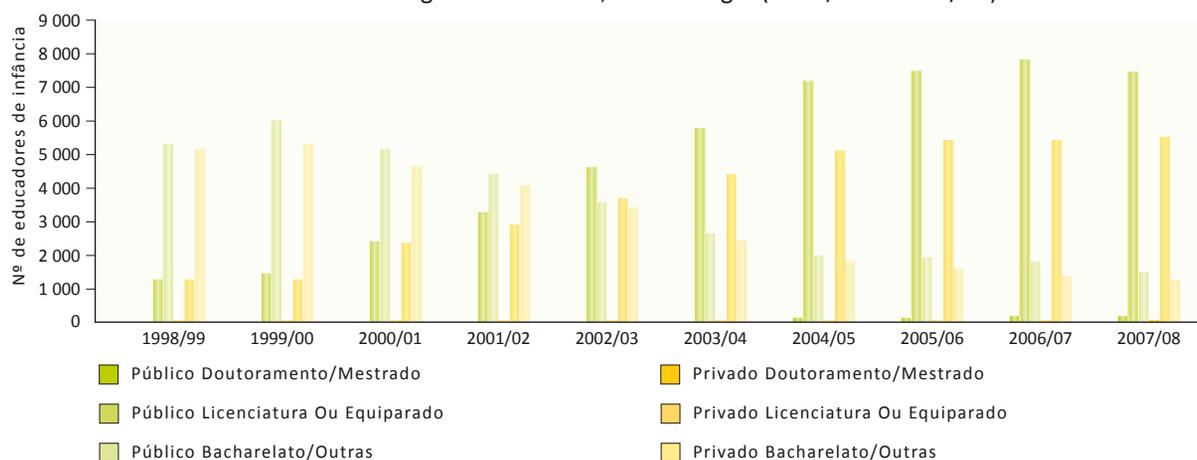
O corpo docente da educação pré-escolar é maioritariamente composto por mulheres mantendo-se essa tendência desde 1973/74, quando a taxa de feminidade era de 97,8%, até à interrupção da série de dados em 1991/92, quando o valor era de 99%. A série é retomada em 1997/98, mantendo-se esse valor nos 90% (GEPE/INE, 2009, Vol. III).

Os educadores de infância que, nos anos 90, se situavam maioritariamente nos escalões etários dos 30-34 e 35-39, a partir de 2004 encontram-se, predominantemente, nos grupos etários dos 40-44 e 45-49 anos (Figura 5.2.), o que denota o progressivo envelhecimento deste corpo profissional.

A figura 5.3. ilustra o facto de, até 1972/73, não existir rede pública de educação pré-escolar. É por essa razão que, até 1976/77, o número de educadores de infância vinculados ao serviço público é muito reduzido. A quase totalidade da oferta era garantida por entidades privadas.

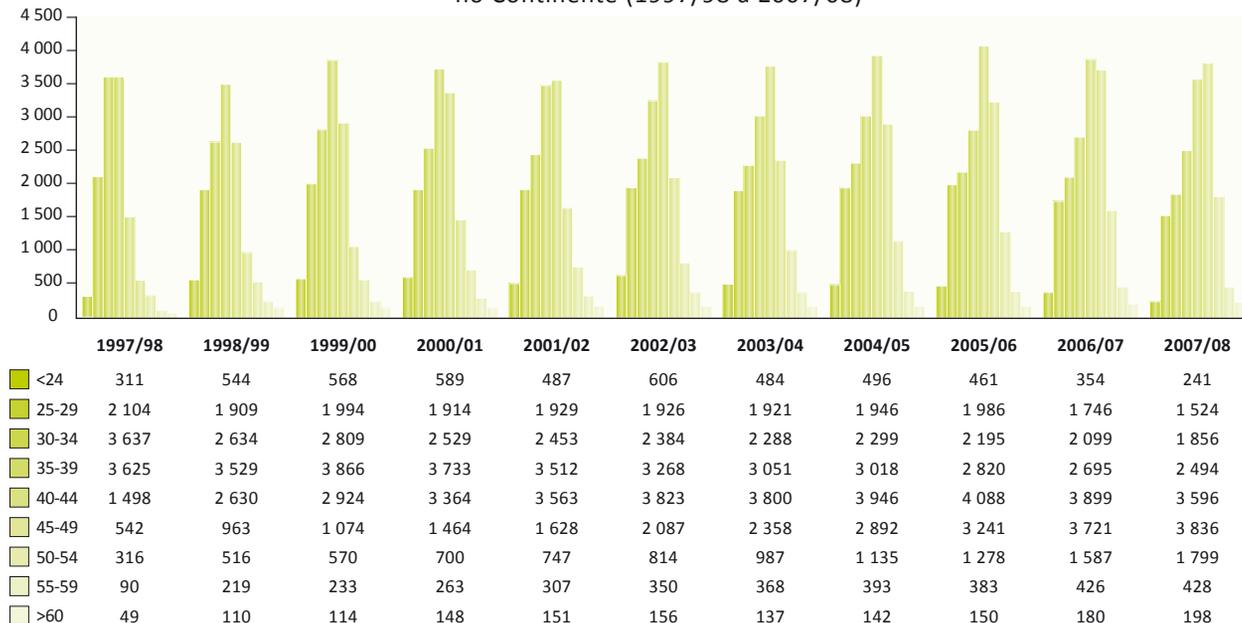
A Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar de 1997, e conseqüente legislação complementar, origina um alargamento exponencial da oferta pública e um correspondente aumento da percentagem de educadores de infância na rede pública, que ultrapassa os 50%.

Figura 5.1. Número de educadores de infância em exercício, segundo a natureza institucional e o grau académico, em Portugal (1998/99 a 2007/08)



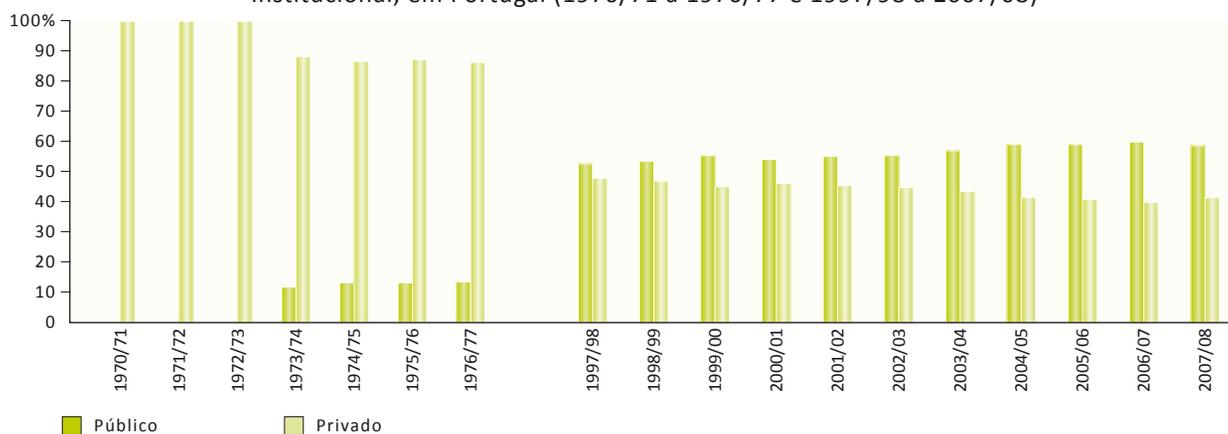
Fonte: 50 anos de estatísticas da Educação, Vol. III. GEPE - ME / INE, 2009

Figura 5.2. Número de educadores de infância em exercício, por grupo etário, no Continente (1997/98 a 2007/08)



Fonte: 50 anos de estatísticas da Educação, Vol. III. GEPE - ME / INE, 2009

Figura 5.3. Docentes em exercício na educação pré-escolar (%), segundo a natureza institucional, em Portugal (1970/71 a 1976/77 e 1997/98 a 2007/08)



Nota: Valores não disponíveis entre 1977/78 e 1996/1997

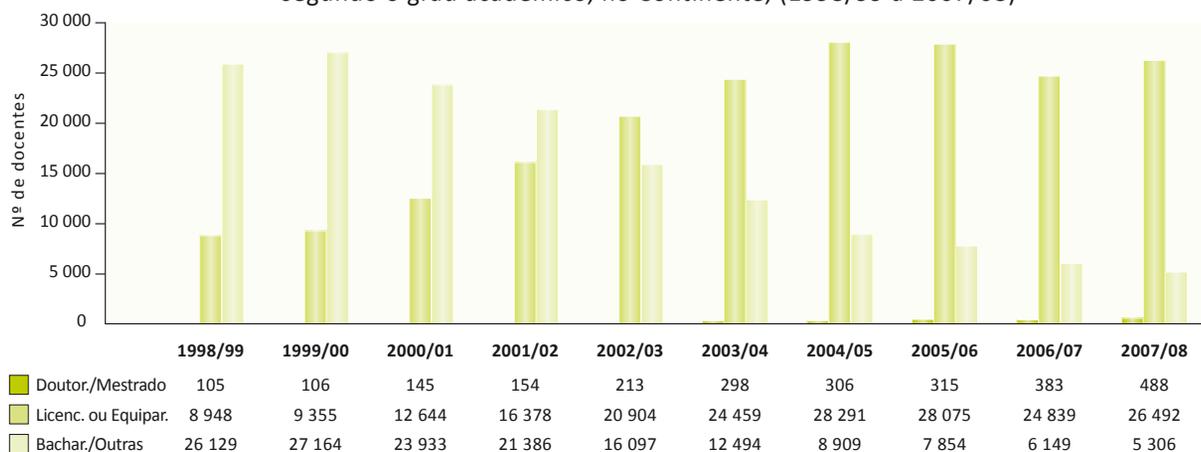
Fonte: 50 anos de estatísticas da Educação, Vol. III. GEPE - ME / INE, 2009

No caso dos docentes dos Ensinos Básico e Secundário, e especificamente dos 2º e 3º ciclos e do Ensino Secundário, para além das exigências em termos de habilitações académicas, a LBSE veio determinar um forte investimento na sua qualificação profissional, que já tinha sido iniciado na década de 70. Em 1985/86, 29,3% dos docentes do 2º ciclo do ensino básico e 34,6% dos docentes do 3º ciclo e do Ensino Secundário eram não profissionalizados. Essa percentagem desce, em 2003-04, para 4,5% e 9,4%, respectivamente (SPCE / CNE, 2007: 200)

No que diz respeito à evolução dos níveis de qualificação dos docentes em exercício (Figuras 5.4. e 5.5.), nota-se um aumento significativo do número de licenciados, mais relevante no 1º ciclo do Ensino Básico do que nos ciclos e níveis subsequentes, em virtude de, até aos anos 1990, a habilitação profissional requerida, para aceder à carreira docente, no 1º ciclo do Ensino Básico, ser equiparada ao grau de bacharel.

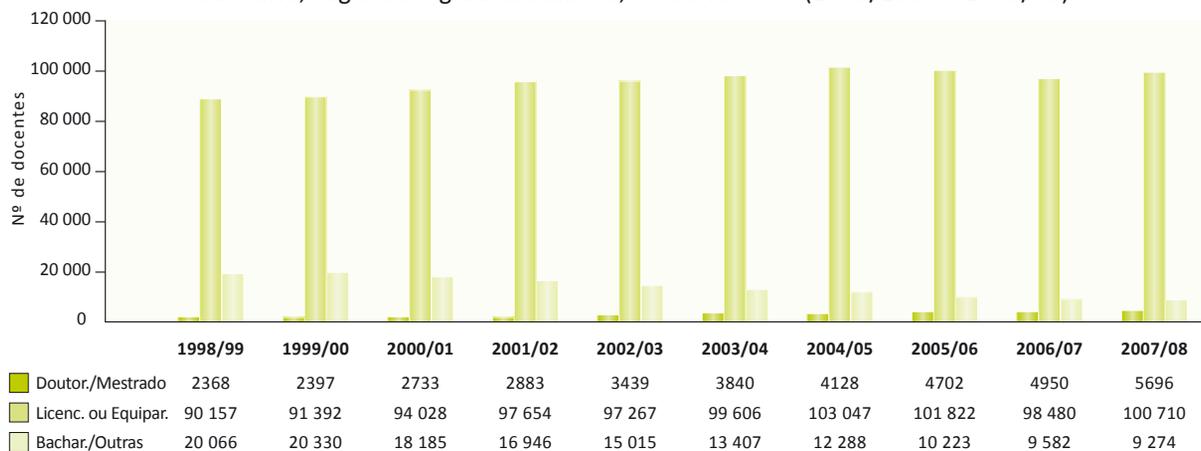
O *índice de envelhecimento** da população docente põe em evidência o seu envelhecimento progressivo, na última década, sobretudo no que se refere aos docentes do 2º ciclo (Figura 5.6.). O corpo docente do 1º ciclo do Ensino Básico apresenta uma certa estabilidade no índice de envelhecimento, que tem rondado os 80%, excepto durante dois anos lectivos (2004-2006) em que esse valor baixou 20 pontos percentuais, que parece coincidir com um aumento do número de aposentações nesse período.

Figura 5.4. Número de docentes em exercício no 1º ciclo do Ensino Básico, segundo o grau académico, no Continente, (1998/99 a 2007/08)



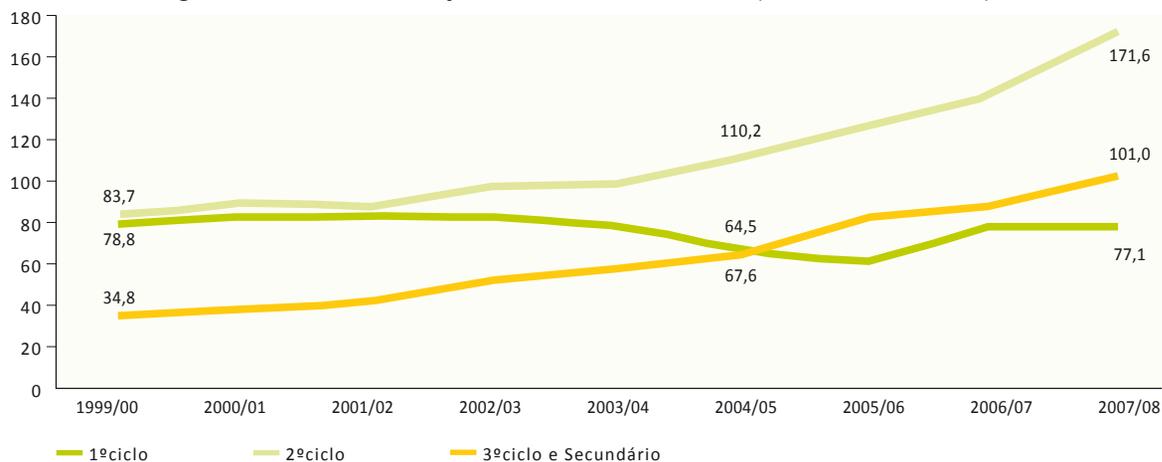
Fonte: GEPE - ME / INE, 2009

Figura 5.5. Número de docentes em exercício nos 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e no Ensino Secundário, segundo o grau académico, no Continente (1998/1999 a 2007/08)



Fonte: GEPE - ME / INE, 2009

Figura 5.6. Índice de envelhecimento dos docentes em exercício, segundo o nível de educação/ensino, no Continente (1999/00 a 2007/08)

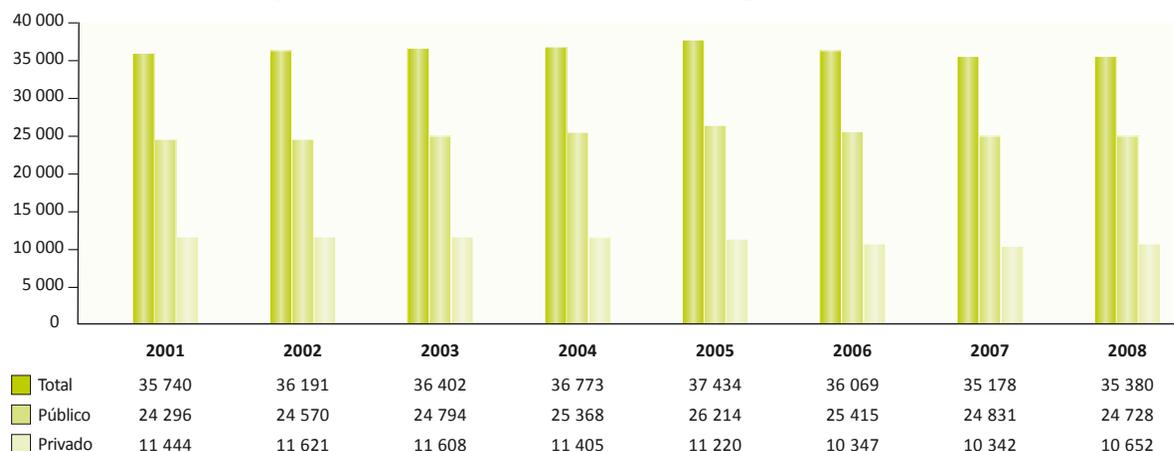


Fonte: GEPE - ME / INE, 2009

No Ensino Superior, o número total de docentes apresenta alguma flutuação ao longo dos anos em análise (2001 a 2008). Em 2001, temos um total de 35740 docentes, sendo 24296 do Ensino Superior público e 11444 do Ensino Superior privado. O número total, em 2008, era de 35380, reflectindo uma descida inteiramente atribuída ao sector privado, que perfaz 10652 docentes para 24728 no sector público, subindo este relativamente a 2001. (Figura 5.7.).

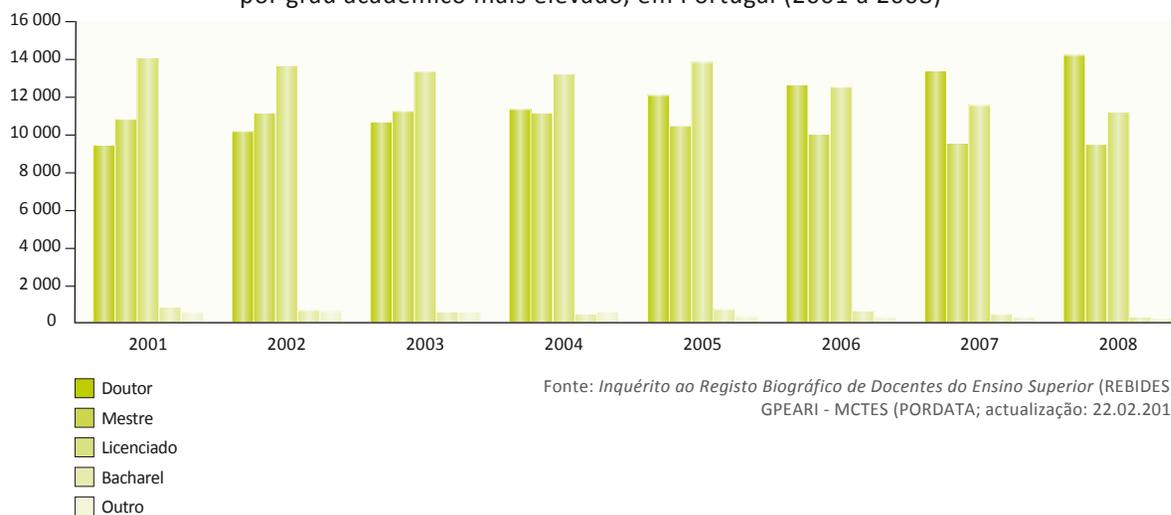
No que diz respeito à evolução da qualificação académica do pessoal docente do ensino superior constata-se um aumento significativo dos doutorados e simultaneamente uma diminuição dos mestres e licenciados. A Figura 5.8. mostra que o número de professores doutorados no conjunto do corpo docente subiu, passando de 9 465 em 2001 para 14 205 em 2008, enquanto o docente bacharel deixou praticamente de existir neste nível de ensino.

Figura 5.7. Número de docentes do Ensino Superior, segundo a natureza institucional, em Portugal (2001 a 2008)



Fonte: *Inquérito ao Registo Biográfico de Docentes do Ensino Superior* (REBIDES).
GPEARI - MCTES (PORDATA; actualização: 22.02.2010)

Figura 5.8. Número de docentes do Ensino Superior, segundo a natureza institucional, por grau académico mais elevado, em Portugal (2001 a 2008)



Fonte: *Inquérito ao Registo Biográfico de Docentes do Ensino Superior* (REBIDES).
GPEARI - MCTES (PORDATA; actualização: 22.02.2010)

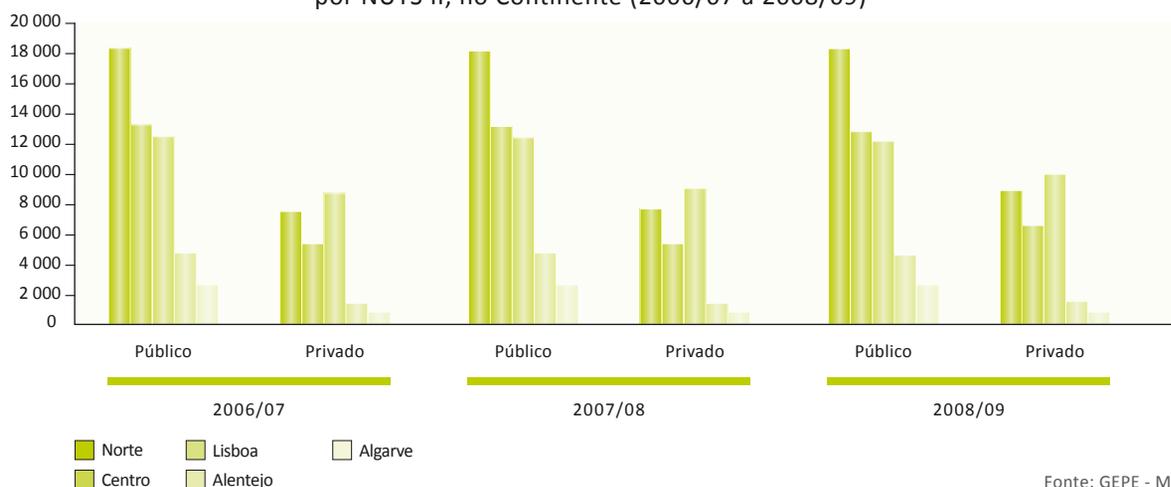
Pessoal não docente

No âmbito do pessoal não docente cabe um conjunto de funções diversas, exercidas nas instituições escolares, ligadas ao apoio socioeducativo, apoio pedagógico, serviços sociais, gestão e administração e manutenção e serviços.

Em termos globais, os dados constantes da publicação do GEPE *“Estatísticas da Educação 2008/2009”* permitem perceber que, nos anos de 2006 a 2009, no ensino público, na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário, o número respeitante ao pessoal não docente se manteve estável, nas diferentes regiões (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve), enquanto no ensino privado se verificou um aumento progressivo e significativo no mesmo período, especialmente nas regiões Norte, Centro e Lisboa (Figura 5.9.).

Relativamente a habilitações académicas, a grande maioria do pessoal não docente detém uma habilitação de nível não superior. Os licenciados e doutorados aparecem, em maior número, no ensino privado, designadamente nas regiões Norte e Lisboa onde a diferença entre o público e o privado é mais acentuada (Tabela 5.1.).

Figura 5.9. Pessoal não docente (n.º), segundo a natureza do estabelecimento, por NUTS II, no Continente (2006/07 a 2008/09)



Fonte: GEPE - ME

Tabela 5.1. Pessoal não docente (n.º) da educação pré-escolar e dos Ensinos Básico e Secundário, segundo as habilitações e natureza institucional, por NUTS II, no Continente (2006/07 a 2008/09)

Habilitações do pessoal não docente									
		Ensino não superior		Bacharelato		Licenciatura ou Equiparado		Doutoramento ou Mestrado	
		Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado
2006/07	Norte	17 819	6 725	154	138	428	646	5	49
	Centro	12 661	4 861	164	98	439	459	4	14
	Lisboa	12 073	7 814	63	220	379	738	9	42
	Alentejo	4 728	1 368	32	28	105	95	1	4
	Algarve	2 636	832	25	12	45	50	1	2
2007/08	Norte	17 573	6 856	147	142	436	659	7	42
	Centro	12 524	4 902	164	87	467	472	6	14
	Lisboa	11 959	8 023	64	235	426	781	12	47
	Alentejo	4 676	1 358	31	23	113	94	1	3
	Algarve	2 625	880	29	11	56	58	3	3
2008/09		Público e Privado D	Privado I	Público e Privado D	Privado I	Público e Privado D	Privado I	Público e Privado D	Privado I
	Norte	22 437	2 929	862	118	390	460	17	37
	Centro	17 004	1 042	861	26	449	206	17	8
	Lisboa	14 892	5 479	523	194	374	685	19	38
	Alentejo	5 572	374	237	7	63	60	3	1
Algarve	3 080	407	96	8	39	36	2	5	

Público e Privado D = Público e Privado Dependente do Estado

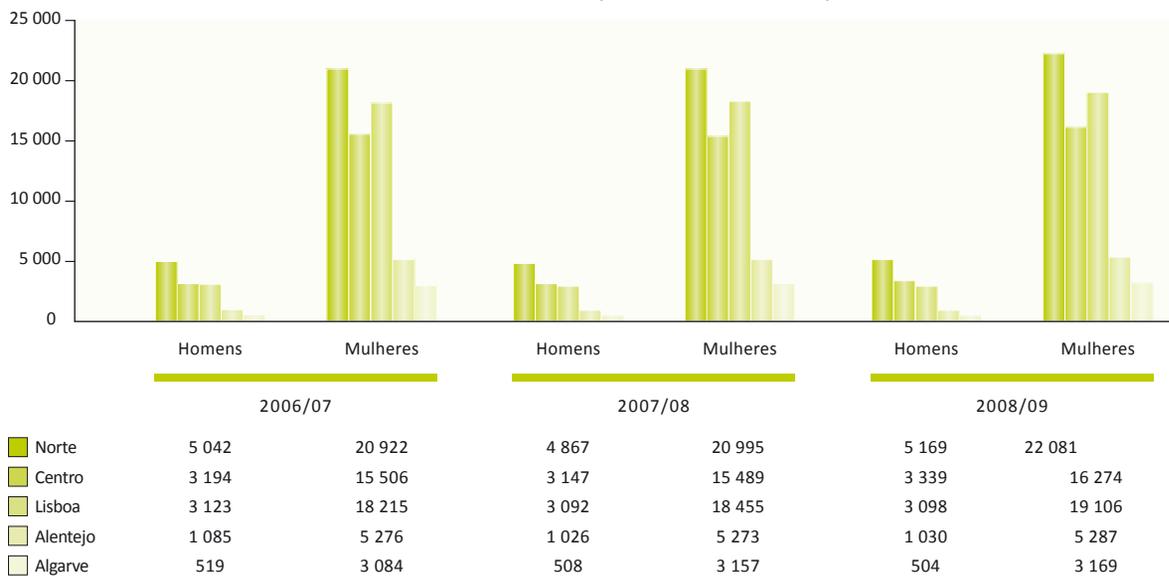
Fonte: GEPE - ME

Privado I = Privado Independente do Estado

Nota: As diferenças significativas nos dados de 2008-09 quando comparados com os dados de 2006-07 e 2007-08 relevam do facto de ter sido decomposto o conceito de "privado" em "privado dependente do estado" e "privado independente do estado", tendo sido os dados do "público" agregados aos de "privado dependente do estado".

Na figura 5.10. constata-se a taxa elevada de feminização do pessoal não docente, evidente quer no ensino público, quer no ensino privado, e em todas as regiões do continente.

Figura 5.10. Pessoal não docente (n.º), segundo o sexo, por NUTS II, no Continente (2006/07 a 2008/09)



Fonte: GEPE - ME

5.2 Recursos Materiais

Bibliotecas escolares

O programa da Rede de Bibliotecas Escolares (RBE) iniciou-se em 1996.

Na Figura 5.11. verifica-se um crescimento constante do número de bibliotecas escolares integradas no programa, desde o seu início e até 2010. Em 1997 havia um total acumulado de 164 bibliotecas escolares integradas no programa e em 2010 esse total é de 2342.

Quanto ao número de alunos envolvidos não existem dados estatísticos de forma ininterrupta. As figuras 5.12. e 5.13. referem os dados percentuais relativos ao ano lectivo de 2008 em que se compara o número de alunos abrangidos pelo programa com o total de alunos no sistema educativo. Em termos absolutos, em 2008, 100% da população escolar dos 2º e 3º ciclos estavam abrangidos pelo programa da RBE enquanto no 1º ciclo essa percentagem era de 36%. A existência de escolas do 1º ciclo com uma dimensão reduzida pode ter inviabilizado o investimento na instalação de uma biblioteca, o que poderá justificar essa percentagem tão baixa. No que se refere à percentagem da população escolar abrangida pelo programa, por Direcções Regionais, verifica-se que as regiões do Algarve e Alentejo são as que apresentam valores mais elevados, em 2008.

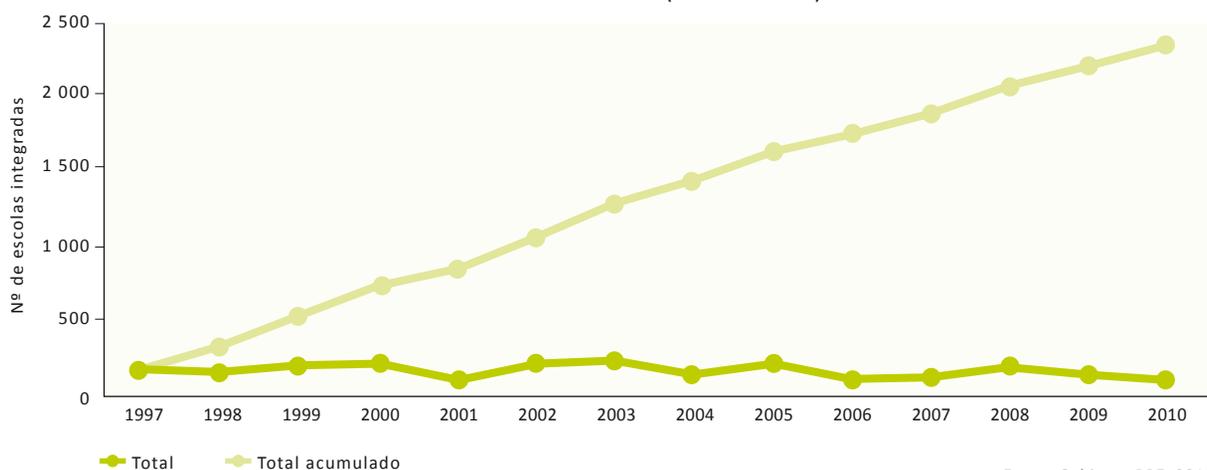
Alunos por computador

Um outro elemento indicativo das condições de que as escolas dispõem para assegurarem ambientes motivadores de aprendizagem e para permitirem o manuseamento das ferramentas básicas da sociedade da informação e do conhecimento é a proporção de alunos por computador, nomeadamente com ligação à Internet, no conjunto das escolas públicas e privadas.

O número de alunos por computador tem diminuído desde 2001-02 – 17,3 alunos por computador – situando-se em 7,9 em 2007-08 (Figura 5.14.).

Esta evolução é mais significativa no ensino público (de 19,1 para 8,3), embora seja de assinalar que, no ensino privado em 2001-02, o número de alunos por computador já era de 10,4.

Figura 5.11. Número de bibliotecas escolares integradas na RBE, no Continente (1997 a 2010)



Fonte: Gabinete RBE, 2010

Figura 5.12. População escolar abrangida pelo programa RBE (%), segundo o ciclo/nível de ensino, no Continente (2008)

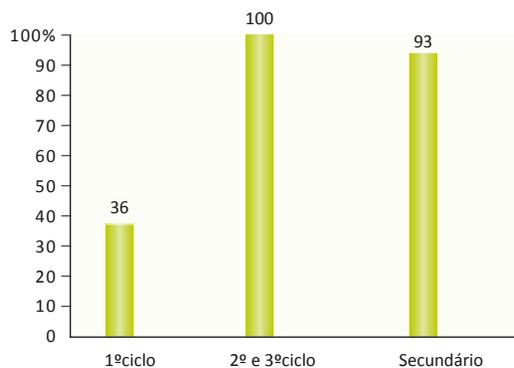
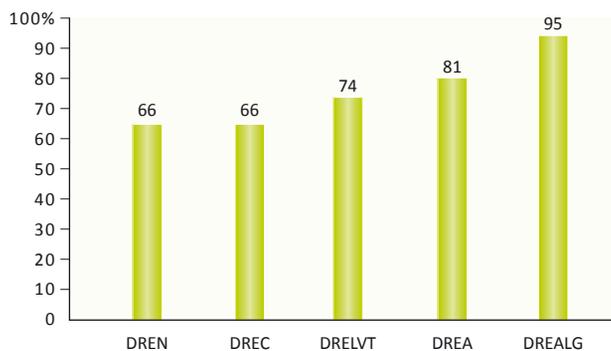


Figura 5.13. População escolar abrangida pelo programa RBE (%), por direcção regional de educação, no Continente (2008)



Fonte: Gabinete RBE, 2010

Figura 5.14. Número de alunos por computador nos Ensinos Básico e Secundário regular, no Continente (2001/02 a 2007/08)



Fonte: Modernização Tecnológica das Escolas 2007-08. GEPE - ME

5.3 Recursos Financeiros

Contexto internacional das despesas em educação

A parte da riqueza pública nacional dedicada à educação e a parte das despesas de educação nas despesas públicas totais têm sido consideradas – particularmente sob a influência dos trabalhos de investigação estatística e científico-pedagógica da OCDE¹ e de outros organismos internacionais – como sinal de crescimento económico, de competitividade e como índice de níveis de bem-estar e de progresso das nações desenvolvidas.

A percentagem do Produto Interno Bruto (PIB) consagrada à educação, bem como a parcela de despesa pública para fomento do ensino parecem ter sido determinantes, durante os últimos cinquenta anos, no crescimento e consolidação dos modernos sistemas educativos da Europa e do resto do mundo.

Em 2006, os países da OCDE¹ investiram, em média, 5,7% do PIB em educação, enquanto a percentagem correspondente na UE-19² foi de 5,5% (Quadros B2.2 e B2.1 do OCDE, *Regards sur l'éducation 2009*) Por outro lado, a média da parte das despesas de educação nas despesas públicas totais, nos dois conjuntos de países, situou-se entre os 13,3% e os 11%, respectivamente.

Nestas médias de despesa em educação constatam-se evidentes disparidades entre países, que podem radicar em contextos nacionais próprios e no prosseguimento de objectivos educativos diversos, sendo que um indicador como a despesa anual, por aluno e por nível de ensino, pode ter expressões bastante diferentes.

No que respeita à UE-27 observa-se que, em 2006, a despesa média anual de um aluno do Ensino Primário (CITE 1) foi de 4,9 mil euros; a despesa média anual de um aluno do Ensino Secundário (CITE 2-4) atingiu, no mesmo ano, 5,7 mil euros e a de um estudante do Ensino Superior (CITE 5-6) ascendeu a 8,4 mil euros, todos convertidos em termos de paridades de poder de compra (PPC). Os valores correspondentes para Portugal foram de 4,3 (Cite 1), 5,7 (Cite 2-4) e 8,1 (Cite 5-6) mil euros (Tabela 5.2., Figura 5.15.).

Refira-se que, na comparação entre os níveis de ensino, a diferença da despesa entre Estados-membros da UE variou significativamente, verificando-se um aumento da despesa nos níveis de ensino mais elevados.

1 OCDE, *Regards sur l'éducation 2009*, Tableau B.2.2

2 EURYDICE/EUROSTAT, *Chiffres clés de l'éducation en Europe 2009*, Figures D1 e D2, p. 121 e 123

Figura 5.15. Despesa anual por aluno (milhares de euros) e nível de ensino (CITE 1,2 a 4 e 5 a 6) em estabelecimentos públicos, nos países europeus da Eurybase (2006)

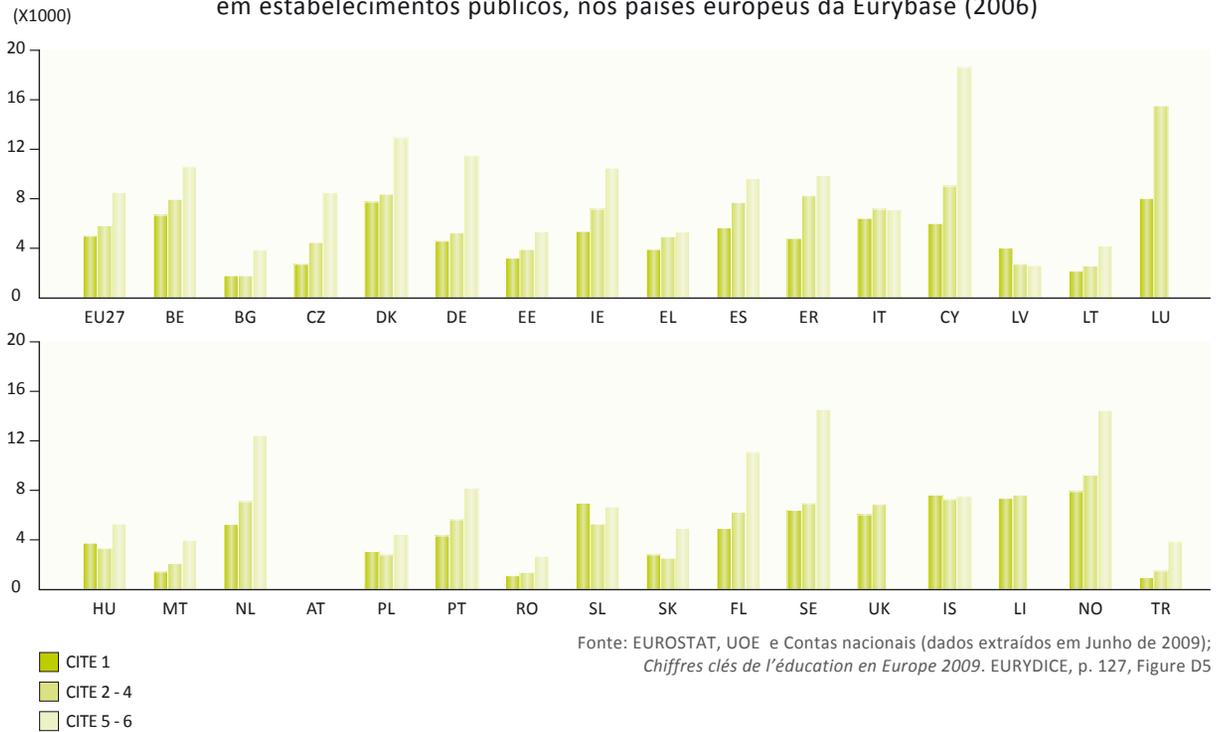


Tabela 5.2. Despesa anual por aluno e nível de ensino (CITE 1,2 a 4 e 5 a 6), em milhares de euros, em estabelecimentos públicos, na UE27 e nalguns países (2006)

	EU27	DK	DE	IE	EL	ES	FR	IT	HU	PT	FI	UK	NO
CITE 1	4,9	7,7	4,5	5,3	3,8	5,6	4,7	6,4	3,7	4,3	4,9	6,0	8,0
CITE 2 - 4	5,7	8,3	5,1	7,1	4,9	7,7	8,2	7,1	3,3	5,7	6,3	6,8	9,3
CITE 5 - 6	8,4	12,8	11,3	10,4	5,2	9,5	9,8	7,0	5,3	8,1	11,0	-	14,5

Nota: O valor da EU 27 é estimado.

Fonte: EUROSTAT, UOE e Contas nacionais (dados extraídos em Junho de 2009); *Chiffres clés de l'éducation en Europe 2009*. EURYDICE, p. 127, Figure D5

Evolução das despesas de educação em Portugal

As despesas do Estado Português em educação, em termos de execução orçamental e em percentagem do PIB (Figura 5.16.), mostram alguma oscilação na subida progressiva desde 1972 (1,4%) até 2002, em que atinge o valor máximo de 5,4%. A partir daí regista-se uma descida, localizando-se, em 2008, nos 4,4% do PIB, subindo em 2009 para 5,2%. Em 2006, a percentagem do PIB gasta em educação era de 4,7%, situando-nos um ponto percentual abaixo da média dos países da OCDE e da UE-27.

Podemos observar, na Figura 5.17, a progressão temporal da despesa do Estado em educação, a Preços Constantes – PIB, que, em 1972, se situava em 692,50 milhões de euros. Regista-se uma subida gradual até 2002. A partir daí desce, estabilizando em 2007 e 2008. Em 2009 volta a crescer, totalizando 6 677,40 milhões de euros.

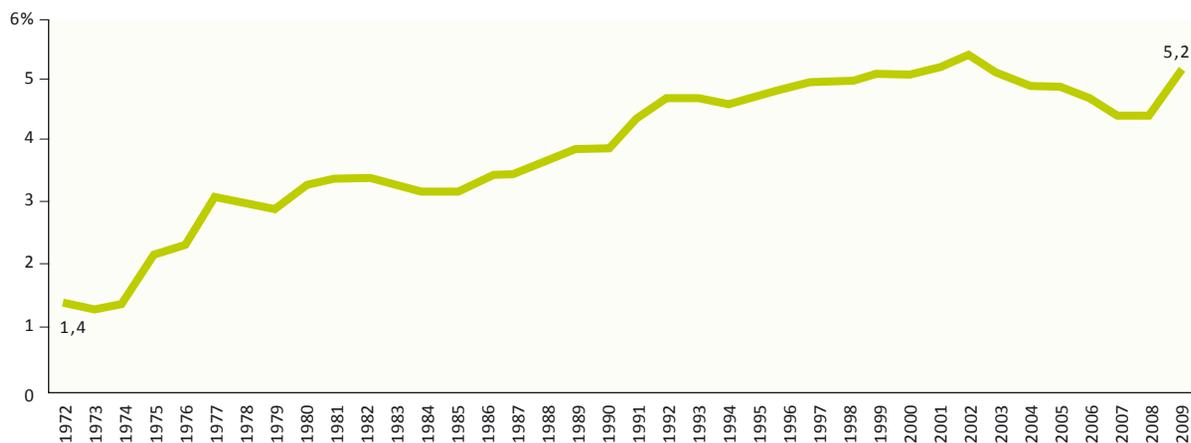
Face à despesa pública total, as despesas do Estado com a educação revelam alguma oscilação durante a última década, como se nota na Figura 5.18. Estas percentagens de despesa pública em educação cobrem as despesas da Administração Central (Ministério da Educação, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e de outros Ministérios) e da Administração Regional e Local.

De acordo com as publicações oficiais da União Europeia e da OCDE, referidas anteriormente, entre 1995 e 2006, Portugal aproximou-se da média da OCDE e da União Europeia, quer no que se refere ao total da despesa pública em educação, em percentagem do PIB, quer quanto à percentagem correspondente da despesa pública total. Recorde-se que a OCDE apresenta para 2006 uma média de 13,3%, a UE-19 regista 12,2 e Portugal surge com 11,3%¹.

Quanto às proporções relativas da despesa pública e privada com os estabelecimentos de ensino de todos os níveis educativos, os dados da OCDE referem que, em 2006, 92,0% da despesa com educação em Portugal era de fonte pública e 8,0% provinha de fontes privadas (6,7% de despesa dos agregados familiares e 1,4% de despesa de outras entidades privadas). Estas percentagens comparam com as médias correspondentes apresentadas por aquela organização, a saber, despesa pública 84,7% e despesa privada de 15,3%.

1 OCDE, *Regards sur l'éducation 2009*, Indicateur B4, Tableau B4.1.

Figura 5.16. Orçamento do Estado em educação: execução orçamental em % do PIB, em Portugal (1972 a 2009)



Fonte: Relatório/publicação *Conta Geral do Estado* DGO - MFAP (PORDATA; actualização: 15.07.2010);
INE - BP - Contas Nacionais Anuais (Base 2000)

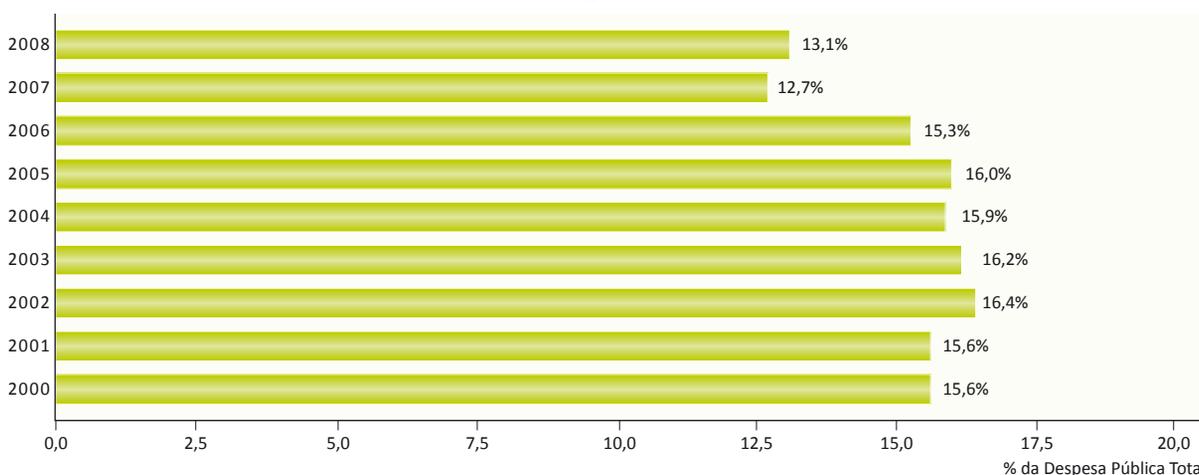
Figura 5.17. Orçamento do Estado em educação: execução orçamental (preços constantes - PIB), em Portugal (1972 a 2009)



Nota: O valor dos preços constantes foi calculado tendo por base o ano 2000

Fonte: Relatório/publicação *Conta Geral do Estado*. DGO - MFAP (PORDATA; actualização: 15.07.2010)

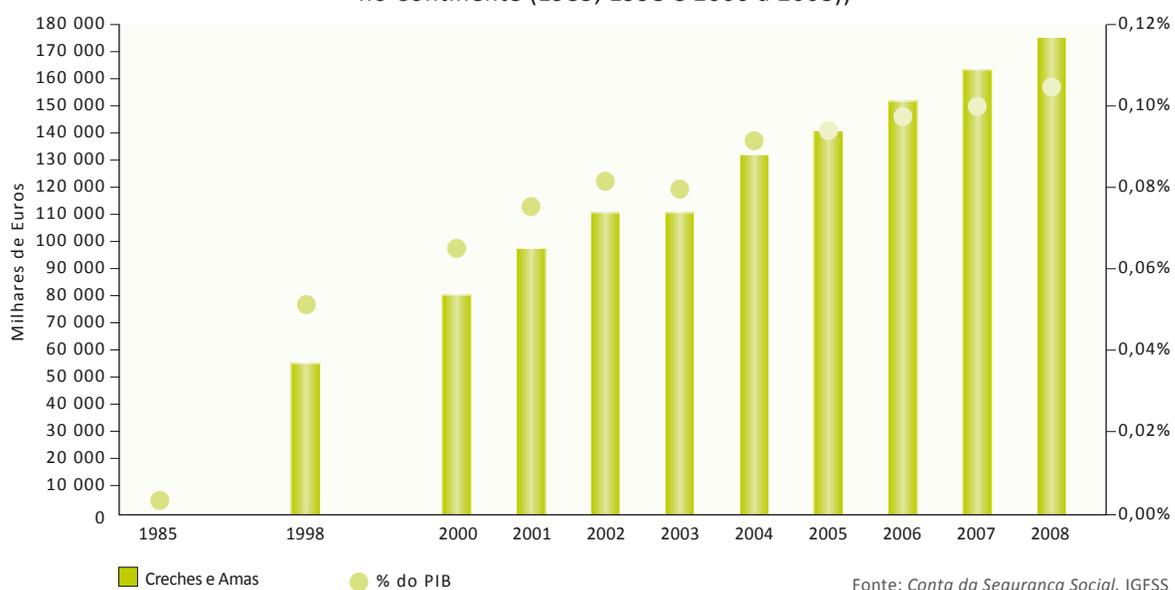
Figura 5.18. Despesa pública com a educação em % da despesa pública total, em Portugal (2000 a 2008)



Fonte: *Despesas por funções da Administração Pública a preços correntes* (Base 2000 - €), INE, 2010

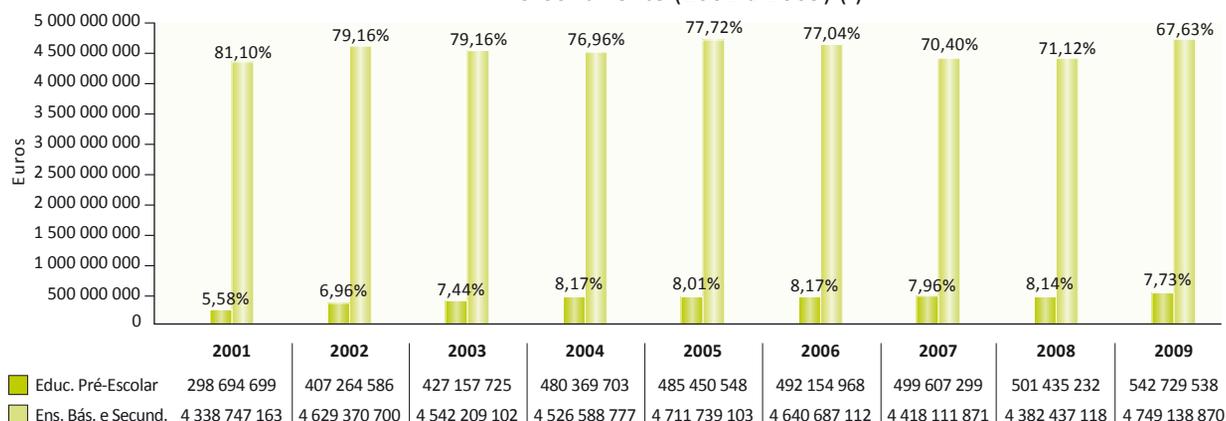
As despesas com os cuidados para a primeira infância (0-3 anos), no âmbito da cooperação (Figura 5.19.), têm vindo a crescer progressiva e significativamente, na última década, em termos absolutos. Esse crescimento, em termos de percentagem do PIB, mais acentuado até 2002, e depois de uma quebra em 2003, mantém uma certa consistência. De notar o aumento expressivo das despesas, com as crianças dos 0 aos 3 anos, entre 1985 e 1998.

Figura 5.19. Despesas com infância (0 aos 3 anos) no âmbito da cooperação, no Continente (1985, 1998 e 2000 a 2008)



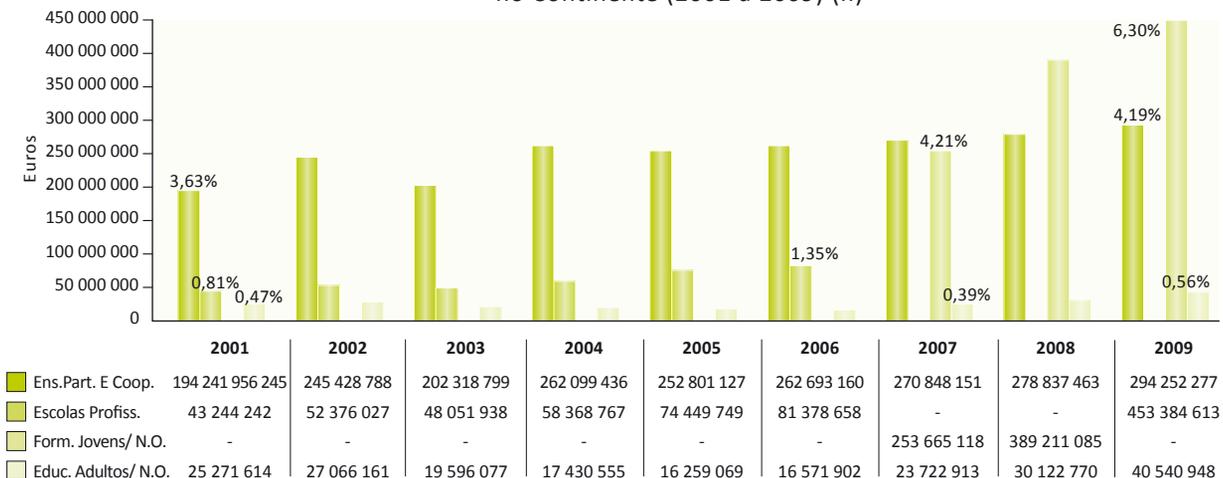
As figuras 5.20. a 5.22. oferecem uma panorâmica global da evolução do orçamento executado por acções do Ministério da Educação, na última década. Verifica-se um aumento significativo da percentagem do orçamento destinado à Iniciativa Novas Oportunidades e aos Complementos Educativos, o que se poderá justificar pelo facto de estas medidas terem sido assumidas politicamente como prioritárias. De referir, ainda, que a percentagem do orçamento atribuída à educação pré-escolar e aos ensinos básico e secundário baixou ligeiramente, bem como a destinada à educação especial que regista uma diminuição entre 2004 e 2007, data a partir da qual estabiliza.

Figura 5.20. Orçamento do Ministério da Educação, por acções, no Continente (2001 a 2009) (I)



Fonte: Orçamento por Acções - Execução orçamental 2001 – 2009. GGF - ME

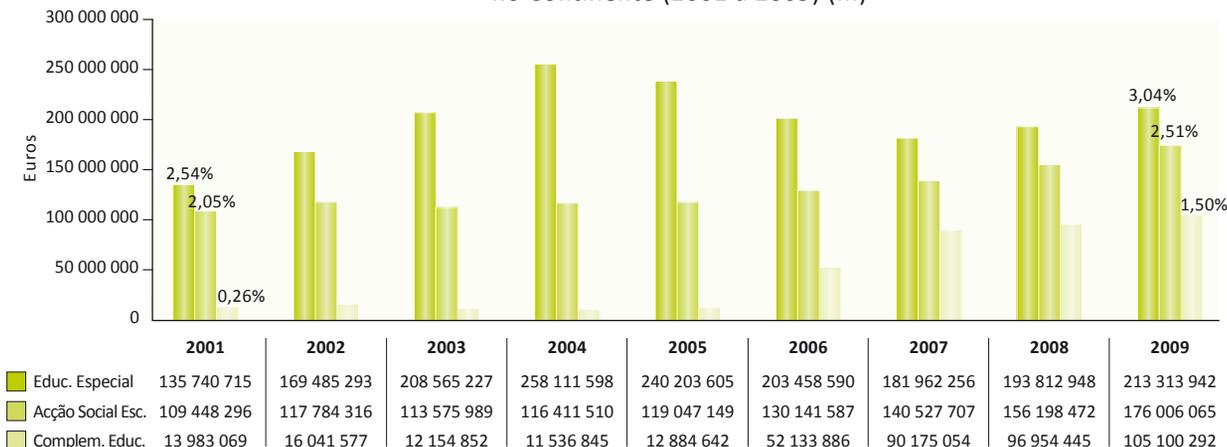
Figura 5.21. Orçamento do Ministério da Educação, por acções, no Continente (2001 a 2009) (II)



N.O. = Novas Oportunidades

Fonte: Orçamento por Acções - Execução orçamental 2001 – 2009. GGF - ME

Figura 5.22. Orçamento do Ministério da Educação, por acções, no Continente (2001 a 2009) (III)



% = percentagem do Orçamento global do ME

Notas: 2001 não inclui Ensino Superior; 2001 e 2009 - Dotações iniciais; a partir de 2007 o Ensino Profissional e os CEF são considerados em "Formação de Jovens/Novas Oportunidades"

Fonte: Orçamento por Acções - Execução orçamental 2001 – 2009. GGF - ME

Analisadas, na figura 5.23., as despesas do Ministério da Educação por tipo de despesa, constata-se que o montante destinado a pessoal representa um volume muito significativo em relação à totalidade das despesas. Ao longo dos oito anos em análise, verifica-se uma ligeira oscilação, sendo que, nos últimos quatro anos, a importância gasta com pessoal tem estabilizado.

A evolução da despesa executada pelo sistema de ensino superior atingiu nos últimos anos valores superiores aos da média dos países da OCDE, em percentagem de produto. Em 2005, o ensino superior em Portugal executou cerca de 1,38% do PIB, num total de 2 062 milhões de euros, tendo em 2008 aumentado para 1,58% do PIB. Esse valor atingiu 2 631 milhões de euros e inclui as verbas provenientes do OE, fundos comunitários, transferências para a acção social directa e indirecta, bem como a execução do PIDDAC.

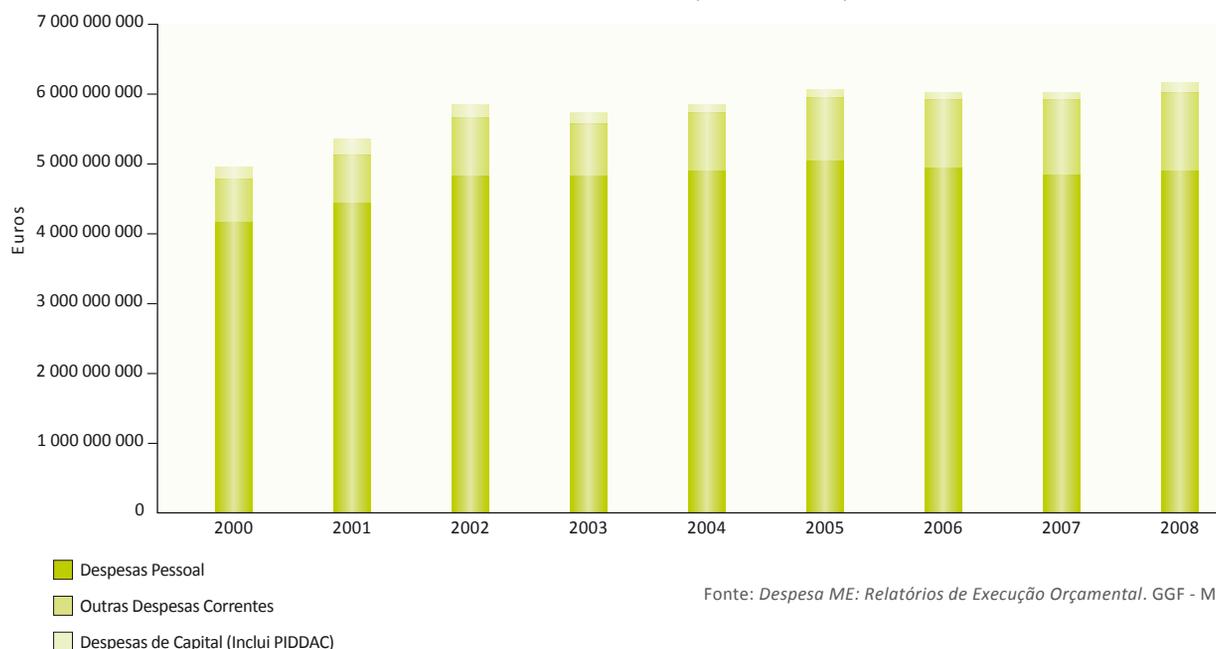
Desde os anos oitenta, que o crescimento progressivo da rede de ensino superior público exerce forte pressão sobre os orçamentos. Para melhor aferir a expansão verificada no investimento

deve salientar-se que, entre 1980 e 1990, o esforço financeiro do Estado só em instalações e reapetrechamento foi da ordem dos 1,8 mil milhões de euros, incluindo verbas de Investimentos do Plano e Fundos Comunitários.

Deve referir-se que o orçamento agregado para o ensino superior, ciência e tecnologia relativo a 2009-10 representa 1,5 % do PIB. Tal não significa, porém, que não impendam sobre o ensino superior restrições financeiras, geradas, designadamente, pelo agravamento da conjuntura económica interna e externa.

Embora não exista consenso sobre o conceito de responsabilidade pública, a sustentabilidade global do financiamento do ensino superior aponta, no quadro vigente, para uma partilha de custos que inclui o financiamento público, com expressão variável em função das conjunturas, e a consolidação da receita própria das instituições, que tenderá a configurar-se como pilar de complementaridade, designadamente através da investigação aplicada e da prestação de serviços.

Figura 5.23. Despesas do Ministério da Educação por tipo de despesa, no Continente (2000 a 2008)



Nota: Em 2000 e 2001 não inclui ensino superior que na data integrava o ME. Em média, as despesas com pessoal não docente rondam os 11,5% do total das despesas com pessoal.

Tabela 5.3. Despesa executada pelas instituições de ensino superior público e serviços de acção social (milhões de euros e %), em Portugal (2005 a 2008)

Ensino Superior Público e Serviços de Acção Social								
Execução das Instituições do Ensino Superior	2005		2006		2007		2008	
(A) Execução, excluindo PIDDAC:	1 706	100%	1 832	100%	1 911	100%	1 993	100%
Fundos Nacionais do Orçamento de Estado	1 064	62,4%	1 147	62,6%	1 112	58,2%	1 157	58,1%
Fundos Comunitários	29	1,7%	96	5,2%	96	5,0%	93	4,7%
Outros Fundos Nacionais ⁽¹⁾	435	25,5%	411	22,4%	468	24,5%	496	24,9%
Acção social (directa e indirecta) ⁽²⁾	178	10,4%	178	9,7%	235	12,3%	247	12,4%
Execução em % do PIB (A)	1,14%		1,18%		1,17%		1,20%	
(B) Execução PIDDAC:	292	100%	398	100%	549	100%	620	100%
Fundos Nacionais do Orçamento de Estado	167	57,2%	186	46,8%	349	63,6%	387	62,4%
Fundos Comunitários	101	34,6%	193	48,5%	185	33,7%	201	32,4%
Outros Fundos Nacionais ⁽¹⁾	15	5,1%	11	2,7%	8	1,5%	22	3,5%
Infraestruturas de apoio social	9	3,1%	8	2,0%	7	1,3%	10	1,6%
(C) Administração Central	63		45		18		18	
(D) Execução, incluindo PIDDAC:	2 062		2 274		2 478		2 631	
Execução em % do PIB (D)	1,38%		1,46%		1,52%		1,58%	

(1) inclui financiamento da FCT

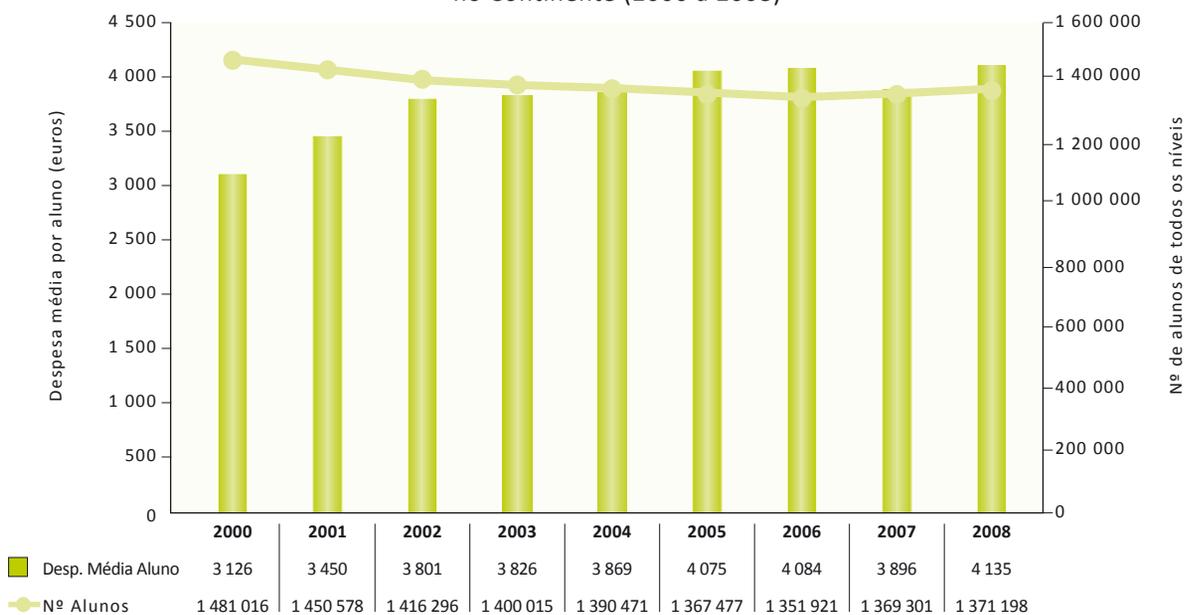
(2) inclui FAS ensino superior privado

Fonte: GPEARI - MCTES

Os números da figura 5.24. mostram que a despesa média por aluno do ensino público, excepto ensino superior, aumentou cerca de mil euros, entre 2000 e 2008, apresentando alguma oscilação na evolução ao longo desses anos. Verifica-se, por outro lado, que, no mesmo período, o número de alunos diminuiu progressivamente até 2006 (em 2000 frequentavam o ensino público 1 481 016 alunos e, em 2006, esse número era de 1 351 921), notando-se um ligeiro aumento nos dois últimos anos. Em 2008 temos um total de 1 371 198 alunos.

Para o ensino superior, a publicação da Eurydice, reportando dados referentes ao ano de 2006, apresenta uma média da UE-27, no tocante à despesa anual dos estabelecimentos de ensino por estudante, de 8.388 euros, sendo que Portugal registava o montante de 8.100 euros, o que permite concluir que naquela data o país se encontrava perto da média da União Europeia no que respeita à despesa anual por aluno do ensino superior público (EURYDICE, 2009: 127, fig. D5) (Tabela 5.2.).

Figura 5.24. Despesa pública média aluno/ano do ensino público não superior, no Continente (2000 a 2008)



Despesa ME:
compreende todos os níveis de ensino, pré-escolar incluído

Alunos:
inclui todos os níveis de ensino, pré-escolar compreendido;
nº ponderado de alunos para ajustar o ano lectivo ao ano económico

Fontes: Despesa ME: *Relatórios de Execução Orçamental*. GGF - ME
Alunos: *Séries Cronológicas, Alunos.1985-2005*;
cfr. *Estatísticas da Educação*. 2005/06; 2006/07; 2007/2008; 2008/2009
(dados em 03/03/2010, por consolidar)
GEPE - ME

Acção social escolar

O conjunto de apoios e complementos educativos definidos pela Lei de Bases do Sistema Educativo, e respectiva regulamentação, visa “...contribuir para a igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar, a serem aplicados prioritariamente na escolaridade obrigatória...”

O D.L. n.º 55/2009, de 2 de Março, que estabeleceu o regime jurídico aplicável à atribuição e ao funcionamento dos apoios no âmbito da acção social escolar, enquadra os referidos apoios no conjunto das políticas sociais em articulação, em particular, com as políticas de apoio à família.

Constituem modalidades de apoio no âmbito da acção social escolar os apoios alimentares, os transportes escolares, o alojamento, os auxílios económicos, a prevenção de acidentes e o seguro escolar.

Na Figura 5.25., observa-se uma estabilidade da despesa com a acção social escolar, no ensino não superior, até muito recentemente, sendo visível uma subida a partir de 2006.

O Programa e-escola (visa promover o acesso à Sociedade da Informação e fomentar a info-inclusão, através da disponibilização de computadores portáteis e ligações à internet de banda larga, em condições vantajosas) é responsável pelo facto de o montante da despesa com Acção Social Escolar, em 2009, se desviar tão significativamente dos valores dos outros anos da série.

Verifica-se, ainda, que, em 2009-10, do total de alunos inscritos nas escolas públicas do Continente, nos ensinos básico e secundário, aproximadamente 43% estavam abrangidos pela Acção Social Escolar, sendo que destes cerca de 58% encontravam-se no Escalão A (Tabela 5.4.).

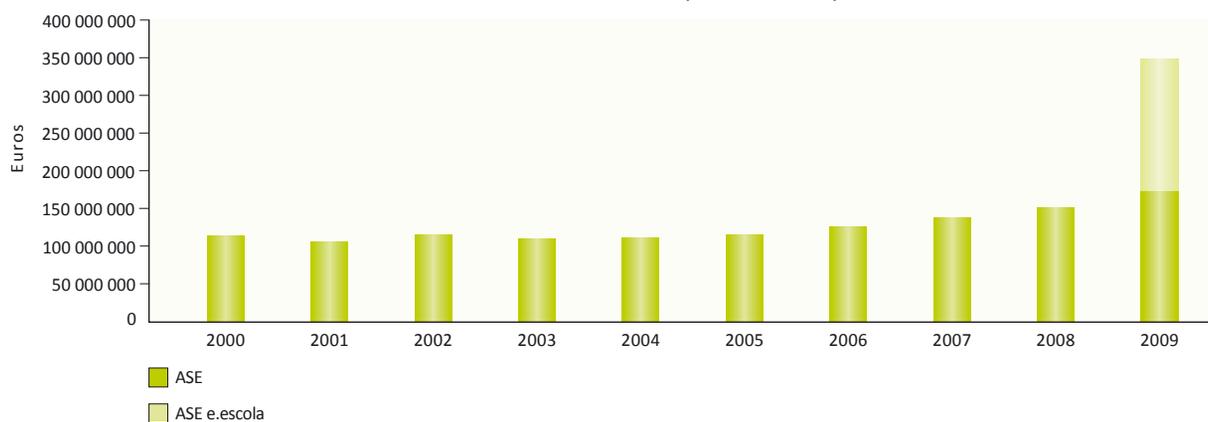
No que se refere à despesa de acção social escolar no ensino superior, pode observar-se, na Figura 5.26., um crescimento do orçamento do apoio social directo aos estudantes. Consta-se que, entre 2000-01 e 2007-08, a despesa com bolsas de estudo subiu 55%, e que o número de bolseiros passou de 56 000 em 2000 para 73 000 em 2008. Deve referir-se que, a partir de 2007, têm vindo a ser usados Fundos Comunitários (QREN – FSE) para pagar algumas despesas de acção social, designadamente bolsas de estudo e de mérito. O volume total da despesa com a acção social directa e indirecta evoluiu de 178 milhões de euros em 2005 para 247 milhões de euros em 2008.

Tabela 5.4. Alunos das escolas públicas abrangidos pela acção social escolar (n.º e %), por nível de ensino e escalão, no Continente (2009/10)

	Total de alunos inscritos	Alunos abrangidos pela A.S.E.					
		Total		Escalão A		Escalão B	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
Ensino Básico	933 348	427 747	45,829	251 481	58,792	176 266	41,208
Ensino Secundário	241 863	76 349	31,567	39 937	52,308	36 412	47,692
Total	1 175 211	504 096	42,894	291 418	57,810	212 678	42,190

Fonte: GEPE - ME, 2010

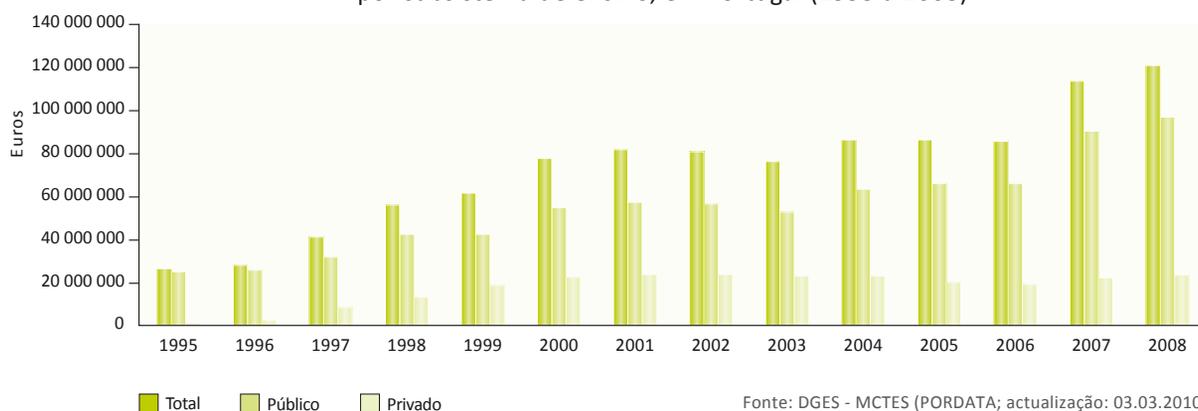
Figura 5.25. Despesa com acção social escolar no ensino não superior, no Continente (2000 a 2009)



Nota: Não inclui as despesas com alunos do 1º Ciclo, nem as de transporte de alunos dos 1º ao 9º anos, ambas a cargo das Autarquias.

Fonte: Relatórios de execução orçamental, GGF - ME

Figura 5.26. Despesas com bolsеiros do Ensino Superior (acção social directa), por subsistema de ensino, em Portugal (1995 a 2008)



Fonte: DGES - MCTES (PORDATA; actualização: 03.03.2010)

AVANÇOS

- O grau académico dos educadores e professores tornou-se mais elevado na última década.
- O número de doutorados no Ensino Superior cresceu de modo muito significativo.
- O número de bibliotecas escolares integradas no programa da RBE aumentou, assegurando a cobertura total a partir do 2º ciclo.
- O número de alunos por computador tem diminuído progressivamente.
- Investimento expressivo em AEC e na iniciativa Novas Oportunidades.
- Em termos de percentagem do PIB, as despesas com a educação aproximam-se da média dos países da OCDE e da UE-27.
- O investimento no apoio às crianças dos 0 aos 3 anos cresceu.

PROBLEMAS E DESAFIOS

- Envelhecimento da população docente com particular destaque para os docentes do 2º ciclo do Ensino Básico.
- Quebra no investimento em educação especial.
- Baixa percentagem de alunos do 1º ciclo abrangidos pelo programa da Rede de Bibliotecas Escolares.
- A percentagem elevada de alunos abrangidos pela acção social escolar em 2009-10, assim como o aumento do desemprego, apontam para a necessidade de repensar o apoio e as formas de intervenção.



6 Desafios da União Europeia para 2020

6.1 Balanço 2000-2010 (Agenda de Lisboa)

Em 2001, no contexto da Estratégia de Lisboa, os Estados Membros da UE subscreveram um programa de trabalho “Educação-Formação 2010”, que instituiu um quadro de cooperação europeia, em matéria de educação-formação, traçando objectivos comuns e acordando as metas a atingir até 2010.

As cinco principais metas definidas para 2010 foram: redução da percentagem de alunos de 15 anos com fraco aproveitamento em leitura para menos de 20%; redução para menos de 10% na percentagem

da população que sai precocemente do sistema; aumento para 85% da percentagem de jovens de 22 anos de idade, com ensino secundário completo; aumento de 15% do número de diplomados em matemática, ciências e tecnologia (MST) e redução das desigualdades de género; participação de pelo menos 12,5% de adultos em acções de aprendizagem ao longo da vida.

Feito o balanço do trabalho desenvolvido no âmbito do programa “Educação-Formação 2010”, apresentado no relatório da Comissão Europeia

“Progress towards the Lisbon objectives in education and training, Indicators and benchmarks 2009”, verifica-se que, apesar dos esforços despendidos por todos os países da UE, no sentido de melhorar os seus resultados, apenas foi atingida a meta relativa ao aumento de diplomados em matemática, ciências e tecnologia. Pelo contrário, a situação dos alunos de 15 anos com baixo nível de literacia sofreu um agravamento, designadamente no período 2000-2006. Foram registados progressos na redução da saída escolar precoce, no aumento da percentagem de jovens de 22 anos de idade,

com ensino secundário completo, na redução das desigualdades de género, relativamente aos diplomados em Matemática, Ciência e Tecnologia (MST - *Mathematics, Science and Technology*), na participação de adultos em acções de aprendizagem ao longo da vida, embora sem terem sido alcançadas as metas fixadas.

Relativamente a Portugal, apresentam-se, na Tabela 6.1., os valores reportados a 2000 e 2008 (em alguns casos, estes remetem para anos diferentes), comparando-os com a média europeia (UE27) e com as principais metas definidas para 2010 e 2020.

Evidenciam-se os seguintes aspectos:

Progressos significativos no número de jovens de 22 anos de idade com ensino secundário completo, apesar de estar longe de atingir a meta definida para 2010.

Taxa de frequência da educação pré-escolar mais próxima da média europeia.

*Saída escolar precoce** superior à média europeia e à meta 2010.

Percentagem de alunos com 15 anos com aproveitamento insuficiente em leitura (24,9%), próxima da média europeia (24,1%) embora muito distante da meta 2010 (17%). Em Matemática, em 2008, Portugal apresenta uma percentagem de alunos com aproveitamento insuficiente (30,7%) superior à média europeia (24%), e em Ciências, a média portuguesa coincide com a média europeia (20,2%), em 2008.

Aumento significativo do número de diplomados em Matemática, Ciências e Tecnologia, crescimento de 164%, entre 2000 e 2008. Embora a percentagem de mulheres diplomadas tenha baixado, ela mantém-se ainda acima da média europeia.

Apesar da falta de dados que não permitiu traçar a evolução de Portugal, relativamente a todas as metas seleccionadas, a figura 6.1. permite perceber o caminho percorrido pelo País e a distância a que ficou das metas acordadas para 2010, perspectivando a amplitude dos desafios a vencer para alcançar algumas das metas definidas no horizonte de 2020.

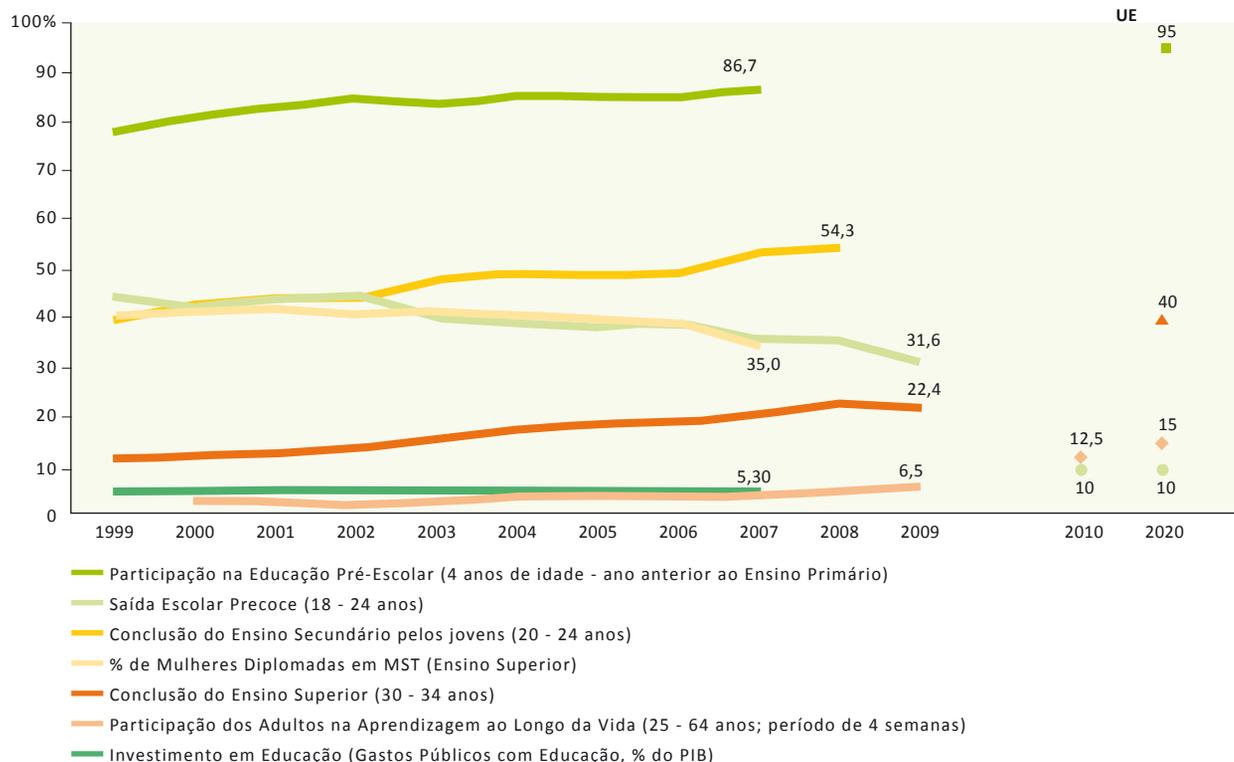
Tabela 6.1. Portugal em relação à média da UE, em 2000 e 2008, e face às metas UE para 2010 e 2020

Portugal	Portugal		média UE		metas UE		
	2000	2008	2000	2008	2010	2020	
Participação na educação pré-escolar (4 anos de idade - ano anterior ao início do ensino primário)	78,9	86,7 ⁰⁷	85,6	90,7 ⁰⁷	-	95	
Aproveitamento insuficiente nas competências básicas (15 anos de idade; resultados do estudo PISA)	Leitura	26,3	24,9 ⁰⁶	21,3	24,1 ⁰⁶	17	15
	Matemática	-	30,7 ⁰⁶	-	24,0 ⁰⁶	-	15
	Ciências	-	20,2 ⁰⁶	-	20,2 ⁰⁶	-	15
Saída escolar precoce (18-24 anos)	43,6	35,4 ^P	17,6	14,9	10	10	
Conclusão do ensino secundário pelos jovens (20-24 anos)	43,2 ^P	54,3 ^P	76,6	78,5	85	-	
Diplomados em MST (ensino superior)	Aumento desde 2000	-	164,0 ⁰⁷	-	33,6 ⁰⁷	+15	-
	% de mulheres	41,9	34,8 ⁰⁷	30,7	31,9 ⁰⁷	procura de equilíbrio de género	-
Conclusão do ensino superior (30-34 anos)	11,3	21,6	22,4	31,1	-	40	
Participação dos adultos na aprendizagem ao longo da vida (25-64 anos; período de 4 semanas)	4,3 ⁰⁴	5,3	8,5	9,5	12,5	15	
Investimento em educação (gastos públicos com educação, % do PIB)	5,42	5,25 ⁰⁶	4,91	5,05 ⁰⁶	-	-	

x⁰⁴=2004; x⁰⁵=2005; x⁰⁶=2006; x⁰⁷=2007; x^P=previsional
 PISA: leitura: 18 países da UE; matemática e ciências: 25 países da UE

Fonte: CEC, 2009

Figura 6.1. Portugal face às metas da UE para 2010 e 2020 (1999 a 2009)



Nota: As % de "Conclusão do Ensino Secundário pelos jovens (20-24 anos)" são previsionais de 2001 a 2008

Fontes: EUROSTAT; INE e GEPE - ME

6.2 Desafios 2020

A melhoria dos sistemas nacionais de educação e formação, apoiada em instrumentos complementares à escala da UE, partilha de boas práticas e aprendizagem mútua constituiu a finalidade última do quadro de cooperação europeia, consubstanciado no programa de trabalho “Educação-Formação 2010”.

Visando aumentar a eficácia da cooperação anteriormente encetada, bem como reflectir melhor as necessidades individuais dos Estados-Membros, o Conselho da União Europeia, reunido em 12 de Maio de 2009, decidiu um novo quadro estratégico para o desenvolvimento dos sistemas de educação-formação, nos diferentes países da UE, até 2020.

Este quadro tem subjacente, como princípio fundamental, a aprendizagem ao longo da vida, que deverá incluir a aprendizagem em todos os contextos – formal, não formal e informal – e a todos os níveis: desde a educação pré-escolar e escolar até ao ensino superior, educação e formação profissionais e educação de adultos.

Os objectivos estratégicos delineados para o período até 2020 são quatro: *(i) Tornar a aprendizagem ao longo da vida e a mobilidade uma realidade, (ii) Melhorar a qualidade e a eficácia da educação e da formação, (iii) Promover a igualdade, a coesão social e a cidadania activa e (iv) Incentivar a criatividade e a inovação, incluindo o espírito empreendedor, a todos os níveis de educação e formação.*

Para a aferição periódica dos progressos realizados e por acordo dos Estados Membros, foram apontadas metas para 2020:

- pelo menos 95 % das crianças entre 4 anos e a idade de início do ensino primário obrigatório deverão participar na educação pré-escolar;
- a percentagem de alunos de 15 anos com aproveitamento insuficiente em leitura, matemática e ciências deverá ser inferior a 15 %;

- a percentagem de alunos que abandonam o ensino e a formação deverá ser inferior a 10 %;
- a percentagem de adultos de 30-34 anos com nível de ensino superior deverá ser de pelo menos 40%;
- uma média de pelo menos 15 % de adultos deverá participar na aprendizagem ao longo da vida.

Acresce que a cooperação europeia, no âmbito da educação-formação, deverá realizar-se utilizando o método aberto de coordenação, no respeito pela responsabilidade plena de cada Estado Membro, pelo seu sistema de educação e pelo carácter voluntário dessa cooperação. Para o êxito da medida serão necessários, para além do compromisso político dos Estados-Membros, métodos eficazes a nível europeu. Neste contexto e visando uma maior flexibilidade, o período, até 2020, foi dividido em ciclos de trabalho, sendo que o primeiro decorre, numa etapa de três anos, entre 2009 e 2011.

Os domínios prioritários, definidos para o primeiro ciclo de trabalho, pretendem responder à necessidade de prosseguir a cooperação europeia em domínios em que subsistem importantes desafios e desenvolver a cooperação em domínios considerados particularmente importantes durante este ciclo. Os Estados Membros podem seleccionar os domínios de trabalho e cooperação nos quais pretendem participar, em conformidade com as suas prioridades e continuar, nos ciclos posteriores, o trabalho em domínios prioritários específicos, se assim o entenderem.

De acordo com o Jornal Oficial da União Europeia (C119, de 28.05.2009, anexo II), são os seguintes os domínios prioritários para a cooperação europeia no domínio da educação-formação, ao longo do primeiro ciclo (2009 a 2011):

OBJECTIVO ESTRATÉGICO N.º 1:

Tornar a Aprendizagem ao longo da vida e a mobilidade uma realidade

Prosseguir os trabalhos sobre:

- *Estratégias de aprendizagem ao longo da vida:* Completar o processo de implementação das estratégias de aprendizagem ao longo da vida, prestando especial atenção à validação da aprendizagem e orientação não-formal e informal.
- *Quadro Europeu de Qualificações:* Em conformidade com a Recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho de Abril de 2008¹, ligar todos os sistemas nacionais de qualificação ao QEQ até 2010 e apoiar uma abordagem baseada nos resultados da aprendizagem no que respeita a normas e qualificações, processos de avaliação e validação, transferência de créditos, currículos e garantia de qualidade.

Desenvolver a cooperação sobre:

- *Intensificação da mobilidade dos discentes:* Unir esforços para eliminar gradualmente os obstáculos e alargar as oportunidades de mobilidade de aprendizagem na Europa e no mundo, ao nível do ensino superior e outros níveis de ensino, incluindo novos objectivos e instrumentos financeiros, e tendo simultaneamente em conta as necessidades específicas das pessoas desfavorecidas.

1 JO C111 de 06-05-2008, p1

OBJECTIVO ESTRATÉGICO N.º 2:

Melhorar a qualidade e a eficácia da educação e da formação

Prosseguir os trabalhos sobre:

- *Aprendizagem de línguas*: Permitir aos cidadãos comunicar em duas línguas além da sua língua materna, promover o ensino de línguas, consoante adequado, no âmbito do EFP e do ensino para adultos, e proporcionar aos migrantes oportunidades de aprenderem a língua do país de acolhimento.
- *Desenvolvimento profissional dos professores e formadores*: Centrar a atenção na qualidade da formação inicial dos novos professores e no apoio ao seu início de carreira e melhorar a qualidade das oportunidades de desenvolvimento profissional contínuo para os professores, formadores e outro pessoal educativo (por ex. as pessoas envolvidas em actividades de liderança ou de orientação).
- *Governança e financiamento*: Promover a agenda de modernização para o ensino superior (incluindo os currículos) e a garantia de qualidade para o EFP, e desenvolver a qualidade das prestações, incluindo em termos de pessoal, no sector da educação de adultos. Promover políticas e práticas baseadas em factos concretos, dando especial ênfase à sustentabilidade do investimento público e, sempre que adequado, do investimento privado.

Desenvolver a cooperação sobre:

- *Competências básicas nos domínios da leitura, da matemática e das ciências*: Investigar e divulgar as boas práticas existentes e os resultados das pesquisas sobre as competências de leitura dos alunos e tirar conclusões sobre os meios de melhorar os níveis de literacia em toda a UE. Intensificar a cooperação existente para melhorar a componente matemática e ciências nos níveis superiores de ensino e formação e para reforçar o ensino das ciências. São necessárias medidas concretas para melhorar o nível das competências básicas, incluindo as dos adultos.
- *«Novas competências para novos empregos»*: Assegurar que os vectores de planeamento em matéria de educação e formação tenham adequadamente em conta os futuros requisitos de competências e as necessidades do mercado de trabalho.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO N.º 3:

Promover a igualdade, a coesão social e a cidadania activa

Prosseguir os trabalhos sobre:

- *Saída precoce da educação e da formação:* Fortalecer as abordagens preventivas, desenvolver uma melhor cooperação entre os sectores educativos geral e profissional e eliminar os obstáculos a que os alunos em situação de abandono escolar reintegrem a educação e a formação.

Desenvolver a cooperação sobre:

- *Educação pré-escolar:* Generalizar a igualdade de acesso e reforçar a qualidade do ensino e apoio aos docentes.
- *Migrantes:* Desenvolver a aprendizagem mútua das boas práticas de ensino a discentes de meios migrantes.
- *Discentes com necessidades especiais:* Promover a educação inclusiva e a aprendizagem personalizada, mediante apoios em tempo útil, uma identificação precoce das necessidades especiais e serviços bem coordenados. Integrar os serviços no sistema escolar tradicional e garantir acessos à continuação da educação e formação.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO N.º 4:

Incentivar a inovação e a criatividade, incluindo o espírito empreendedor, a todos os níveis da educação e da formação

- *Competências-chave transversais:* Em conformidade com a Recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho de Dezembro de 2006¹, tomar melhor em consideração as competências-chave transversais nos currículos, avaliações e qualificações.

Desenvolver a cooperação sobre:

- *Instituições favoráveis à inovação:* Promover a criatividade e a inovação mediante o desenvolvimento de métodos específicos de ensino e aprendizagem (incluindo o uso de novos sistemas informáticos e formação de professores).
- *Parceria:* Desenvolver parcerias entre os estabelecimentos de ensino e formação e as empresas, as instituições de investigação, os actores culturais e as indústrias criativas, e promover o bom funcionamento do triângulo do conhecimento.

1 JO L394, de 30-12-2006, p10

